



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 025/026

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE ABRIL DE 2007

ANO XXXII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democrata

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Cláudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Luiz Nishimori*  
*Democrata ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Elton Welter*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*PTB ..... Fábio Camargo*  
*Bloco PPS/PMN ..... Marcelo Rangel*  
*Bloco PSB/PL/PRB/PV ..... Reni Pereira*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Cláudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democrata** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

## SUMÁRIOS

### **DIÁRIO Nº 025**

### **24ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 03**

**Presenças ..... 03**

**Abertura da Sessão ..... 04**

#### **Expediente:**

Mensagens ..... 04

Ofícios ..... 11

Indicações ..... 12

Designações ..... 12

Requerimentos ..... 12

Projetos de Lei ..... 18

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Antonio Belinati ..... 26

Dep. Plauto Miró ..... 27

Dep. Dr. Batista ..... 27

Dep. Douglas Fabrício ..... 28

Dep. Artagão Júnior ..... 29

Dep. Jocelito Canto ..... 29

Dep. Augustinho Zucchi ..... 30

#### **Grande Expediente:**

Dep. Tadeu Veneri ..... 31

Sra. Graciela Sternhein

Diretora SINDISAUDE ..... 31

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PMDB

Dep. Cleiton Kielse ..... 33

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto ..... 35

Liderança do PDT

Dep. Edgar Bueno ..... 36

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni ..... 37

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão ..... 39

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost ..... 41

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira ..... 42

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni ..... 38

Liderança do Governo

Dep. Luiz Cláudio Romanelli .... 44

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 45

Discussão/Votação

Redação Final ..... 46

2ª Discussão ..... 46

1ª Discussão ..... 48

Requerimentos ..... 49

**Encerramento da Sessão ..... 53**

### **DIÁRIO Nº 026**

### **2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 54**

**Presenças ..... 54**

**Abertura da Sessão ..... 54**

#### **Ordem do Dia:**

Discussão/Votação

1ª Discussão ..... 55

**Encerramento da Sessão ..... 68**

#### **Publicações**

Atas de Comissões

Tomada de Contas ..... 68

Assuntos Metropolitanos ..... 69

## SUMÁRIO

<b>DIÁRIO Nº 025</b> <b>24ª SESSÃO ORDINÁRIA</b> <b>SUMÁRIO</b> <b>Mesa Executiva.....03</b> <b>Presenças.....03</b> <b>Abertura da Sessão .....04</b> <b>Expediente:</b> Mensagens .....04 Ofícios .....11 Indicações .....12 Designações .....12 Requerimentos .....12 Projetos de Lei .....18 <b>Pequeno Expediente:</b> Dep. Antonio Belinati .....26 Dep. Plauto Miró .....27 Dep. Dr. Batista .....27 Dep. Douglas Fabrício .....28 Dep. Artagão Júnior .....29 Dep. Jocelito Canto .....29 Dep. Augustinho Zucchi .....30 <b>Grande Expediente:</b> Dep. Tadeu Veneri .....31 Sra. Graciela Sternhein Diretora SINDISAUDE .....31		<b>Horário das Lideranças:</b> Liderança do PMDB Dep. Cleiton Kielse ..... 33 Liderança do PTB Dep. Jocelito Canto ..... 35 Liderança do PDT Dep. Edgar Bueno ..... 36 Liderança do PSDB Dep. Valdir Rossoni ..... 37 Liderança do PT Dep. Professor Luizão ..... 39 Liderança do PP Dep. Ney Leprevost ..... 41 Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV Dep. Rosane Ferreira ..... 42 Liderança da Oposição Dep. Valdir Rossoni ..... 38 Liderança do Governo Dep. Luiz Cláudio Romanelli ... 44 <b>Ordem do Dia:</b> Leitura do Expediente ..... 45 Discussão/Votação Redação Final ..... 46 2ª Discussão ..... 46 1ª Discussão ..... 48 Requerimentos ..... 49 <b>Encerramento da Sessão ..... 53</b>
--	--	---

### DIÁRIO Nº 025

### 24ª SESSÃO ORDINÁRIA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**  
**16ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 24ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM**  
**10 DE ABRIL DE 2007**

(terça-feira)

### Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Jocelito Canto e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

### Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademir Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse,

Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Wal-dyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Durval Amaral e Luiz Carlos Martins (02).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Geraldo Cartário e Rui Hara (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

## ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

## ***Mensagens***

MENSAGEM Nº 012/07

Curitiba, 10 de abril de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996 (Lei do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS), assim como adotar outras providências.

O plano de lei ora submetido à elevada consideração dessa augusta Casa, consubstancia o resultado de profundos e criteriosos estudos realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda, visando atualizar normas legais pertinentes à aplicação do tributo, mormente em relação à fixação de alíquotas de combustíveis (biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel, gás de refinaria, gás liquefeito de petróleo e gás natural). Tais conclusões, por mim acolhidas, vão adiante transcritas, porque apresentam, com o necessário detalhamento, justificativa que muito bem

demonstra a necessidade que tal medida legal seja adotada:

### **JUSTIFICATIVA:**

Em relação ao presente anteprojeto de lei, cumprenos tecer as seguintes considerações, esclarecendo pontualmente as alterações propostas para a Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996, bem como justificando os dispositivos que alteram a Lei nº 15450, de 15 de janeiro de 2007, a qual apresenta em seu bojo a exclusão da aplicação cumulativa da correção monetária com a SELIC para o cálculo dos juros moratórios, em relação aos créditos tributários.

### **Adequação Geral de Textos da Lei nº 11580/96**

Art. 1º...

I - A alínea “f” do inciso II do artigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

Redação atual:

Art. 14. As alíquotas internas são seletivas em função da essencialidade dos produtos ou serviços, assim distribuídas:

(...)

II - alíquota de 12% (doze por cento) para as operações e prestações com os seguintes bens, mercadorias e serviços:

(...)

f) óleo diesel;

Redação proposta:

“f) óleo diesel (código NCM 2710.19.21), biodiesel (código NCM 3824.90.29), mistura óleo diesel/biodiesel (código NCM 2710.19.21), gás de refinaria (NCM 2711.29.90), gás liquefeito de petróleo (código NCM 2711.19.10) e gás natural (código NCM 2711.11.00 e 27.11.21.00).”

Considerando que a alíquota do óleo diesel é de 12%, deve ser atribuída a mesma carga tributária à mistura óleo diesel/biodiesel, porquanto produtos destinados ao mesmo fim.

Em relação aos demais produtos, utilizados como insumos pela indústria ou como gás de cozinha, todos têm base de cálculo reduzida para 66,66%, de forma que a carga tributária seja equivalente a 12%.

Assim, a adoção desta alíquota não altera a carga tributária vigente e simplifica procedimentos.

Ressalte-se que sendo tais produtos sujeitos ao regime da substituição tributária, a fixação da alíquota de 12% evita problemas relacionados com a emissão de documento fiscal por parte do contribuinte substituído (por exemplo, postos revendedores varejistas de combustíveis), que destacam a alíquota de 18%, esquecendo-se da redução da base de cálculo, ocasionando transferência indevida de crédito fiscal ao adquirente final.

II - A alínea “d” do inciso IV do artigo 21 passa a vigorar com a seguinte redação:

Redação atual:

Art. 21. São solidariamente responsáveis em relação ao imposto:

(...)

IV - o contribuinte substituído, quando:

(...)

d) receber mercadoria em operação interna desacompanhada do comprovante de recolhimento do imposto, nas situações em que o pagamento é exigido por ocasião da ocorrência do fato gerador.

Redação proposta:

“d) receber mercadoria desacompanhada do comprovante de recolhimento do imposto, nas situações em que o pagamento é exigido por ocasião da ocorrência do fato gerador.”

O dispositivo original foi recentemente incorporado à Lei nº 11580/96 pela Lei nº 15343, de 22 de dezembro de 2006. Ocorre que a redação determinada não atende ao objetivo a que se visava, que era atribuir a responsabilidade pelo pagamento do imposto ao contribuinte substituído (estabelecimento varejista, como, por exemplo, o posto revendedor de combustíveis), quando este recebe mercadorias, em operações internas ou interestaduais, desacompanhadas do comprovante do recolhimento do imposto, quando referido pagamento é exigido na ocorrência do fato gerador.

Desta forma, atenderia aos princípios constitucionais da isonomia e da igualdade tributária (artigos 5º, inciso I, e 150, inciso II, da Constituição Federal).

Entretanto, a atual redação não atende ao acima disposto e privilegia situações de fraude praticadas por contribuintes de outras unidades federadas, sobretudo nas operações relacionadas com o setor de combustíveis (postos de gasolina e distribuidoras).

III - Fica acrescentado o parágrafo 8º ao artigo 24:

Redação proposta:

“§ 8º O contribuinte que efetue transporte de carga própria poderá creditar-se do imposto das operações tributadas de aquisição de combustíveis, lubrificantes, óleos, aditivos, fluídos, pneus, câmaras de ar e demais materiais rodantes, peças de reposição e outros produtos de manutenção da frota, inclusive de limpeza, observado o disposto no artigo 27.”

Estende ao contribuinte que realiza transporte de carga própria, as mesmas regras aplicáveis ao contribuinte prestador de serviço de transporte, relativamente ao aproveitamento do crédito do imposto.

A forma para utilização do referido crédito já se encontra prevista nos parágrafos 14 e 15 do artigo 23 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 5141, de 12 de dezembro de 2001, a seguir transcritos:

“Art. 23. O imposto é não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação com o montante cobrado nas anteriores por este Estado ou por outra unidade federada, apurado por um dos seguintes critérios (artigo 23 da Lei nº 11580/96):

(...)

§ 14. O contribuinte que efetue transporte de carga própria poderá apropriar-se do crédito do imposto das

operações tributadas de aquisição de combustíveis, lubrificantes, óleos, aditivos, fluídos, pneus, câmaras de ar e demais materiais rodantes, peças de reposição e outros produtos de manutenção da frota, inclusive de limpeza.

§ 15. Na hipótese do artigo 14:

a) para apropriação do crédito, o contribuinte deverá efetuar demonstrativo mensal, por veículo automotor, da efetiva utilização dos produtos arrolados em transporte relacionado com a atividade fim do estabelecimento, que permanecerá à disposição da fiscalização;

b) o imposto poderá ser lançado no campo “Outros Créditos” da GIA/ICMS;

c) o crédito a ser apropriado será proporcional ao percentual de participação das operações de saídas tributadas sobre o total das operações de saídas efetuadas no mesmo período (artigo 27, inciso III, da Lei nº 11580/96).”

Tal disposição objetiva garantir, ao contribuinte que efetua transporte de carga própria, a utilização do crédito fiscal limitado à prática de operações tributadas, com a finalidade de evitar o acúmulo de créditos, respeitando, desta maneira, os princípios basilares do imposto.

Afinal, não há motivo que justifique que um contribuinte que efetue apenas operações isentas possa, por efetuar transporte de carga própria, acumular créditos.

Textos relacionados:

Art. 24. Para a compensação a que se refere o artigo anterior, é assegurado ao contribuinte o direito de creditar-se do imposto anteriormente cobrado em operações de que tenha resultado a entrada de mercadoria, real ou simbólica, no estabelecimento, inclusive a destinada ao seu uso ou consumo ou ao ativo permanente, ou o recebimento de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação.

(...)

Art. 27. É vedado, salvo determinação em contrário da legislação, o crédito relativo a mercadoria ou bem entrados no estabelecimento ou a prestação de serviços a ele feita:

I - decorrentes de operações ou prestações isentas ou não tributadas, ou que se refiram a bens, mercadorias, ou serviços alheios à atividade do estabelecimento;

II - para integração ou consumo em processo de industrialização ou produção rural, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto, exceto se tratar-se de saída para o exterior;

III - para comercialização ou prestação de serviço, quando a saída ou a prestação subsequente não forem tributadas ou estiverem isentas do imposto, exceto as destinadas ao exterior;

IV - quando o contribuinte tenha optado pela apuração do imposto na forma do parágrafo 9º do artigo 25 ou pela dedução a que se refere o parágrafo 2º do artigo 26;

V - em relação a documento fiscal rasurado, perdido, extraviado ou desaparecido, ressalvada a comprovação da efetividade da operação ou prestação por outros meios previstos na legislação;

VI - na hipótese de o documento fiscal correspondente indicar estabelecimento destinatário diverso do recebedor da mercadoria ou usuário do serviço.

VII - quando o imposto devido ao Estado de origem tenha sido reduzido, no todo ou em parte, por concessão de benefício sem amparo em convênio, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, em relação às entradas ocorridas após a publicação de ato do Chefe do Poder Executivo, identificando o Estado de origem, a mercadoria ou serviço, o benefício considerado irregular e o percentual de crédito a que não se reconhece o direito.

§ 1º Salvo prova em contrário, presumem-se alheios à atividade do estabelecimento os veículos de transporte pessoal.

§ 2º Quando o ICMS destacado em documento fiscal for maior do que o exigível na forma da lei, o aproveitamento como crédito terá por limite o valor correto.

**Alterações Relativas à atualização Monetária e aos juros moratórios incidentes sobre os créditos tributários não pagos integralmente no vencimento**

Estas alterações têm como filosofia retirar da legislação a cumulação da atualização monetária com juros de mora com base na taxa SELIC, mantendo-se, entretanto, a previsão da atualização monetária (FCA) em determinados casos, como, por exemplo, em relação aos créditos tributários parcelados ou com dilação de prazo de recolhimento, sobre os quais não são exigidos juros, situação típica dos programas de incentivo, como “Programa Bom Emprego”, “Programa de Apoio ao Investimento Produtivo - Paraná Mais Empregos”, e “Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Social do Paraná - PRODEPAR”, e, também em relação a outros tributos (taxas).

Após estas alterações, sobre os créditos tributários incidirá atualização monetária, se for o caso, até a data de seu vencimento, e, após esta data, sobre os créditos vencidos e não pagos regularmente serão aplicados tão-somente juros moratórios com base na taxa SELIC, uma vez que esta engloba, em sua determinação, elementos de juros e de atualização monetária.

Art. 1º...

IV - O artigo 37 passa a vigorar com a seguinte redação:

Redação atual:

Art. 37. Na falta de pagamento na data devida, o valor do crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, será atualizado monetariamente, exceto quando garantido pelo depósito, na forma da lei, do seu montante integral.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, utilizar-se-á a variação do valor do Fator de Conversão e Atualização Monetária - FCA, ou outro índice que preserve adequadamente o valor real do imposto, na forma regulamentada pelo Poder Executivo.

§ 2º Adotada a atualização monetária, é permitida a aplicação *pro rata* do índice.

§ 3º Visando a uniformização do cálculo da atualização monetária do crédito tributário, a Fazenda poderá optar pelo índice fixado pela União na cobrança dos impostos federais.

§ 4º A Secretaria da Fazenda divulgará, periodicamente, os fatores de conversão e atualização.

§ 5º Quando não for possível precisar a data da ocorrência do fato gerador, adotar-se-á, para o cálculo da atualização monetária, a média aritmética dos índices do período verificado.

§ 6º Nos casos de parcelamento, a atualização monetária será calculada até a data da celebração do respectivo termo de acordo e, a partir desta, até a data do efetivo pagamento de cada parcela.

§ 7º Quando o pagamento da atualização monetária ou dos juros for a menor, a insuficiência será atualizada a partir do dia em que ocorreu aquele pagamento.

§ 8º Para determinação do valor do imposto a ser exigido em auto de infração, os valores originais deverão ser atualizados, nos termos definidos nesta lei, a partir da ocorrência da infração até a data da lavratura do auto, e desta até a do efetivo pagamento.

Redação proposta:

“Art. 37. Para os casos em que se exigir atualização monetária, utilizar-se-á a variação do valor do Fator de Conversão e Atualização Monetária - FCA, ou outro índice que preserve adequadamente o valor real do tributo, na forma regulamentada pelo Poder Executivo.

§ 1º A Coordenação da Receita do Estado divulgará, periodicamente, os fatores de conversão e atualização.

§ 2º Para determinação do valor da multa a ser exigida em auto de infração:

a) os valores originais correspondentes a sua base de cálculo deverão ser atualizados a partir da ocorrência da infração até a data da lavratura do auto;

b) quando não for possível precisar a data da ocorrência da infração, adotar-se-á, para o cálculo da atualização monetária, a média aritmética dos índices do período verificado.”

Retira-se da norma, com esta alteração, a cumulação da exigência de atualização monetária com juros de mora com base na taxa SELIC, mantendo-se, entretanto, a previsão da atualização monetária (FCA) nos casos onde esta não pode ser dispensada, como nas situações já mencionadas anteriormente.

No que se refere à lavratura de auto de infração, tem-se o seguinte panorama:

1. situação atual:

- sobre o imposto a ser lançado, atualizado monetariamente, incide juros com base na SELIC;

- a base de cálculo da multa é atualizada até o lançamento e os juros com base na SELIC somente incidirão após decorrido o prazo de pagamento do crédito tributário, ou seja, trinta dias após a ciência do auto de infração;

- após a lavratura do auto de infração, incidirão, sobre o total do crédito tributário lançado, a correção monetária e a SELIC.

2. situação proposta:

- sobre o imposto a ser lançado, em seu valor original, incide juros com base na SELIC;

- a base de cálculo da multa é atualizada apenas até o lançamento e os juros com base na SELIC somente incidirão após decorrido o prazo de pagamento do crédito

tributário, ou seja, trinta dias após a ciência do auto de infração;

- após a lavratura do auto de infração, incidirá, sobre o total do crédito tributário lançado, tão somente a SELIC.

Hipoteticamente, para melhor compreensão, exemplificamos com um lançamento de ofício realizado em janeiro de 2007, para uma infração ocorrida em janeiro de 2003:

SITUAÇÃO ATUAL LANÇAMENTO DE OFÍCIO		SITUAÇÃO PROPOSTA LANÇAMENTO DE OFÍCIO	
Infração: jan/2003	Autuação: jan/2007	Infração: jan/2003	Autuação: jan/2007
Imposto Sonegado Utilização Indevida de crédito:	R\$ 1.000,00	Imposto Sonegado Utilização Indevida de Crédito:	R\$ 1.000,00
SELIC do período:	69,00%	SELIC do Período:	69,00%
Multa do Inciso III do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei nº 11580/96:	60,00%	Multa do Inciso III do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei nº 11580/96	60,00%
Variação do FCA no período:	25,87%	Variação do FCA no período:	25,87%
Base de Cálculo Atualizada da Multa:	R\$ 1.258,70	Base de Cálculo Atualizada da Multa:	R\$ 1.258,70
<b>IMPOSTO R\$ 1.000,00+25,87%</b>	<b>R\$ 1.258,70</b>	<b>IMPOSTO R\$ 1.000,00</b>	<b>R\$ 1.000,00</b>
<b>JUROS R\$ 1.000,00 x 69%</b>	<b>R\$ 868, 50</b>	<b>JUROS R\$ 1.000,00 x 69%</b>	<b>R\$ 690,00</b>
<b>MULTA R\$ 1.258,70 x 60%</b>	<b>R\$ 755,22</b>	<b>MULTA R\$ 1.258,70 x 60%</b>	<b>R\$ 755,22</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.882,42</b>	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.445,22</b>

Em suma, sobre o valor do imposto e multa lançados em auto de infração, passará a incidir tão somente a SELIC.

V - O artigo 38 passa a vigorar com a seguinte redação:

Redação atual:

Art. 38. O crédito tributário não integralmente pago no vencimento, inclusive o decorrente de multas, será acrescido de juros de mora, correspondente ao somatório da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos federais, ao mês ou fração, exceto quando garantido pelo depósito, na forma da lei, do seu montante integral.

§ 1º Será de um por cento ao mês ou fração o percentual de juros de mora, relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

§ 2º Os juros previstos neste artigo serão contados a partir do mês em que expirar o prazo de pagamento.

§ 3º No caso de parcelamento, os juros de mora serão calculados até o mês da celebração do respectivo termo de acordo e, a partir daí, nova contagem até o mês do efetivo pagamento de cada parcela.

§ 4º Nos casos de verificação fiscal, quando não for possível precisar a data da ocorrência do fato gerador, adotar-se-á:

I - o índice correspondente ao mês de julho, quando o período do objeto de verificação coincidir com o ano civil;

II - o índice correspondente ao mês central do período, se o número de meses for ímpar, ou o correspondente ao primeiro mês da segunda metade do período, se aquele for par.

§ 5º A Secretaria da Fazenda divulgará, mensalmente, a taxa a que se refere o *caput*.

§ 6º Quando não for possível precisar a data da ocorrência do fato gerador, adotar-se-á, para o cálculo dos juros, a média aritmética dos índices do período verificado.

Redação proposta:

“Art. 38. O crédito tributário não integralmente pago no vencimento, inclusive o decorrente de multas, será acrescido de juros de mora, correspondente ao somatório da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos federais, ao mês

ou fração, exceto quando garantido pelo depósito do seu montante integral, na forma da lei.

§ 1º Será de um por cento ao mês ou fração o percentual de juros de mora, relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

§ 2º Nos casos de verificação fiscal, quando não for possível precisar a data da ocorrência do fato gerador, adotar-se-á a média aritmética das taxas do período verificado.

§ 3º A Coordenação da Receita do Estado divulgará, mensalmente, a taxa a que se refere o *caput*.”

O crédito tributário não integralmente pago na época própria será acrescido somente de juros de mora, correspondente ao somatório da taxa SELIC, não havendo cumulativamente com a atualização monetária.

Referida alteração tem fundamento:

a) na existência de diversos questionamentos judiciais solicitando o afastamento da aplicação cumulativa do FCA e da SELIC, comprometendo a relação fisco-contribuinte;

b) na necessidade de esclarecer a disposição constante do artigo 2º da Lei nº 15450, de 15 janeiro de 2007, a qual afasta a cumulação de qualquer índice de correção monetária no caso de aplicação de juros com base na taxa SELIC;

c) na necessidade de corrigir redação anterior, que preceituava que a taxa SELIC seria “acumulada mensalmente”, quando na prática era simplesmente somada.

VI - O parágrafo 2º do artigo 39 passa a vigorar com a seguinte redação:

Redação atual:

Art. 39. Os que procurarem espontaneamente a repartição fazendária para denunciar a infração, terão excluída a imposição de penalidade.

(...)

§ 2º Quando a infração relacionar-se com a parcela do crédito tributário concernente ao imposto, a exclusão da responsabilidade fica condicionada ao efetivo pagamento do tributo *monetariamente atualizado* e acrescido dos juros de mora devidos.

Redação proposta:

“§ 2º Quando a infração relacionar-se com a parcela do crédito tributário concernente ao imposto, a exclusão da responsabilidade fica condicionada ao efetivo pagamento do tributo acrescido dos juros de mora devidos.”

Esta alteração decorre do fim da cumulação de atualização monetária e juros moratórios.

Quando da denúncia espontânea, no caso de infração relacionada com parcela de crédito tributário concernente ao imposto, a exclusão da responsabilidade fica condicionada ao efetivo pagamento do tributo, pelo seu valor original, acrescido somente dos juros de mora devidos, correspondentes à aplicação da taxa SELIC.

VII - Fica acrescentado o parágrafo 4º ao artigo 41:

Redação atual:

Art. 41. Os créditos tributários vencidos relativos ao ICMS poderão ser pagos em até sessenta parcelas, conforme critério fixado pela Secretaria da Fazenda.

§ 1º O pedido de parcelamento implica no reconhecimento incondicional da infração e do crédito tributário, tendo a concessão resultante caráter decisório.

§ 2º Tratando-se de crédito tributário ajuizado, o parcelamento será autorizado desde que haja bens em garantia ou fiança suficiente para liquidação do débito.

§ 3º Em se tratando de fiança, para os efeitos do parágrafo anterior, fica excluído o benefício de ordem.

Dispositivo a ser acrescentado:

“§ 4º Sobre os créditos tributários já parcelados incidirão juros de mora calculados da data da celebração do respectivo acordo até o mês do efetivo pagamento de cada parcela.”

Ao dispor que sobre os créditos tributários parcelados incidirão juros com base na taxa SELIC, considerados da data da celebração do acordo até o mês do efetivo pagamento, estará se afastando a atualização monetária destes créditos.

Art. 2º

Dispositivo proposto:

“Art. 2º A atualização monetária de que trata o artigo 37 da Lei 11580, de 14 de novembro de 1996, com a redação dada pelo inciso IV do artigo 1º desta lei, aplica-se a qualquer termo de acordo ou contrato referente a parcelamento ou dilação de prazo de recolhimento do ICMS relacionado com a participação do contribuinte em um dos seguintes programas de incentivo: ‘Programa Bom Emprego’, ‘Programa de Apoio ao Investimento Produtivo - Paraná Mais Empregos’, e ‘Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Social do Paraná - PRODEPAR’, na forma e até o final do prazo neles estabelecidos.”

O dispositivo proposto estabelece regra de transição, informando que o FCA continua sendo aplicado a termo de acordo ou contrato já firmado referente a parcelamento ou dilação de prazo de recolhimento do ICMS em razão da participação do contribuinte nos programas descritos, na forma e até o final do prazo de vigência neles determinado.

Vale ressaltar que nestes programas de incentivo não incidem juros sobre os créditos tributários parcelados ou com prazo de pagamento dilatado.

Assim, privilegia-se a segurança jurídica, garantidos os contratos firmados entre os contribuintes e a Administração Tributária.

Art. 3º

Dispositivo proposto:

“Art. 3º Fica excluída a atualização monetária aplicada aos créditos tributários não pagos na época própria a partir de 1º de julho de 1996, nos casos em que esta aplicação ocorreu de forma cumulada com a exigência de juros com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, ou com base na taxa estabelecida no parágrafo 1º do artigo 161 do Código Tributário Nacional.



§ 1º A dispensa de que trata este artigo não confere direito à restituição ou compensação, total ou parcial, de valores recolhidos.

§ 2º Os valores indevidamente recolhidos a partir de 22 de janeiro de 2007 serão compensados automaticamente no caso de crédito tributário objeto de parcelamento, ou restituídos nos termos do artigo 30 da Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996.”

A taxa SELIC passou a ser utilizada para o cálculo dos juros moratórios incidentes sobre os créditos tributários não pagos tempestivamente somente a partir de 1º de julho de 1996, quando foi adotada pela legislação paranaense (Lei nº 11429, de 14 de junho de 1996).

Por tal razão, ao excluir a atualização monetária aplicada aos créditos tributários não pagos na época própria a partir de 1º de julho de 1996, o dispositivo proposto afasta a cumulação deste índice com juros calculados com base na taxa SELIC ou com base na taxa estabelecida no parágrafo 1º do artigo 161 do Código Tributário Nacional (a saber, de 1%), sobre o estoque dos créditos tributários existentes, conforme determina o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 15450, de 15 de janeiro de 2007.

Os parágrafos propostos estabelecem regra de que a dispensa da atualização monetária não acarretará direito à restituição, total ou parcial, de valores recolhidos, garantindo o equilíbrio financeiro do Estado, em atendimento ao Princípio do Interesse Público, exceto em relação aos valores indevidamente recolhidos após 22 de janeiro de 2007, data de publicação da Lei nº 15450/07.

Art. 4º

Dispositivo proposto:

“Art. 4º Ficam revogados os artigos 2º e 3º da Lei nº 15450, de 15 de janeiro de 2007.”

Dispositivo a serem revogados:

Art. 2º Em relação aos créditos tributários não pagos na época própria, inclusive os decorrentes de multas, a aplicação dos juros, tomando-se por base a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, afasta a cumulação de qualquer índice de correção monetária.

Parágrafo Único. O disposto no *caput* deste artigo, aplica-se ao estoque dos créditos tributários existentes.

Art. 3º Fica assegurado ao contribuinte do ICMS o direito de crédito sobre insumos utilizados no transporte de carga, inclusive própria.

Há que se considerar que as alterações de critérios atinentes à correção do ICMS devem ser introduzidas no texto da Lei Orgânica do ICMS e não isoladamente, como disposto na Lei nº 15.450/07.

As disposições constantes do artigo 2º da Lei nº 15.450/07, relativas a não cumulação, sobre os créditos tributários, de atualização monetária e juros moratórios, estão contempladas de forma detalhada no presente anteprojeto de lei.

A revogação do artigo 3º da Lei nº 15.450/07 faz-se necessária, uma vez que o presente anteprojeto de lei ao determinar ao contribuinte que efetue o transporte de carga própria as mesmas regras aplicáveis ao contribuinte prestador de serviço de transporte, atende aos princípios constitucionais da isonomia e da igualdade tributária (artigos 5º, inciso I, e 150, inciso II, da Constituição Federal), considerando, em especial disposição constitucional que determina que a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação, acarretaram a anulação do crédito relativo às operações anteriores (artigo 155, parágrafo 2º, inciso II, alínea “b”).

Destaque-se que a redação do parágrafo 8º do artigo 24 proposta é mais precisa tecnicamente, observando o Princípio da Não-cumulatividade (artigo 155, parágrafo 2º, inciso I, da Constituição Federal), e não utiliza o termo “insumos”, conceito impreciso e que, portanto, gera dúvidas em sua interpretação.

Art. 5º

Dispositivo proposto:

“Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de noventa dias contados da data de publicação.”

Fixa prazo razoável para regulamentação da lei por meio de Decreto do Poder Executivo, tendo em vista que as inovações implementadas por este anteprojeto de lei não são passíveis de se realizar em curto espaço de tempo, especialmente em razão de que:

1) a mudança de critérios para cálculo dos juros redundará em alterações significativas em todos os sistemas corporativos da Receita Estadual que gerenciam créditos tributários do Estado, tais como: sistema de dívida ativa, autos de infração, programas de incentivo, dentre eles o Programa de Revitalização Fiscal das Empresas Paranaenses - REFISPAR, instituído pela Lei nº 15290, de 22 de setembro de 2006, que demandou vários meses de trabalho, e outros importantes sistemas referentes à arrecadação dos tributos estaduais;

2) tratando-se de dinheiro público e da relação entre o Fisco e os contribuintes, a segurança e a eficácia dos sistemas corporativos da Receita Estadual devem ser preservados, para que continuem a merecer confiança e, para que isso ocorra, as alterações impostas devem ser feitas dentro dos critérios técnicos usualmente utilizados;

3) as alterações a serem realizadas, de grande complexidade, envolvem aspectos que necessitam ser analisados em função das peculiaridades de cada tarefa executada pelos sistemas, as quais, por sua vez, devem observar inúmeros critérios decorrentes de leis específicas.

Por fim, vale ressaltar que as leis instituidoras dos outros impostos estaduais, (IPVA e ITCMD) remetem à Lei Orgânica do ICMS as questões relativas a atualização monetária e incidência de juros.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprova-

ção, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996:

I - A alínea “f” do inciso II do artigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

“f) óleo diesel (código NCM 2710.19.21), biodiesel (código NCM 3824.90.29), mistura óleo diesel/biodiesel (código NCM 2710.19.21), gás de refinaria (NCM 2711.29.90), gás liquefeito de petróleo (código NCM 2711.19.10) e gás natural (código NCM 2711.11.00 e 2711.21.00).”

II - A alínea “d” do inciso IV do artigo 21 passa a vigorar com a seguinte redação:

“d) receber mercadoria desacompanhada do comprovante de recolhimento do imposto, nas situações em que o pagamento é exigido por ocasião da ocorrência do fato gerador.”

III - Fica acrescentado o parágrafo 8º ao artigo 24:

“§ 8º O contribuinte que efetue transporte de carga própria poderá creditar-se do imposto das operações tributadas de aquisição de combustíveis, lubrificantes, óleos, aditivos, fluídos, pneus, câmaras de ar e demais materiais rodantes, peças de reposição e outros produtos de manutenção de frota, inclusive de limpeza, observando o disposto no artigo 27.”

IV - O artigo 37 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37. Para os casos em que se exigir atualização monetária, utilizar-se-á a variação do valor do Fator de Conversão e Atualização Monetária - FCA, ou outro índice que preserve adequadamente o valor real do tributo, na forma regulamentada pelo Poder Executivo.

§ 1º A Coordenação da Receita do Estado divulgará, periodicamente, os fatores de conversão e atualização.

§ 2º Para determinação do valor da multa a ser exigida em auto de infração:

a) os valores originais correspondentes a sua base de cálculo deverão ser atualizados a partir da ocorrência da infração até a data da lavratura do auto;

b) quando não for possível precisar a data da ocorrência da infração, adotar-se-á, para o cálculo da atualização monetária, a média aritmética dos índices do período verificado.”

V - O artigo 38 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 38. O crédito tributário não integralmente pago no vencimento, inclusive o decorrente de multas, será acrescido de juros de mora, correspondente ao somatório da taxa referencial do Sistema Especial de Liquida-

ção e de Custódia - SELIC, para títulos federais, ao mês ou fração, exceto quando garantido pelo depósito do seu montante integral, na forma da lei.

§ 1º Será de um por cento ao mês ou fração o percentual de juros de mora, relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

§ 2º Nos casos de verificação fiscal, quando não for possível precisar a data da ocorrência do fato gerador, adotar-se-á a média aritmética das taxas do período verificado.

§ 3º A Coordenação da Receita do Estado divulgará, mensalmente, a taxa a que se refere o *caput*.

VI - O parágrafo 2º do artigo 39 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º Quando a infração relacionar-se com a parcela do crédito tributário concernente ao imposto, a exclusão da responsabilidade fica condicionada ao efetivo pagamento do tributo acrescido dos juros de mora devidos.”

VII - Fica acrescentado o parágrafo 4º ao artigo 41:

“§ 4º Sobre os créditos tributários já parcelados incidirão juros de mora calculados da data da celebração do respectivo acordo até o mês do efetivo pagamento de cada parcela.”

Art. 2º A atualização monetária de que trata o artigo 37 da Lei 11580, de 14 de novembro de 1996, com a redação dada pelo inciso IV do artigo 1º desta lei, aplica-se a qualquer termo de acordo ou contrato referente a parcelamento ou dilação de prazo de recolhimento de ICMS relacionado com a participação do contribuinte em um dos seguintes programas de incentivo: “Programa Bom Emprego”, “Programa de Apoio ao Investimento Produtivo - Paraná Mais Emprego” e “Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Social do Paraná - PRODEPAR”, na forma e até o final do prazo neles estabelecidos.

Art. 3º Fica excluída a atualização monetária aplicada aos créditos tributários não pagos na época própria a partir de 1º de julho de 1996, nos casos em que esta aplicação ocorreu de forma cumulada com a exigência de juros com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, ou com base na taxa estabelecida no parágrafo 1º do artigo 161 do Código Tributário Nacional.

§ 1º A dispensa de que trata este artigo não confere direito à restituição ou compensação, total ou parcial, de valores recolhidos.

§ 2º Os valores indevidamente recolhidos a partir de 22 de janeiro de 2007 serão compensados automaticamente no caso de créditos tributários objeto de parcelamento, ou restituídos nos termos do artigo 30 da Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996.

Art. 4º Ficam revogados os artigos 2º e 3º da Lei nº 15450, de 15 de janeiro de 2007.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de noventa dias contados da data da publicação.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22 de dezembro de 2006, em relação à alteração II do artigo 1º; a partir de 22 de janeiro de 2007, em relação às alterações III, IV, V, VI e VII do artigo 1º e aos artigos 2º, 3º e 4º; e na data da publicação, em relação aos demais dispositivos.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 013/07

Curitiba, 10 de abril de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que dispensa o pagamento de créditos tributários, ajuizados ou não, relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, dos veículos baixados pelo Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR, até 31 de dezembro de 2007, e leiloados na condição de sucata por qualquer órgão público.

O plano de lei em referência, que, sem dúvida alguma, consulta aos superiores interesses públicos, decorre de estudos realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda, a mim encaminhados através do Ofício nº 121/07, cujas conclusões recomendam a adoção da medida, considerando fundamentalmente:

a) a solicitação de diversos órgãos públicos de lei que dispensa os débitos de IPVA dos veículos leiloados;

b) a difícil recuperação dos valores relativos ao IPVA dos veículos que foram ou irão a leilão;

c) que os veículos cujo imposto será dispensado, nos termos desta lei, não mais estarão em circulação, posto o sucateamento dos mesmos;

d) os valores relativamente diminutos do IPVA vinculados aos mencionados veículos (com fulcro no artigo 172, inciso III, do Código Tributário Nacional);

e) o grande número de leilões de veículos sucateados que são realizados por diversos órgãos públicos, como a Polícia Rodoviária Federal e as Secretarias de Segurança Públicas Estaduais;

f) a eliminação dos custos e da burocracia para se efetuar a cobrança deste tributo, além de facilitar a operacionalização dos mencionados leilões, no que tange à venda (inexistência de débitos anteriores) e à logística dos veículos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) **ROBERTO REQUIÃO**  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica dispensado o pagamento de créditos tributários, ajuizados ou não, relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, dos veículos definitivamente baixados pelo Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR, até 31 de dezembro de 2007 e leiloados na condição de sucata por qualquer órgão público.

§ 1º O órgão público responsável encaminhará rol dos veículos que serão objeto de baixa para leilão na condição de sucata ao DETRAN/PR, que o remeterá à Secretaria de Estado da Fazenda para registro de dispensa do IPVA.

§ 2º O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de valores já recolhidos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

## Ofícios

OFÍCIO Nº 542/07

Curitiba, 09 de abril de 2007.

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa augusta Casa de Leis, por intermédio de V. Exa., o incluso anteprojeto de lei que outorga autorização ao Procurador-Geral de Justiça para atualizar, anualmente, por resolução, os valores devidos ao Fundo Especial do Ministério Público do Paraná - FUEMP/PR, previstos nas Tabelas III e VII, do Anexo da Lei nº 13.611, de 04 de junho de 2002.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, revela-se oportuno o ensejo para reiterar a V. Exa. a garantia de minha especial estima e respeito.

(a) **MILTON RIQUELME DE MACEDO**  
Procurador-Geral de Justiça

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná autorizado a atualizar, anualmente, por resolução, os valores devidos ao Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná - FUEMP/PR, previstos nas Tabelas III e VII, do Anexo da Lei nº 13.611, de 04 de junho de 2002, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

§ 1º A atualização a que se refere este artigo terá como termo inicial o dia seguinte ao do término do primeiro ano de vigência da Lei nº 13611, de 04 de junho de 2002.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei propõe a concessão de autorização ao Procurador-Geral de Justiça para atualizar, anualmente, por resolução, os valores devidos ao Fundo Especial do Ministério Público do Paraná - FUEMP/PR, previstos nas Tabelas III (por atos da Secretaria da Procuradoria-Geral de Justiça) e VII (por intervenção do Ministério Público nos feitos, judiciais e extrajudiciais, inclusive notariais e registrais, em que deva officiar), do Anexo da Lei nº 13611, de 04 de junho de 2002, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

A presente proposta encontra justificativa no fato de não ter havido, desde a edição da Lei nº 13611, de 04 de junho de 2002, qualquer reajuste dos valores previstos nas Tabelas III e VII, do seu Anexo, tendo adotado indexador oficial para possibilitar sua atualização anual e, com isso, evitar a sua defasagem.

Convém esclarecer que o anteprojeto tem inspiração, agasalhada pelo princípio da isonomia, em lei similar que conferiu autorização ao Presidente do Tribunal de Justiça para atualizar, por decreto judiciário, os valores devidos ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS (Lei nº 14596, de 27 de dezembro de 2004), tendo se originado de proposta da Corregedoria-Geral do Ministério Público, encampada pelo Conselho Diretor do Fundo Especial do Ministério Público do Paraná - FUEMP/PR (Resolução nº 03, de 30 de março de 2005), submetida e aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça (Resolução nº 29, de 05 de setembro de 2005).

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 10 de abril de 2007.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que a ilustre Deputada Rosane Ferreira, irá substituir-me junto à Comissão de Saúde Pública, nesta Casa de Leis.

Sem mais para o momento, agradeço sua atenção.

(a) RENI PEREIRA

### Indicação

INDICAÇÃO Nº 061/07

Exmo. Sr. Secretário Estadual de Segurança Pública.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se a V. Exa. para solicitar:

1) A construção de uma nova Delegacia de Polícia Civil, no Município de Guaíra.

2) O imediato aumento do efetivo da Polícia Civil e Militar, com a subdivisão da Polícia Civil e a criação da Companhia da Polícia Militar no mesmo Município.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

#### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz urgente, pois recebemos ofício do Conselho da Comunidade de Execução Penal da

Comarca de Guaíra/PR, relatando as dificuldades das Polícias Civil e Militar naquele Município, pela precarização das instalações e falta de pessoal.

### Designações

#### DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Elton Welter, para representar esta Casa de Leis na X Marcha dos Prefeitos em Defesa dos Municípios, nos dias 10 a 12 de abril, na Cidade de Brasília/DF.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

#### DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Caíto Quintana, para representar esta Casa de Leis nos dias 11 e 12 de abril de 2007, na Cidade de Brasília/DF.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

#### DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Cleiton Kielse, para representar esta Casa de Leis, como Presidente da Comissão Especial de Investigação, em Brasília, para tratar de assuntos referentes ao apagão aéreo, nos dias 11 e 12 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

### Requerimentos

#### REQUERIMENTO Nº 772

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 218/07 Mensagem n 11/07, que institui o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

## REQUERIMENTO Nº 789

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120 do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 116/07 e 140/07 aos Projetos nºs 007/07 e 042/07, que já se encontram anexados. Os projetos tratam de isenção ou redução da tarifa de pedágio.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

## REQUERIMENTO Nº 790

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 435/06, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, que visa alterar o artigo 8º, da Lei nº 12.241, de 28 de julho de 1998 - Fundo Especial do Ministério Público.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

## REQUERIMENTO Nº 786

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER arquivamento do Projeto de Lei nº 188/07, que declara de Utilidade Pública a Associação Casa Caminho da Alegria, com sede e foro no Município de Londrina, por existir a Lei nº 12.258, de 12 de agosto de 1998.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

## REQUERIMENTO Nº 787

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER arquivamento do Projeto de Lei nº 164/07, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Solitude II, com sede e foro nesta Capital, por existir a Lei nº 15.276, de 01 de agosto de 2006.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

## REQUERIMENTO Nº 788

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER arquivamento do Projeto de Lei nº 186/07, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão - ACICAM, com sede e

foro no Município de Campo Mourão, por existir a Lei nº 9.206, de 23 de janeiro de 1990.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

## REQUERIMENTO Nº 779

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que se digne o Exmo. Sr. Presidente desta Assembléia em autorizar que um representante do Tribunal de Contas do Estado do Paraná se utilize do Grande Expediente da Sessão Plenária que se realizará em 04 de junho de 2007 - segunda-feira - para a comemoração do aniversário do Tribunal de Contas do Estado.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná foi instituído pelo Decreto-Lei nº 627, de 02 de junho de 1947. A primeira lei orgânica do Tribunal constituía o Corpo Deliberativo, composto de cinco juízes e o Corpo Instrutivo, formado por Secretaria, Diretoria de Fiscalização da Execução do Orçamento, Diretoria Revisora de Contas e uma Representação da Fazenda.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná tem uma história a contar. Estaremos comemorando seus 60 anos de fiscalização perene da coisa pública, cujos princípios foram pinçados da própria história das Cortes de Contas de todo o mundo. Das contribuições gregas e romanas ao modelo canadense de auditoria moderna, do Tribunal Imperial do Brasil de 1824 ao Tribunal de Contas de 1890, do insigne paranaense Manoel Francisco Correia, filho de Paranaguá e primeiro Presidente do Tribunal de Contas da União, aos ilustres Pares que hoje conduzem essa Casa, tudo contribuiu para o desenvolvimento de um órgão de fiscalização eficiente e dinâmico - dado o constante aperfeiçoamento das ações - e para a solidificação institucional de um colegiado independente e atuante, como o Tribunal de Contas paranaense.

Julgamos de grande importância para a comunidade paranaense que se comemore de forma bastante distinta essa tão importante data.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

## REQUERIMENTO Nº 797

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam convidados a comparecer a esta Casa de Leis, no horário do Grande Expediente, os Srs. Stênio Sales Jacob, Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná e Dr. Pedro Henrique Xavier, Presidente do Conselho de Administração da empresa, em data a ser acordada entre Presidência, Lideranças desta Assembléia Legislativa e Direção da SANEPAR, para

fazerem explanação sobre as obras e ações do PARANASAN.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### REQUERIMENTO Nº 762

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja marcada Sessão Extraordinária logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### REQUERIMENTO Nº 757

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Carlos Cavalcanti, ocorrido no último dia 04 de abril do corrente ano.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 69 anos de idade, faleceu no último dia 04 de abril/07, nesta Capital, o Sr. Luiz Carlos Cavalcanti, jornalista, radialista e administrador de empresas. Deixando viúva a Sra. Zuleide e os filhos Luiz Carlos Cavalcanti Filho e Zulei.

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida entre seus parentes e amigos, dentre os quais nos incluímos.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada, dedicada à família e aos parentes.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Cavalcanti, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 756

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Legião da Boa Vontade - LBV de Londrina, pela extraordinária e humanitária obra

social que vem sendo desenvolvida há longos anos por dedicadas figuras humanas que amam o seu próximo, pessoas que estão na LBV empenhadas em ajudar aliviar a dor de pessoas carentes.

O trabalho que a LBV implantou, com grande sucesso, agrada ao nosso Deus, pois atende, efetivamente, a camada pobre da população. Além de excelente creche, a LBV de Londrina mantém, gratuitamente, para crianças, cursos de Educação Física, Música e Informática. Para os idosos, funcionam cursos de artesanato, alfabetização, alongamento e informática. Para qualificação profissional, foram criados, também, cursos de manicure e pedicure. O Atendimento Social de Emergência para mais de cem crianças, com as equipes da LBV visitando lares de famílias pobres, é outro louvável destaque da fantástica e marcante atuação de uma competente e atuante equipe de homens e mulheres que, sob a benção do Criador, fazem da LBV de Londrina uma das mais expressivas do Brasil.

Requeiro que esta homenagem do Poder Legislativo do Paraná seja comunicada à direção da LBV, em Londrina, à Rua São Francisco de Assis, 171, com as expressões de gratidão e votos de que sejam abençoados, permanentemente, em tão preciosa obra social.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 758

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após manifestação do douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao jornalista Luiz Fernando Fedeger, pelo sucesso do jornal Impacto, veículo que circula regularmente nas principais cidades do Paraná. Trata-se de um excelente jornal, com amplo noticiário, que destaca, com inteligência, fatos que interessam às autoridades, lideranças empresariais, políticas e à população em geral de nosso Estado.

Não é nada fácil rodar um jornal. O custo é alto. A dor de cabeça é sempre grande para seus dirigentes. Nas circunstâncias atuais, com muita falta de dinheiro, é preciso idealismo, garra e luta incansável para manter um jornal de pé, principalmente um bom jornal. E isso o jornalista Luiz Fernando Fedeger tem conseguido já há muitos anos, orgulhando a imprensa brasileira. Ele e sua equipe fazem um veículo de alta credibilidade junto ao público leitor.

Requeiro que esta homenagem e reconhecimento público sejam transmitidos ao Diretor do jornal Impacto, com votos de prosperidade, sempre a serviço de todos os paranaenses.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 780

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de votos de congratulações aos dirigentes e funcionários da Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes - AMTT, pela iniciativa de desenvolver e implantar, com o apoio do 1º BPM, o Projeto de Educação Rotativa de Trânsito - Unidade Móvel, e confecção da Cartilha PERTO - Projeto Escola Rotativa de Trânsito, que tem por objetivo levar informações voltadas ao trânsito às escolas, empresas e comunidade em geral do município de Ponta Grossa, minimizando o número de acidentes e melhorando a qualidade de vida da população através da conscientização e atitudes corretas.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada para a AMTT, Rua Dr. Vicente Machado, 585, Centro, CEP 84010-000, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 775

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Luiz Henrique Cavalcanti Fragomeni.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Luiz Henrique Cavalcanti Fragomeni, por sua extraordinária gestão à frente do IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.

#### REQUERIMENTO Nº 771

Senhor Presidente:

REQUER seja encaminhado a Mesa Executiva, solicitando Moção de Apoio aos Prefeitos paranaenses que participarão da 10ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Nesta semana, aproximadamente duzentos Prefeitos de municípios de nosso Estado estarão empenhados em solicitar ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o aumento de 1% do Fundo de Participação dos Municípios no orçamento da União, entre outras solicitações.

Entendo ser de fundamental importância o apoio da Assembléia Legislativa, visto a dificuldade dos municípios de nosso Estado em conseguir o que é de direito.

#### REQUERIMENTO Nº 792

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de uma quadra de esportes

coberta no Colégio Estadual João Manoel Mondrone, de Medianeira.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual João Manoel Mondrone, conta com cerca de 1750 alunos, entre os ensinos fundamental e médio.

É imprescindível a construção de uma quadra coberta, tendo em vista que a região é uma das mais quentes do Estado e servirá para melhor atender os alunos, proporcionando um local apropriado para a realização de atividades físicas.

Referida obra beneficiará alunos das comunidades: Bairro Nazaré, Bairro Cidade Alta, Centro, Morro da Salete, Linha Ouro Verde e outros.

#### REQUERIMENTO Nº 754

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Deputado Federal Cezar Silvestri - Presidente da Comissão de Direitos do Consumidor, sugerindo que seja apresentada na Câmara dos Deputados uma proposição em relação as empresas prestadoras de serviço de telefonia celular, em que fiquem obrigadas a bloquear as ligações originadas sem a devida identificação do número do celular do usuário que está realizando a chamada. Tal medida, irá sobremaneira diminuir o número de ligações de bandidos que simulam seqüestros relâmpagos e outros tipos de crime, originados por ligações de celulares habilitados para não identificar o número.

Salas das Sessões, em 10.04.07.

(a) MARCELO RANGEL

#### REQUERIMENTO Nº 782

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando ação imediata dessa Secretaria no Mini-Présídio Hildebrando de Souza, no Município de Ponta Grossa, provendo de um quadro efetivo o presídio, que hoje atende com nove auxiliares de carceragem, três investigadores da Polícia Civil, e dezesseis policiais militares, para atenderem uma população carcerária de 330 detentos, aguardando julgamento.

Solicita também a ampliação do referido presídio, pois sua capacidade é de abrigar cem pessoas e hoje conta com três vezes este número. Em virtude do exposto, somente este ano já ocorreram quatro fugas com 28 detentos tendo escapado, sendo que dezenove ainda encontram-se foragidos.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

# REQUERIMENTO N° 795

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Deputado Arlindo Chinaglia - Presidente da Câmara dos Deputados e aos Deputados Federais do Paraná, encaminhando Moção de Apoio ao Projeto de Lei n° 2960/04, de autoria do Deputado Federal Max Rosenmann, que dispõe sobre o procedimento simplificado de assistência judiciária gratuita nas causas de Direito de Família, institui o Núcleo de Conciliação e a Justiça Volante.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Apoiamento:

Cleiton Kielse, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Cida Borghetti, Fábio Camargo, Nelson Justus, Douglas Fabrício, Jocelito Canto, Marcelo Rangel, Luiz Nishimori, Ney Leprevost, Caíto Quintana, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Chico Noroeste, Reni Pereira e Carlos Simões.

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei n° 2960/04, que tramita nesta Casa de Leis é de suma importância no resgate da humanização indispensável a todos aqueles que têm por escolha a aplicação da justiça social. A facilidade, a agilidade, a celeridade e o acesso das pessoas carentes ao Poder Judiciário através deste mecanismo, nos dá a garantia do pleno exercício da cidadania a esta camada tão sofrida de nossos irmãos brasileiros.

Vale destacar o esplêndido trabalho desenvolvido e implantado pela Dra. Joeci Camargo, Juíza da 4ª Vara de Família de Curitiba, conhecido por Justiça no Bairro, que alcança inúmeras famílias carentes, com resultados impressionantes, com a participação de acadêmicos de Direito e a figura presente do juiz nesses eventos de cidadania. Nota-se claramente a satisfação da população quando vê seus problemas, que pareciam sem solução a curto prazo, serem resolvidos pelo Justiça no Bairro.

# REQUERIMENTO N° 778

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, analisar a possibilidade do credenciamento do Hospital Vicentino, na Cidade de Ponta Grossa, para a realização de exames de mamografia e ultra-sonografia de mama. Segundo informações, a atual clínica que realizava os exames (Clínica de Imagens) não vem atendendo a demanda existente, tendo em vista que anteriormente a clínica atendia o número de seiscentos exames e hoje caiu para 250 exames.

Face ao exposto solicitamos a aprovação deste requerimento pelos demais Pares e, por consequência, a inclusão da matéria em tela nos Anais desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

# REQUERIMENTO N° 763

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Cláudio Xavier, solicitando que o mesmo informe em que fase se encontra a implantação de programa de rastreamento do câncer colo-retal, bem como a realização de campanhas de informação à comunidade sobre esse tipo de câncer.

No dia 29 de março de 2007 os municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, e Porto Alegre participaram do lançamento da Campanha Mundial de Conscientização do Câncer Colo-retal, por iniciativa da ABRAPRECI e Associação Brasileira do Câncer (ABCâncer), com o apoio do Laboratório Roche e Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica.

Segue anexo à presente, solicitação de informações, matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, sob o Título "Tumor no intestino é ignorado - pesquisa aponta que população desconhece doença".

Segundo dados do Instituto Nacional de Câncer - INCA, mais de 25.000 casos foram diagnosticados em 2006 e mesmo assim 57% dos brasileiros nunca ouviram falar sobre esse tipo de câncer.

É preciso criar mecanismos eficientes de conscientização e controle da doença, haja vista que o diagnóstico precoce pode salvar vidas, evitando inclusive custos para o Sistema Único de Saúde.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) CIDA BROGHETTI

# REQUERIMENTO N° 766

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com base no artigo 131 parágrafo 3º, IX, do Regimento Interno desta Casa e, após aprovação do douto Plenário, REQUER ao Governador do Estado do Paraná através da SANEPAR, informações sobre o monitoramento e o tratamento da água de consumo público da barragem do Passaúna, que recentemente acusou a proliferação da cianofíceas (algas azuis) do gênero *Microcystis*, que libera a hepatotoxina microcistina, a qual dá gosto de terra e mofo na água de consumo, fato relatado por diversos consumidores nos Municípios de Araucária e Curitiba.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Nas últimas semanas a população de Araucária tem observado que a qualidade da água tem piorado. A água que deveria ser incolor está marrom e com gosto de terra e mofo.

*Em julho de 1999, observou-se a presença de algas cianofíceas unicelulares (Mycrocystis), em flocos flutuantes, em todo o espelho da água da represa do Passaúna. Apresentava maior concentração na margem*



*direita de quem sobe o rio, isto é, no mesmo lado em que se encontra o sistema de captação de água para abastecimento público.*

*Em maio de 2001, foram observadas, em grande quantidade, colônias de Mycrocystis do lado esquerdo de quem sobe o rio, na área da represa, próximo ao ponto de recebimento dos esgotos de Ferraria e Vila Torres. Dados da ONG - Amar de Araucária.*

A alga *Mycrocystis aeruginosa*, produz uma toxina chamada microcistina que, em contato com o ser humano, pode causar sintomas como manchas e coceiras na pele, rinite alérgica, diarreia, dor abdominal, além de inflamações de diversos órgãos. O cianeto encontrado nesta toxina mata com apenas cinquenta a setenta microgramas por quilo. Esta toxina só é liberada quando a alga morre. A microcistina tem como alvo inicial o fígado, mas também atinge outros órgãos, causando inflamações.

Com o enriquecimento das águas superficiais (lagos, represas e rios) ocorre um crescimento não controlado de plantas aquáticas, como florescimento de algas e cianobactérias que podem produzir toxinas nocivas ao homem e aos animais. Essas toxinas podem ser classificadas como hepatotoxinas, citotoxinas e endotoxinas e podem ser de difícil remoção, por serem estáveis e resistentes à hidrólise química ou oxidação (Tundisi, 2003).

A microcistina já foi relatada como causadora de envenenamento de animais selvagens e domésticos. Em fevereiro de 1996 foi constatada a morte de cerca de cinquenta pacientes hemodialisados devido a falência hepática, após receberem dose letal de microcistina intravenosa em Caruaru, Pernambuco.

Em 1999, a Organização Mundial de Saúde - OMS, estabeleceu o nível máximo aceitável de microcistina da água utilizada para o consumo humano como sendo de 1 µg L por dia, e a Portaria 1469/00 inseriu este limite nos procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e à vigilância da qualidade da água para consumo humano (Magalhães *et al*, 2003).

A identificação e a quantificação das cianobactérias nos recursos hídricos são componentes principais para os programas de monitoramento e podem prever efetivamente o surgimento de florescimentos potencialmente tóxicos. Dados sobre as concentrações de fosfato total, nitrato e amônia são importantes para avaliar o potencial de desenvolvimento de cianobactérias e se espécies fixadoras ou não de nitrogênio podem aparecer (Lawton *et al*, 1999).

Como esta alga prolifera mais facilmente em água rica de nutrientes (devido ao fosfato presente em detergentes ou fertilizantes), esse problema está longe de ser resolvido em nosso meio. Portanto, a presença de microcistina e fitoplâncton com potencial de produção desta toxina indica a necessidade de monitoramento delas no reservatório da represa Passaúna e Iraí na Região Metropolitana de Curitiba.

O Ministério da Saúde em sua Portaria nº 518/04 estabelece nos seus artigos 9º e 19, normas de monitora-

mento, análise e divulgação das informações sobre a qualidade de água de abastecimento público.

Este gabinete, no uso de suas atribuições, requer as informações acima para analisar e salvaguardar o interesse público por uma melhor qualidade de vida de toda a coletividade.

#### REQUERIMENTO Nº 783

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, e ao Diretor-Presidente da SANEPAR, Sr. Stênio Sales Jacob, cópia do relatório da Comissão de Sindicância Interna para apurar denúncias de irregularidades na execução do PARANASAN e também as cópias dos relatórios emitidos pela Comissão Externa, instalada na SANEPAR, por exigência do agente externo financiador do Programa de Saneamento do Estado - PARANASAN.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(aa) DUÍLIO GENARI, MARCELO RANGEL, VALDIR ROSSONI, AUGUSTINHO ZUCCHI, ELIO RUSCH, EDGAR BUENO, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ, ANTONIO BELINATI, CIDA BORGHETTI, DOUGLAS FABRÍCIO e RIBAS CARLI FILHO.

#### REQUERIMENTO Nº 784

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, e ao Diretor-Presidente da SANEPAR, Sr. Stênio Sales Jacob, a prestação de informações relativas aos seguros formalizados para as obras licitadas, executadas e em execução pela SANEPAR, de 2004 até a presente data, juntando cópia das respectivas apólices.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(aa) DUÍLIO GENARI, MARCELO RANGEL, VALDIR ROSSONI, AUGUSTINHO ZUCCHI, ELIO RUSCH, EDGAR BUENO, PLAUTO MIRÓ, ANTONIO BELINATI, CIDA BORGHETTI, DOUGLAS FABRÍCIO e RIBAS CARLI FILHO.

#### REQUERIMENTO Nº 796

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando os seguintes documentos e informações:

1) Se o Governo do Estado do Paraná efetuou a devolução de valores dos Programas de Combate à Dengue e Gestão de Alto Risco da Secretaria de Saúde, recebidos do Governo Federal nos anos de 2005 e 2006.

- 2) Quais os valores devolvidos de cada um dos programas?
- 3) Qual a justificativa para a devolução desses valores?
- 4) Houve mais alguma devolução de valores ao Governo Federal por parte do Estado do Paraná? Em caso afirmativo, discriminar e citar razões e valores.

Sala das Sessões, em 10.04.07.  
(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 230/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA :

- Art. 1º Os órgãos da administração pública estadual, direta, indireta, autárquica e fundacional, promoverão para seus funcionários, programas de conscientização sobre a importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados em seus órgãos, sobretudo de papel.
- Art. 2º Deve ser disponibilizada, nos prédios públicos, coleta seletiva dos materiais ali gerados.
- Art. 3º O Executivo Estadual adotará, na progressão de 25% (vinte e cinco por cento) ao ano, o uso de papel não clorado em seus materiais de expediente, tais como folhas de ofício, envelopes, fichários, formulários,

de forma a, no prazo de 04 (quatro) anos, abolir a utilização de papel clareado a cloro.

Art. 4º O Poder Executivo adotará, gradativamente, nas proporções e prazos estabelecidos no artigo anterior, papel reciclado no material escolar entregue às escolas.

Art. 5º O Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.04.07.  
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem como foco a reciclagem de materiais utilizados da administração pública estadual, sobretudo o papel. É notório o esforço de diversos segmentos da sociedade na preservação ambiental e na criação de um mundo mais limpo, saudável e ambientalmente mais responsável.

Sendo assim, é dever de todos contribuir e trabalhar pelo desenvolvimento sustentado, com preservação do meio ambiente e aumento da qualidade de vida. De outra parte, é fundamental que o administrador público dê o exemplo de atuação ambientalmente responsável e estimule toda a sociedade a fazer o mesmo. A utilização de papel reciclado é a forma eficaz de diminuir a quantidade de lixo produzido e reduzir os danos ambientais decorrentes do processo de fabricação. Em comparação com o papel tradicional, a diminuição do impacto ambiental é enorme, como se depreende do quadro comparativo transcrito a seguir:

	Papel de 1ª qualidade	Papel de 2ª qualidade	Papel reciclado
Área de floresta (ha)	5,3	3,8	0
Árvores	15	10	0
Madeira (Kg)	2400	1700	0
Água (Litros)	200.000	100.000	2.000
Energia (KW/h)	7.500	5.000	2.500
Poluição da água	elevada	média	baixa ou nula
Poluição do ar	elevada	média	nula
Produção de RSU	1,5 a 2m3	1,5 a 2m2	baixa ou nula
RSU: Resíduos sólidos urbanos			

Entendemos que a aprovação da referida proposição possa representar uma importante contribuição da Administração Pública Estadual para o desenvolvimento ambientalmente sustentado, a preservação do meio ambiente, a diminuição de emissão de CO2 na atmosfera

e o bem-estar de todos os cidadãos.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis para aprovação do projeto de lei que dispõe sobre a reciclagem e reutilização de material, no âmbito da administração estadual.

PROJETO DE LEI Nº 23/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogada totalmente a Lei nº 15456 de 15/01/07, publicada no Diário Oficial nº 7401 de 31/01/07.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Anexamos à esta justificativa, xerocópia da Lei nº 15456 de 15 de janeiro de 2007, que pretendemos seja revogada.

Com esta revogação, voltará novamente a ter validade totalmente a Lei nº 12493 de 22 de janeiro de 1999, publicada no Diário Oficial nº 5430 de 05 de fevereiro de 1999, da qual anexamos xerocópia.

O próprio artigo 10 da referida lei dispõe o seguinte: *Os resíduos sólidos industriais deverão ter acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final adequada, atendendo as normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e as condições estabelecidas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, respeitando as demais normas legais vigentes.*

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de simplesmente revogar a Lei nº 15456, de 15 de janeiro de 2007, que está dificultando o trabalho dos municípios. Existe muitos municípios que do centro da cidade, percorrendo dez quilômetros, atravessa outro município. Visto que a Lei nº 12493 de 22 de janeiro de 1999, foi muito bem elaborada e preenche todos os requisitos exigidos e demais disposições aplicáveis em leis, merece, portanto, o apoio dos nobres Pares desta Casa com sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 23.2./07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção e Assistência Lar Espírita André Luiz - Casa da Sopa, com sede e foro no município de Paranavaí.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção e Assistência Lar Espírita André Luiz - Casa da Sopa, com sede no município de Paranavaí, conforme disposto nos artigos 3º e 33. "a",

"b" e "c" de seu Estatuto, é organização social e religiosa de interesse público, sem fins lucrativos, que tem por finalidade prestar atendimento alimentar às crianças, jovens e adultos carentes (artigo 3º do Estatuto).

A Casa da Sopa, pelos relevantes serviços sociais prestados à população de Paranavaí, já foi inclusive chamada de Utilidade Pública Municipal.

A documentação anexa ao presente projeto de lei demonstra que a Instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, e atende os demais dispositivos aplicáveis à espécie, razão pela qual merece o apoio dos nobres Pares desta Casa, necessários para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 233/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado de Engenheiro Waldyr Luiz Becker, o viaduto do trevo principal da Cidade de Toledo, das rodovias BR-467, PRT-163 e Rodovia PRT-182.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Waldyr Luiz Becker é merecedor desta e de mais tantas outras homenagens.

De família pioneira de Toledo, participou ativamente desde o seu início no desenvolvimento e proteção do município.

Waldyr Luiz Becker foi pioneiro na cidade na condição de engenheiro civil, falecido no ano de 2006.

Sempre muito respeitado, com uma conduta exemplar e honrada, homem probo, firme, decidido, pelo que alcançou respeito em toda a Região Oeste, não só na condição de renomado engenheiro civil, mas também pelo caráter, o modo de ser, sentir e agir como cidadão responsável e preocupado com tudo o que dizia respeito ao bem coletivo.

PROJETO DE LEI Nº 234/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica vedada no Estado do Paraná a cobrança de tarifa de assinatura básica dos consumidores e usuários dos serviços de telefonia fixa e móvel pelas concessionárias prestadoras destes serviços.

Parágrafo Único. As concessionárias prestadoras de serviços de telefonia fixa e móvel somente poderão cobrar pelo serviço disponibilizado efetivamente medido, mensurado ou identificado, ficando impedidas da

cobrança de tarifa, taxa mínima ou assinatura básica de qualquer natureza e a qualquer título.

Art. 2º O descumprimento do disposto no artigo 1º desta lei acarretará a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que instituiu o Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Art. 3º Esta lei entra em vigor no prazo de sessenta dias após sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(aa) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A proposta que ora apresento à apreciação da Assembléia Legislativa do Paraná objetiva debater um tema que afeta a todos: os serviços de telefonia. A proposta busca a vedação no Estado do Paraná da cobrança da chamada tarifa de assinatura básica dos serviços de telefonia fixa e móvel. Tal cobrança é inconstitucional e ilegal do ponto de vista dos direitos dos consumidores dos serviços de telefonia e compete ao Estado corrigir essa situação.

O Brasil passou por profundas alterações na estrutura dos serviços de telefonia a partir de 1995, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 08, que permitiu a operação do serviço por meio de concessão, permissão ou autorização a empresas de controle privado. A Lei Geral de Telecomunicações - Lei nº 9472, de 16 de julho de 1997 - regulamentou a emenda constitucional que abriu a possibilidade de privatização dos serviços de telefonia e também criou a Agência Nacional de Telecomunicações como órgão normatizador, fiscalizador e regulador do setor.

O que mais impressiona em relação aos serviços de telefonia é o assustador aumento das tarifas telefônicas verificado no período após as privatizações. Deve-se destacar em especial o aumento da chamada tarifa de assinatura básica que não encontra parâmetro em nenhum índice de inflação do período. Basta um breve relato sobre esses valores para identificar a expressiva elevação. Em 1994, a assinatura básica custava R\$ 0,61, saltando para R\$ 3,74 em 1995/1996; depois passou para R\$ 13,82 em 1998; 16,49 em 1999, R\$ 19,77 em 2000, R\$ 23,32 em 2001; e em 2005, R\$ 38,37.

Projetos com o mesmo teor deste tramitam nas Casas Legislativas em outros Estados da Federação.

Assim, esta é a proposta que encaminho à apreciação dos nobres Pares, visando sua aprovação em benefício dos consumidores de nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 235/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Cria no âmbito do Estado do Paraná, Programa de Incentivo, à substituição das sacolas plásticas derivadas de polietileno, propileno ou de polipropileno

para o acondicionamento de gêneros alimentícios, limpeza, higiene e de bebidas, por sacolas biodegradáveis ou oxi-biodegradáveis.

Art. 2º As sacolas biodegradáveis ou oxi-biodegradáveis deverão atender aos regulamentos técnicos dos órgãos ambientais e/ou de saúde.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Reduzir a quantidade de lixo dispensado nos aterros sanitários é um dos maiores desafios da sociedade moderna. Nos últimos anos, países de todo o mundo têm dispensado atenção especial para a quantidade de materiais plásticos desperdiçados ou dispensados diretamente no meio ambiente.

No Brasil, embora muitos municípios já realizem algum tipo de coleta seletiva, no caso do plástico não é recolhido nem 25% de todo resíduo descartado.

Um dos fatores que contribui para isso, é o baixo valor de mercado do plástico na indústria de reciclagem, o que torna o plástico um material pouco interessante para os carrinheiros, maiores responsáveis pela coleta de materiais recicláveis.

Somente no Estado do Paraná, estima-se que oitenta milhões de sacolas plásticas sejam utilizadas mensalmente pelo comércio. O seu destino final são os lixões, as vias públicas, encostas dos morros, fundo de vales, sendo um dos maiores responsáveis pelo entupimento de bueiros e da drenagem urbana que contribuem para enchentes nas cidades.

Esse tipo de material chega também aos rios e oceanos. Há vários anos os ambientalistas vêm chamando a atenção para esse problema. Já foram relatados inúmeros casos de baleias, golfinhos, tartarugas e aves marinhas que morreram asfixiadas com artigos de plástico.

A busca por soluções que possam substituir o plástico derivado de petróleo, mobilizou cientistas e já existem, há algum tempo no mercado, sacolas biodegradáveis ou oxi-biodegradáveis, que tem um ciclo de vida de dezoito meses, as quais substituem as sacolas de plástico convencionais que apresentam um ciclo de vida de cem anos, quando a necessidade de vida deste produto é de alguns dias ou meses.

Estas embalagens são amplamente usadas pela população para acondicionar o lixo, desta forma não existirá inconveniente no seu uso como acondicionador de matéria orgânica no processo final de biodegradação de lixo, em sistemas de compostagem de resíduos sólidos domiciliares transformados em adubo orgânico.

PROJETO DE LEI Nº 236/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Ficam as universidades, faculdades, centros universitários, escolas, colégios, estádios de futebol, supermercados, shoppings centers e eventos onde haja concentração pública, obrigados a instalar coletores de lixo reciclável.

Art. 2º Os coletores de lixo reciclável devem ter separação detalhada dos materiais recicláveis nas categorias plástico, papel, metal e vidro.

Art. 3º Sua instalação deve ser feita em local visível e providenciado divulgação dos mesmos, com informações sobre sua utilização, tempo de decomposição do lixo e benefícios da reciclagem.

Art. 4º O descumprimento das disposições contidas nesta lei implicará em multa de 300 (trezentas) UFIRs - Unidade Fiscal de Referência.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar de sua publicação, indicando os órgãos responsáveis para o seu fiel cumprimento.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

**JUSTIFICATIVA:**

Os centros urbanos produzem milhares de toneladas de lixo. Precisamos conscientizar toda a sociedade, desde investidores até as camadas menos favorecidas, sobre a necessidade de medidas eficazes para diminuir a degradação ambiental. Através da coleta seletiva viabiliza-se menor degradação, tornando-se inclusive uma solução econômica e social, além de gerar empregos e lucro.

Tempo de decomposição de alguns materiais:	
Papel	3 meses
Palito de fósforo/Madeira	6 meses
Ponta de cigarro	1 a 2 anos
Chicletes	5 anos
Lata de aço	10 anos
Lata de alumínio	Não se decompõe
Sacos plásticos	30 a 40 anos
Garrafas de plástico	mais de 100 anos

Tecido	de 100 a 400 anos
Fralda descartável	600 anos
Vidros	mais de 4000 anos
Restos orgânicos	6 a 12 meses
Borracha/Pneus	Indeterminado
Cerâmica	Indeterminado
Embalagens Longa Vida	Até 100 anos (alumínio)
Esponjas	Indeterminado
Isopor	Indeterminado
Louças	Indeterminado
Metais (componentes de equipamentos)	Cerca de 450 anos

**Papel**

A reciclagem do papel é tão importante quanto a sua fabricação. A matéria-prima para a fabricação do papel já está escassa, mesmo com políticas de reflorestamento e com uma maior conscientização da sociedade em geral. Com o uso dos computadores, muitos cientistas sociais acreditavam que o uso de papel diminuiria, principalmente na indústria e nos escritórios, mas isso não ocorreu e o consumo de papel nas duas últimas décadas do século XX foi recorde.

Na fabricação de uma tonelada de papel, a partir de papel usado, o consumo de água é muitas vezes menor e o consumo de energia é cerca da metade. Economizam-se 2,5 barris de petróleo, 98.000 litros de água e 2.500 kw/h de energia elétrica com uma tonelada de papel reciclado.

Papel reciclável x Papel não-reciclável	
Reciclável	Não-reciclável
Caixa de Papelão	Papel sanitário
Jornal	Copos descartáveis
Revista	Papel carbono
Impressos em geral	Fotografias
Fotocópias	Fitas adesivas
Rascunhos	Etiquetas adesivas
Envelopes	
Papel timbrado	
Embalagens longa-vida*	
Cartões	
Papel de fax	

### Metais

A metalurgia e a reciclagem se confundem ao longo da história, pois as sucatas são geralmente as matérias-primas mais convenientes na fundição, não havendo também perdas de qualidade no processo.

Os metais são muito utilizados em equipamentos, estruturas, embalagens, etc., devido à sua elevada durabilidade, resistência e facilidade de conformação.

O cobre é muito utilizado para ligas: latão e bronze e revestimento de artefatos metálicos. O estanho é utilizado para revestir internamente latas de aço no setor de embalagens, principalmente para evitar a corrosão pelo alimento. Crômio é utilizado para revestir latas e vários artefatos metálicos. O zinco e o níquel são utilizados também para revestir artefatos metálicos. Aço é uma liga de ferro com carvão e baixíssimas quantidades de outros metais (molibdênio, crômio, níquel, tungstênio, nióbio, etc).

Os metais são 100% recicláveis. Por exemplo, para fabricação de uma tonelada de alumínio são necessárias cinco toneladas de bauxita, com a sua reciclagem preserva-se um recurso natural não-renovável.

As latas, tanto as de folhas-de-flandres quanto as de alumínio, são as principais sucatas metálicas desprezadas hoje em dia e que podem ser recuperadas em grandes quantidades pela coleta seletiva.

Cada tonelada de aço reciclado representa uma economia de 1.140 kg de minério de ferro, 154 kg de carvão e dezoito kg de cal. Já na reciclagem do alumínio, a economia de energia é de 95% em relação ao processo primário, economizando a extração de cinco toneladas de bauxita (matéria-prima para se fabricar o alumínio) por tonelada reciclada, sem contar toda a lama vermelha (resíduo da mineração) que é evitada.

### Vidros

O vidro é uma mistura de areia, barrilha, calcário, feldspato e aditivos que, derretidos a cerca de 1.550°C, formam uma massa semi-líquida que dá origem a embalagens ou a vidros planos. O principal componente do vidro é a sílica e é possível fazer vidro só com a fusão da sílica. Boa parte dessas matérias-primas é importada ou provém de jazidas em franco esgotamento.

É 100% reciclável, isso quer dizer que todo vidro usado pode virar vidro de novo. A reciclagem diminui a retirada de matéria-prima da natureza e o acúmulo de embalagens nos lixões. Incluem-se garrafas de refrigerantes, cervejas, sucos e água não retornáveis, garrafas de vinho e bebidas alcoólicas, potes de produtos alimentícios, frascos de perfumes e medicamentos, espelhos, cerâmicas, porcelana, etc.

A economia de energia é a principal vantagem do processo, em termos econômicos. No entanto, o Brasil só recicla 14,2% do vidro que consome, sendo que o restante fica em algum lugar na natureza por tempo indeterminado.

Vidro reciclável x Vidro não-reciclável	
Reciclável	Não-Reciclável
Garrafas de bebida alcoólica e não alcoólica (refrigerantes, cerveja, suco, água, vinho, etc)	Espelhos, vidros de janela e box de banheiro, lâmpadas, cristal
Frascos em geral (molhos, condimentos, remédios, perfumes e produtos de limpeza)	Ampolas de remédios, formas, travessas e utensílios de mesa de vidro temperado
Potes de produtos alimentícios	Vidros de automóveis
Cacos de embalagens	Tubos de televisão e válvulas

### Plásticos

Os plásticos em sua maioria são produzidos a partir do petróleo, um “recurso não-renovável” de matéria-prima. Apenas 1% do petróleo consumido no Brasil é utilizado para a produção de plástico.

Os materiais plásticos coletados pela coleta seletiva são levados para uma Central de Triagem onde os diferentes tipos de plásticos são separados e enviados para as fábricas de reciclagem onde são novamente derretidos para a fabricação de novos produtos.

O lixo brasileiro contém de 5 a 10% de plásticos, conforme o local e do total de plásticos produzidos no Brasil, só reciclamos 15%.

Os plásticos recicláveis são: potes de todos os tipos, sacos de supermercados, embalagens para alimentos, vasilhas, recipientes e artigos domésticos, tubulações e garrafas de PET.

Os não recicláveis são: cabos de panela, botões de rádio, pratos, canetas, bijuterias, espuma, embalagens a vácuo, fraldas descartáveis.

A fabricação de plástico reciclado economiza 70% de energia, considerando todo o processo desde a exploração da matéria-prima primária até a formação do produto final. Além disso, se o produto descartado permanecer no meio ambiente, estará causando maior poluição. Isso pode ser entendido como uma alternativa para as oscilações do mercado abastecedor e também como preservação dos recursos naturais, o que pode reduzir, inclusive, os custos das matérias-primas.

A reciclagem traz os seguintes benefícios:

- contribui para diminuir a poluição do solo, água e ar;
- melhora a limpeza da cidade e a qualidade de vida da população;
- prolonga a vida útil de aterros sanitários;
- melhora a produção de compostos orgânicos;

- gera empregos para a população não qualificada;
- gera receita com a comercialização dos recicláveis;
- estimula a concorrência, uma vez que produtos gerados a partir dos reciclados são comercializados em paralelo àqueles gerados a partir de matérias-primas virgens;
- contribui para a valorização da limpeza pública e para formar uma consciência ecológica.

PROJETO DE LEI Nº 237/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Determina que a distância mínima entre um restaurante e posto de combustível, medida em linha reta (considerando o raio), não poderá ser inferior a 20m (vinte metros), com uma tolerância de 10% (dez) para mais ou para menos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

**JUSTIFICATIVA:**

Podemos observar na Capital do Estado e em vários outros pontos, vários restaurantes situados nas proximidades de postos de abastecimento.

Preocupados com a segurança das pessoas que frequentam esses estabelecimentos, entendemos não haver segurança em um restaurante que está colado em um posto de abastecimento.

Assim, esta lei trará uma regulamentação neste sentido, o que entendemos estar faltante nas regras atuais.

PROJETO DE LEI Nº 238/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Obriga a implantação da matéria "Orientação Religiosa", em todas as escolas estaduais de Ensino Fundamental em nosso território.

Parágrafo Único. A carga horária da referida matéria, ficará por conta de estudos realizados pela Secretaria Estadual de Ensino, desde que não prejudique as demais matérias da grade curricular.

Art. 2º As aulas deverão ser ministradas por voluntários da comunidade, através de acordos com as entidades religiosas da região.

Parágrafo Único. Não havendo voluntários, o Governo deverá contratar profissionais capacitados para a função.

Art. 3º As aulas deverão ser realizadas em caráter de orientação, sem ênfase em qualquer tipo de religião.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

**JUSTIFICATIVA:**

Todos aspectos da vida do homem: seu caráter, senso de responsabilidade, bons e maus hábitos, habilidade para enfrentar as dificuldades e o grau de religiosidade - em muito são determinados pela educação na infância. As lembranças claras da infância alimentam e aquecem o indivíduo nos momentos difíceis da vida, e ao contrário, as pessoas que não tiveram uma infância feliz, não podem preenchê-la com nada. Quando nós encontramos pessoas assim - órfãos, que não conheceram carinho dos pais; enteados e enteadas, com a alma despedaçada em consequência de dificuldades domésticas; filhos ilegítimos, abandonados aos cuidados de estranhos - sentimos as almas deles marcadas pela impressão de dolorosas feridas. A ausência da educação religiosa na infância seguramente se faz sentir no caráter do indivíduo: no conjunto espiritual deste indivíduo, percebem-se rupturas notórias. A criança é extraordinariamente suscetível às impressões religiosas: ela se envolve instintivamente a tudo aquilo que divulga a beleza e o sentido do mundo ao redor. Tire isto da criança e sua alma ficará fosca; ela ficará num mundo vazio com seus pequenos interesses cotidianos. Algo similar acontece também com o corpo: se esta criança vive num ambiente úmido e sombrio, ela cresce pálida e doentia, sem forças e sem alegria em seu corpo mal desenvolvido. Em ambos os casos, a culpa do não desenvolvimento e das doenças (da alma ou corpo), recai sobre os pais.

Por outro lado, vejam as biografias de célebres homens da sociedade contemporânea e descendentes: a maioria deles saiu de famílias grandes e que trabalhavam muito e foram educados dentro das tradições religiosas.

Educação: é o processo do fundamento espiritual e moral da criação. E a Instrução: é o processo do desenvolvimento da capacidade mental da criança. Estas são duas atividades diferentes. Não existe nenhuma razão em pensar que a instrução (desenvolvimento da educação escolar) automaticamente facilita o desenvolvimento moral da criança. É possível encontrar pessoas totalmente mal educadas e sem espiritualidade, e por outro lado, camponeses com pouca ou nenhuma instrução ou simples operários, porém bem educados na espiritualidade e na moral.

É necessário ainda delimitar o entendimento da educação leiga e a educação religiosa. Qualquer educação separada da religião - seja aquela familiar ou escolar - segue os objetivos habituais temporários, relacionados com as necessidades da família, da sociedade ou estadual.

Seguindo este pensamento, entendemos ser de fundamental importância a aprovação e aplicação desta lei.

PROJETO DE LEI Nº 239/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido qualquer tipo de discriminação aos portadores de epilepsia.

Art. 2º Para efeitos desta lei, considera-se discriminação os seguintes procedimentos:

I - impedir que portadores de epilepsia façam inscrição em concurso ou seleção para ingresso no serviço público;

II - solicitar exames para a detecção da epilepsia para ingresso no mercado de trabalho;

III - divulgar, por quaisquer meios, informações ou boatos que degradem a imagem social do portador de epilepsia, inclusive de seus familiares e amigos;

IV - impedir o ingresso ou a permanência no serviço público ou na iniciativa privada de suspeito ou confirmado portador de epilepsia, em razão desta condição;

V - recusar ou retardar o atendimento, a realização de exames ou qualquer procedimento médico ao portador de epilepsia e ainda informar a sua condição de forma jocosa a outras pessoas.

Art. 3º Caberá a empresa, através de médico do trabalho, com base em critérios clínicos e epidemiológicos, promover ações destinadas ao trabalhador diagnosticado como portador de epilepsia, visando:

I - adequar suas funções em face de suas condições de saúde;

II - se a medida anterior não for possível, mudar sua atividade, função ou setor.

Art. 4º É proibido impedir o ingresso, a matrícula ou a inscrição de portador de epilepsia em creches, escolas, centros esportivos ou culturais, programas, cursos e demais equipamentos de uso coletivo, públicos ou particulares, em razão desta condição.

Art. 5º O descumprimento a esta lei acarretará ao particular as seguintes penalidades:

I - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na 1ª ocorrência;

II - multa de 10.000,00 (dez mil reais), na 2ª ocorrência;

III - suspensão de 60 (sessenta) dias do alvará de funcionamento mais pena de multa no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na 3ª ocorrência;

IV - cassação definitiva do alvará de funcionamento mais pena de multa no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na 4ª ocorrência.

§ 1º O Poder Executivo, regulamentará em 60 (sessenta) dias, as formas de defesa administrativa e aplicabilidade das sanções contidas no *caput* deste artigo.

§ 2º As multas reverterão diretamente ao Fundo Estadual da Saúde.

Art. 6º As empresas públicas ou entes de direito públicos que infringirem esta lei serão punidas com multa de 10.000 (dez mil) vezes o valor da Unidade Fiscal do Estado do Paraná, em vigência.

Art. 7º A fiscalização será exercida pelos entes administrativos dentro de sua competência legal.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Enviamos para análise e deliberação do douto Plenário, projeto de lei ordinária que proíbe a discriminação aos portadores de epilepsia dentro do Estado do Paraná e dá outras providências.

A epilepsia é um distúrbio crônico do cérebro caracterizado por convulsões ou ataques repetidos. A origem dos ataques pode ser uma lesão cerebral subjacente, uma lesão estrutural do cérebro, uma doença sistêmica, ou até ser idiopática (sem causa orgânica). Os ataques epiléticos consistem em perda de consciência, espasmos convulsivos de partes do corpo, explosões emocionais ou períodos de confusão mental.

Nos indivíduos epiléticos, as ondas cerebrais, que são uma manifestação da atividade elétrica do córtex cerebral, têm um ritmo característico anômalo.

Desta forma, uma parte considerável da população está sujeita a estes distúrbios, não podendo ser aceitado pela sociedade e nem pelo Poder Público qualquer forma de discriminação.

No entanto, na realidade cotidiana, por falta de maiores esclarecimentos e por questões culturais, ainda ocorrem atos discriminatórios, que esta legislação visa coibir.

Ante ao exposto, e em conformidade com o que dispõe a legislação pátria, solicitamos o apoio dos eminentes membros deste Parlamento, para que esta proposição seja discutida e aprovada.

PROJETO DE LEI Nº 240/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Cria o Programa de Conscientização de Reflorestamento no Estado do Paraná.

Art. 2º O Programa de Conscientização de Reflorestamento no Estado do Paraná, será executado e regula-



mentado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, objetivando o plantio de uma árvore, frutífera ou não, para cada nascimento humano ocorrido no Estado do Paraná.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei objetiva criar o Programa de Conscientização de Reflorestamento no Estado do Paraná.

Através do plantio de uma árvore a cada nascimento humano, pretende-se a recuperação, aos poucos, do nosso meio ambiente que se encontra tão degradado, visando a melhoria da qualidade de vida de toda a nossa população.

Desta maneira estaremos protegendo o meio ambiente para que as gerações presentes e futuras usufruam dos recursos naturais, garantindo a proteção dos ecossistemas.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 241/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Para fins de transferência de veículo junto ao Departamento de Trânsito, o comprador apresentará, entre outros documentos exigidos pelo Órgão, autorização de transferência de veículo (Certificado de Registro de Veículo - CRV) com a assinatura do vendedor, confirmada sua autenticidade por tabelião que reconhecerá firma por semelhança.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Atualmente quando é realizada a venda de um veículo, o vendedor deve comparecer pessoalmente ao cartório para assinar o recibo de venda, na presença do tabelião, que reconhece a autenticidade da assinatura por verdadeira.

Até há pouco tempo a assinatura do vendedor era reconhecida por semelhança, sem a presença dele no cartório, facilitando sobremaneira a vida das pessoas.

A exigência dos cartórios para que a assinatura seja reconhecida por verdadeira vem trazendo grandes transtornos tanto para os vendedores como para os compradores, pois na correria do dia-a-dia muitas pessoas não têm tempo para se dirigir a um cartório e cumprir com essa exigência. Por essa razão, pela falta de tempo de ir a

um tabelionato e ao DETRAN, as pessoas contratam os serviços especializados de despachantes que são agentes credenciados legalmente para realizar o serviço.

A exigência da autenticação da assinatura por verdadeira não é do CONTRAN que é o órgão máximo que regulamenta as normas de registro de veículos no Brasil, portanto não se justifica essa medida dos cartórios que só vem a prejudicar a população.

Visando coibir possíveis falsificações de CRV, o CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito editou as Resoluções nºs 16/98 e 187/06, que tratam de modelos e especificações dos Certificados de Registro e de Licenciamento de Veículos, não dispondo sobre a necessidade de reconhecimento de assinatura por verdadeira no recibo.

Se há situações de falsificações de documentos ou assinaturas, não se justifica que por causa de fatos pontuais milhares de pessoas sejam prejudicadas.

PROJETO DE LEI Nº 242/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder redução de 50% (cinquenta por cento) do valor do pedágio, nas rodovias pedagiadas do Estado do Paraná, para empresas que realizam o serviço de transporte de estudantes matriculados no Estado do Paraná e que façam uso deste trajeto regularmente.

Parágrafo Único. Poderão ser beneficiados do disposto do *caput* do artigo anterior, também, os estudantes que façam o trajeto até o estabelecimento escolar, com veículo próprio.

Art. 2º Ficará a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, a supervisão, regulamentação e execução da presente lei, que deverá comprovar matrículas escolares, horário do transporte e local de residência dos transportados.

Art. 3º Para a concessão do benefício, os veículos deverão estar em situação regular junto ao DETRAN.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

Sendo de competência do Poder Público Estadual zelar pela frequência à escola, o mínimo que deve-se esperar é que esse seja o facilitador para alcance desta meta.

As empresas prestadoras do transporte escolar colaboram, indiretamente, para que a Educação seja realmente um direito universal alcançável à qualquer aluno, independente da distância a ser percorrida entre a escola e sua moradia. Pois ao contrário, de nada adianta existên-

cia de vaga escolar, se não há meios para que o aluno chegue aos estabelecimentos escolares.

Assim, o que se pretende, através da presente medida, com a redução de 50% do valor do pedágio é que as empresas, que realizam esse transporte, possam reduzir a cobrança feita aos alunos transportados.

Também estamos procurando beneficiar os alunos que usam veículos próprios para realizarem esse trajeto, em busca de uma vida profissional melhor.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, primeiro orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Nelson Justus, Deputada Luciana Rafagnin, Deputado Jocelito Canto, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Esta Casa está bonita no dia de hoje, Sr. Presidente. No último dia 07 foi comemorado o Dia Mundial da Saúde e hoje vemos aqui as galerias lotadas de valorosas e valorosos servidores da área da saúde do nosso Estado. Nossos votos de boas-vindas a todos, inclusive à Coordenadora do SINDISAÚDE, a Maria José, à Elaine, que é Diretora de Comunicação, à Nena, que é Secretária-Geral e à Graziela, Diretora da Região Metropolitana.

Tivemos o prazer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de na condição de Prefeito, ter implantado em Londrina, em nosso primeiro mandato, há mais de trinta anos, uma das maiores redes municipais da saúde pública de todo Brasil. Na época, os jornais de São Paulo e Rio noticiavam que a Prefeitura de Londrina, mais a Prefeitura de Niterói e a Prefeitura de Campinas eram as três Prefeituras que mais investiam na área de saúde pública. Ocupamos depois mais três mandatos de Prefeito e pudemos fazer uma maternidade municipal, onde já nasceram mais de 50.000 bebês, e o PAI - Pronto Atendimento Infantil, que é referência para o Brasil e para o Mundo em termos de saúde pública.

Temos dado aos médicos, aos enfermeiros, aos atendentes e ao pessoal de laboratório o respeito e o atendimento que são merecedores e nesta tarde, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esses valorosos funcionários e funcionárias da área da saúde não vieram fazer recreio na Assembléia Legislativa, não vieram passear, mas vieram aqui lutar por eles e pelos demais colegas que por razões várias estão ausentes. Vejo aqui algumas faixas: “Pela imediata instalação da mesa de negociação permanente de RH-SUS”; “Cadê o PCCS próprio da Saúde?” “Promessa é para ser cumprida”; “Jornada de 30 horas - resis-

tir para conquistar”; “Trabalhadores do SUS na luta pela valorização e profissionalização”.

Conversei há pouco, Sr. Presidente, com a Elaine e pude anotar aqui alguns dados dos anseios, das reivindicações de uma categoria de extrema importância para a vida do nosso povo paranaense, do nosso povo brasileiro. O que eles desejam é o PCCS, desejam sair do atual quadro do Poder Executivo e ter uma coisa justa, que é ter uma carreira própria da Saúde. Não se justifica, Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma categoria de vital importância para o nosso povo ainda não ter o seu quadro próprio de carreira. E querem também, o que é importante, uma negociação sobre a jornada de trabalho. Há uma nuvem tenebrosa no ar - tem um ditado muito antigo, muito caboclo, que diz: onde há fumaça, há fogo - dizendo que o Governo estaria para estabelecer, fixar a jornada de trabalho em quarenta horas para os servidores da Saúde. Essa fumaça fica mais negra ainda quando se fala, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que os servidores da área de Saúde, os enfermeiros, os atendentes, que não cumprirem as quarenta horas da jornada de trabalho que o Governo quer, passariam a ter desconto na folha de pagamento já deste mês, estariam como faltosos. O salário já está minuído, não há a devida correção no salário do funcionalismo público e ainda pensar em descontar do pessoal da área da Saúde porque cumpriu trinta horas de jornada, e o Governo do Estado quer que a jornada seja de quarenta horas. Ora, isso é um absurdo, é uma desumanidade, uma falta de consideração a uma categoria profissional tão importante.

Eu lembro, Presidente Nelson Justus, para terminar, que tem lei federal para a mesma área de Saúde, lei federal, e não é de ontem, Presidente. Uma boa parte dos Deputados aqui não tinha nascido ainda quando essa lei já estava em vigor, em 1961, quando era Presidente do Brasil o Jânio Quadros: é a Lei 3.999, do ano de 1961, naquele período em que saiu Juscelino e entrou Jânio Quadros na Presidência da República. E o que estabelece essa lei, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Técnico de Raio X: jornada de 24 horas semanais. E para os demais, querem descontar para quem não fizer quarenta horas. Não estamos aqui pedindo para tirar o direito do Técnico de Raio X, não. Ele tem, por Lei Federal, assegurada a jornada de 24 horas semanais. Laboratorista, dentista e médico: jornada estabelecida por uma lei que está em vigor há 46 anos no Brasil: vinte horas semanais a jornada do laborista, do dentista e do médico; do Técnico de Raio X, volto a repetir, 24 horas semanais. Fisioterapeuta e telefonista: jornada de trabalho de trinta horas.

Então, Presidente Nelson Justus, o que essa gente trabalhadora que aqui está deseja é o PCCS e eles querem uma coisa boa também, que seja respeitado o direito já adquirido pelos seus colegas de outros segmentos da área da Saúde. Mas, o que eles querem é que haja uma negociação e que seja transformada em lei a jornada máxima de trabalho para os enfermeiros, enfermeiras, atendentes e demais colegas de profissão, a jornada de trinta horas de

trabalho, e não de quarenta horas. E nós, Presidente Nelson Justus, como representantes do povo, temos o dever de pedir ao Governador Roberto Requião, e temos o dever e a obrigação de apoiar essa categoria para que ela seja respeitada, no mínimo, no direito que é de trinta horas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segundo orador inscrito é o Deputado Plauto Miró Guimarães.

### ***Deputado Plauto Miró (PFL)***

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No dia de ontem, Deputado Nelson Justus, nosso Presidente, na Cidade de Ponta Grossa houve uma reunião entre integrantes da Polícia Militar, da Polícia Civil e de funcionários do Mini-Presídio Hildebrando de Souza para discutir as fugas que estão acontecendo da cadeia daquela cidade. Só para terem uma idéia: quatro fugas só este ano. Uma fuga por mês. Mais de 28 detentos fugiram nesse período, sendo que dezenove ainda encontram-se foragidos.

Esse cadeião, o Cadeião Hildebrando, foi construído no ano de 1986, já passou por duas ampliações, a sua estrutura está combatida. As celas teriam que ser maiores e mais amplas. Para vocês terem uma idéia, os presos estão cumprindo a sua pena, aguardando para serem julgados, nos corredores daquele presídio, a ponto de certos carcereiros - que é um número não suficiente - para fazerem a guarda daquela cadeia, estão trabalhando lá dentro em conjunto com integrantes da Polícia Militar para tentar fazer a segurança do presídio, só que têm medo de adentrar dentro do presídio no momento que os presos ocupam não só as celas, com também os corredores da Cadeia Hildebrando de Souza, no Município de Ponta Grossa.

A Segurança exige investimento. A Segurança do Paraná vai mal, Sr. Presidente. A Cidade de Ponta Grossa tem mais de 1.500 mandados de prisão expedidos pelo Poder Judiciário. Infelizmente a polícia, quando prende, não tem onde colocar, porque a cadeia está superlotada, a penitenciária já está lotada e não existe mais espaço para que estes criminosos que estão nas ruas, a partir da hora que são presos, ocupem o espaço dentro dessas cadeias e também da penitenciária.

Então, está chegando no ponto de caos. Os bandidos estão tomando conta das ruas das cidades paranaenses. Quais são os investimentos que nós vemos o Governo do Estado do Paraná - que tem a obrigação de fazer a segurança pública - fazer dentro do nosso Estado do Paraná? Praticamente zero, Sr. Presidente, Srs. Deputados. O contingente policial pedido, não só pela Polícia Militar, como também pela Polícia Civil que está com o número defasado, porque a população cresceu, muitos policiais se aposentaram e novos policiais não estão

sendo repostos com o número suficiente. E repito, os bandidos estão tomando conta. Dias atrás, na Cidade de Ponta Grossa, seqüestraram uma senhora, mãe de um médico conhecido na nossa cidade, no nosso município e, depois de tentar extorquir o pai dessa senhora, acabaram soltando-a num terreno baldio na Cidade de Ponta Grossa, município em que vivo. Não posso aceitar, Sr. Presidente, a primeira vez que seqüestram uma pessoa naquele município! E a polícia, com toda sua vontade, não tem estrutura, não tem o número de policiais suficientes para poder agir, para poder prender esses bandidos.

E o que eu vejo de concreto, de efetivo por parte do Governo do Estado do Paraná? Praticamente nada. Nada sendo feito. Não vemos ampliação dos presídios, pouco investimento em penitenciárias, os carros que são usados estão faltando. Enfim, o Governador, e aqui quero falar para o Líder do Governo, Deputado Romanelli, para que leve esta preocupação ao Governo do Estado do Paraná, para agir, porque gradativamente as pessoas de bem estão deixando de sair às ruas e os bandidos estão tomando conta!

Alguma coisa tem que ser feita. Eu não posso me calar no momento que vejo a Cidade de Ponta Grossa e a região dos Campos Gerais, como todo o Paraná, gritando, clamando e pedindo uma ação concreta do Governo do Estado do Paraná e também, Sr. Presidente, do Governo Federal, que tem responsabilidade na Segurança Pública e pouco está fazendo. Não quero aqui falar bem de Governos anteriores, mas no Governo Federal o Presidente anterior investiu milhões de reais na área da Segurança Pública. Lembro-me como se fosse hoje o Estado do Paraná recebendo recursos do Ministério da Justiça para construir penitenciárias no Estado do Paraná, para adquirir carros para a Polícia Civil e também para a Polícia Militar e, infelizmente, o novo Governo que está aí muito pouco está fazendo. Tenho assistido, sim, o PCC, o crime organizado tomando conta das grandes cidades no nosso País.

Espero uma ação concreta e toda semana virei à tribuna cobrar do Governo do Estado do Paraná e alertar, também, aqueles que fazem parte do Partido dos Trabalhadores para cobrar do seu Presidente da República ações que possam amenizar a criminalidade no Estado do Paraná, nas cidades paranaenses e no nosso Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Terceiro orador inscrito, com a palavra o Deputado Dr. Batista.

### ***Deputado Dr. Batista (PMN)***

O SR. DR. BATISTA

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Mesa Diretiva, nobres Pares.

Eu, como médico especialista em aparelho digestivo, trabalho diuturnamente, nos finais de semana - sou

de Maringá - trabalho nos hospitais. As reivindicações, Sr. Presidente, de todos os médicos e principalmente dos paramédicos, dos nossos enfermeiros, das nossas enfermeiras, são o seu trabalho árduo, porque não é fácil, não é fácil, Deputado Belinati, ouvindo aqui suas palavras quando o senhor dizia: “Como ganham mal o enfermeiro e a enfermeira.” Como trabalham muito, Deputado Marcelo Rangel, o senhor que defende bastante a Saúde em Ponta Grossa, eu vou lhe dizer uma coisa: nós só valorizamos a vida quando estamos 24 horas estendidos dentro de um hospital! Nós temos uma testemunha viva aqui hoje, o Deputado Teruo Kato que está saindo de uma patologia contaminado pelo mosquito da dengue. Esteve no hospital, o senhor vê o quanto é importante aquelas palavras bonitas que o senhor estava dizendo no tratamento que teve daquela enfermeira, daquele enfermeiro, delicados, que faziam com amor, que faziam com carinho, pegavam a dor como se fosse deles para poder aliviar. Nós sabemos que a enfermagem faz assim, sabemos que trabalha com amor, que trabalha com carinho, respeita o ente querido, mas nós temos que valorizá-los!

Semana passada estava em Maringá e os enfermeiros me perguntavam: “Dr. Batista, qual a sua posição como médico na nossa carga horária, pois nós trabalhamos oito horas por dia, quarenta horas semanais?” É um absurdo, é um absurdo o cansaço! Parece que o enfermeiro e a enfermeira não têm família para se dedicar, o dia inteiro trabalhando nos hospitais! Eu falei: não, sou favorável a trinta horas de trabalho, porque não é possível um ser humano cuidando de outro ser humano ficar quarenta horas dentro de um hospital, e haja salário!

Quando o Deputado Belinati falou da ajuda do Governo Federal - sou especialista em aparelho digestivo, sou ex-professor de cursinho - o senhor acredita que eu recebo R\$ 7,00 por consulta? Se for clínica médica, R\$ 2,54 por consulta. Agora imaginem o enfermeiro, imaginem o hospital receber R\$ 5,00, R\$ 6,00, R\$ 7,00 por dia? Café da manhã, almoço, café da tarde, roupa lavada.

Então estou aqui, Sr. Presidente, para dizer a toda essa platéia presente que eu como médico, como especialista, estou do lado de vocês por trinta horas de trabalho semanais e ainda é muito!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Douglas Fabrício.

### ***Deputado Douglas Fabrício (PPS)***

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo aqui presente, imprensa.

Eu queria primeiro falar com relação à questão, também, da Segurança. Ouvi aqui o Deputado Plauto falando com relação à questão de Ponta Grossa. Queria dizer, Deputado, que em Campo Mourão não é muito

diferente disso. Este final de semana estive na região de Paranavaí e também não é diferente. Visitando a Cidade de Alto Paraná as pessoas me abordavam na rua, porque lá em Alto Paraná, vizinha a cidade do Deputado Teruo, também acontece seqüestro, as famílias estão assustadas. Inclusive esta semana tem lá uma audiência pública dos Vereadores discutindo esta questão. Ouço o deputado Dr. Batista, ele fala muito bem - porque é da área dele - da Saúde, da reivindicação de todas as pessoas que estão aqui, presentes falando da Saúde.

(Lê:)

“Durante as últimas semanas, temos acompanhado pela imprensa o desenrolar de denúncias envolvendo a SANEPAR, e acredito que chegou o momento de discutirmos o assunto nesta Casa, que tem a missão de defender os interesses da gente paranaense.

Recentemente, o Presidente da SANEPAR, Stênio Jacob, foi convidado pela Bancada de apoio do Governo a dar explicações sobre o assunto nesta Assembléia. Veio e falou para uma platéia formada exclusivamente por Deputados da Situação.

Jacob negou que existe uma verdadeira indústria de aditivos nos contratos da SANEPAR com empreiteiras. E também defendeu que não há irregularidades no contrato entre a estatal e a empreiteira PAVIBRAS, cujo valor saltou de R\$ 69 milhões para R\$ 113 milhões, como foi amplamente divulgado por alguns jornais.

Além do aumento de quase 100%, há outro problema neste contrato específico que gostaria de lembrá-los: a PAVIBRAS foi contratada em 2002 para realizar obras de saneamento em nosso litoral, e elas não foram finalizadas.

Indiscutivelmente, isso tem causado enormes prejuízos ao nosso Estado, porque a poluição das nossas praias tem feito os turistas, inclusive os paranaenses, optarem pelo litoral de Santa Catarina e outros Estados.

Na semana passada, o Presidente do Conselho da SANEPAR, o advogado Pedro Henrique Xavier, concedeu entrevistas ao Jornal do Estado e à Gazeta do Povo onde, categoricamente, afirma que há, sim, aditivos irregulares nos contratos da estatal. E mais: ele lançou fortes dúvidas sobre a lisura do contrato da empreiteira PAVIBRAS.

Então, caros colegas, sugiro hoje que convidemos o Presidente da estatal e o Presidente do Conselho para que compareçam a esta Casa, para que tenhamos a chance de ouvi-los sobre este assunto. Não vou falar sobre CPI, pois não sou cepeísta, como disse o nosso Presidente, vou falar em convite.

E para isso, peço a colaboração do Líder do Governo e dos Deputados de sua base de apoio.

Afinal de contas, a SANEPAR é uma empresa respeitada e admirada por todos os paranaenses, e não pode conviver com esta nuvem de suspeita que paira sobre sua administração e contratos. Acredito que, se não há irregularidades, como afirmou Stênio Jacob, também não há motivos para que os Deputados da base e o próprio

Governo temam que o convite seja aprovado pelo Plenário.

Por final, explico que minha única preocupação é esclarecer definitivamente este assunto. E acredito que também é de interesse do Governo que ele seja esclarecido. Por isso, peço que meu pedido seja acatado pela Mesa e endossado por V. Exas., para que seja oficializado este convite e marcada uma data o mais breve possível.

Muito obrigado.”

Uma coisa que as pessoas reclamam e lá na CCJ já vi, é com relação àquela taxa de esgoto que é de 80%. O povo não concorda com isso, acha muito caro. É o dinheiro do povo que paga para a SANEPAR e agora, com essas denúncias que vemos pela imprensa, o povo se revolta e gostaríamos de esclarecer isso. Quero pedir à base de sustentação do Governo, à base da Oposição e a todos os Deputados, que convidemos os Presidentes, o Stênio Jacob que é o Presidente da SANEPAR e também o Dr. Pedro Henrique Xavier que é o Presidente do Conselho, para que possam estar nesta Casa, a convite, de uma forma transparente, para que possamos discutir, para os Deputados perguntarem, para ele responder, e assim ficar tudo esclarecido para a população, porque quando começa uma notícia aqui e uma notícia ali, ficamos com dúvida e eu gostaria muito que esta Casa aprovasse essa idéia e que aqui nós pudéssemos discutir esse problema que é sério, que envolve todos os paranaenses.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Artagão Júnior.

### ***Deputado Artagão Júnior (PMDB)***

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, amigos visitantes.

É uma satisfação mais uma vez ocuparmos esta tribuna. Queremos fazer uma saudação especial aos nossos visitantes do SINDISAÚDE, aos nossos servidores da área de Saúde. De pronto, falar como Deputado filiado ao PMDB, como Deputado da Base de sustentação do Governo do Estado. Acredito, sim, que tenhamos que ter uma conversa mais aberta, mais ampla e mais objetiva com a nossa categoria dos servidores de Saúde. Sabemos da importância do seu trabalho, da importância das suas ações e de qual é a diferença de um atendimento eficaz, ágil e eficiente na hora de uma doença. E nada mais natural que tenhamos bom senso, equilíbrio e boa vontade para, no mínimo, abriremos uma frente de conversação, de negociação, e se não encontrarmos uma solução que possa ser trabalhada gradativamente - até que encontremos o melhor caminho - no sentido de prestigiarmos aqueles que tanto nos atendem e de também não prejudicar a estrutura grandiosa do Poder Executivo.

Sabemos que existem as limitações legais de teto para pessoal e tudo isso que muitas vezes é colocado, mas

quando há boa vontade, quando existe dedicação, quando existe equilíbrio e bom senso, certamente encontramos os melhores caminhos.

Recebi um bilhetinho que registrava a presença do Hemo-Núcleo e da 5ª Regional de Saúde. Saudando estes, quero saudar a todos aqueles que aqui estão representando o nosso Paraná e me colocar ao lado do nosso líder da Bancada, Deputado Waldyr Pugliesi e ao lado do nosso Líder do Governo, Luiz Cláudio Romanelli como parceiros de vocês, no sentido de buscar a melhor solução possível para essa reivindicação que já vem de tempo, mas que é justa e é necessário receber uma resposta. Portanto, quero me colocar à disposição de todos vocês.

Para concluir, Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão ao Deputado Douglas Fabrício que tão bem colocou a questão da PAVIBRAS. Temos na nossa Casa, a Comissão de Fiscalização que está sendo presidida por nós, tendo como Vice-Presidente o Deputado Reni Pereira e sete membros como Deputados representando os Partidos do nosso Paraná. Certamente este é o caminho para a investigação e para o esclarecimento das dúvidas que pairam sobre este assunto SANEPAR/PAVIBRAS e sobre quaisquer outros assuntos que digam respeito às nossas autarquias, aos nossos órgãos públicos estaduais e até aos órgãos públicos municipais.

Então, quero colocar a Comissão de Fiscalização à disposição do Deputado Douglas Fabrício, assim como também de qualquer outro Deputado que tenha alguma solicitação para a investigação, para esclarecimento, porque essa é uma Casa, sim, que precisa investigar, que tem o dever de investigação, que tem como função constitucional a fiscalização da aplicação dos recursos por parte do Executivo, seja ele estadual ou através da Comissão de Fiscalização, inclusive da esfera municipal.

Quero colocar a Comissão de Fiscalização à disposição de V. Exa., como também de quaisquer outros Deputados que tenham interesse por algum tipo de denúncia que tenham recebido, de fazer uma investigação. Certamente, a Comissão e todos os Deputados membros estarão à disposição para desenvolver esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

### ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna nesta tarde, e mais uma vez vou repetir, espero que o Governo - que está enleado nessa burocracia de contratar professores - o mais rápido possível, contrate os professores da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Há mais de trinta dias as aulas já voltaram à sua normalidade. O reinício dos trabalhos da universidade, de forma lamentável e desorganizada de novo. O Governo

deixa faltar professor em sala de aula, fazendo com que professores se transformem em superprofessores, dando aula para setenta, oitenta alunos, reunindo duas turmas, esculhambando a vida daqueles que se formam neste ano. Todo ano tem acontecido isso, todo ano o Governo se mostra atrapalhado, todo ano o Governo se mostra de forma estranha a não resolver esses problemas das universidades do Paraná. É a falta de professores que fizeram concurso, que só faltam entrar na sala de aula, depois de um decreto assinado pelo Governador. Falta só o decreto. Mas, infelizmente este Governo da burocracia, que quando quer faz, quando não quer demora, enlea - a palavra popular é essa - precisa vir de uma Secretaria para outra e, demora para chegar. O decreto não chegou até o gabinete do Governador para assinar.

Enquanto isso, os nossos alunos estão sem aula. Os nossos alunos estão socados numa sala de aula e estamos passando um momento difícil. Todo ano, sai ano, entra ano e se tem o mesmo problema.

Queria reivindicar aqui ao Governo, que resolva essa questão envolvendo a falta de professores concursados, que fizeram o concurso e passaram. Não é justo que a falta de organização do Governo afete os nossos alunos e, principalmente, os formandos deste ano.

O segundo assunto, o Deputado Douglas Fabrício falou aqui da SANEPAR, do caso PAVIBRAS. É preciso alguém investigar essa história. Do jeito que está vamos assinar um atestado de boa conduta daqui a pouco para alguém. Diariamente vemos nos jornais que esse caso a cada dia está mais grave. Nada se investiga. Requerimentos são rejeitados e ninguém toma providência nenhuma. Deputado Douglas, parece que estamos nos calando quando deveríamos ouvir os responsáveis, pelo menos para explicar o que está acontecendo.

Quando o irmão do Beto Richa - como um dos Diretores do DER - autorizou aquele pagamento na rodovia, se fez uma confusão. Acho que temos algo parecido com aquilo e, até agora, ninguém quer explicar nada.

Além disso, Sr. Presidente, é preciso tratar da questão de Segurança, como bem disse o Deputado Plauto, coberto de razão. A Segurança Pública passa por um momento difícil e vou deixar aqui uma pergunta para reflexão: como se vai cuidar de Segurança, se a nível de Estado se promovem coronéis, não de acordo como determina a lei neste Estado, mas está a se promover coronéis por amizades ligadas a não sei quem? E os verdadeiros, que têm ficha limpa, que trabalharam trinta anos neste Estado, estão sendo colocados em segundo plano. Como vai se pensar em Segurança quando se vê isso acontecendo? Coronéis sendo promovidos, enquanto coronéis que serviram com amor a corporação estão sendo deixados de lado, e isso não é coisa séria de uma carreira construída neste Estado do Paraná.

Ainda para refletir: saúde pública, estamos vendo os funcionários da Saúde reclamando, reivindicando aquilo que lhe é justo, melhorias no seu salário. Acabamos de saber que o Deputado Teruo está com dengue.

Um Deputado nosso, aqui da Assembléia, pegou dengue. Imagine um funcionário que trabalha todo dia num local em que tem contaminações de áreas de todas as doenças. É preciso respeitar a saúde!

Gostaria de deixar uma única pergunta de reflexão sobre a saúde: por que, Srs. Deputados, se recentemente o Instituto de Saúde do Paraná foi acabado, fechou-se o Instituto, por que veio uma lei para esta Casa fechando o Instituto de Saúde do Paraná? Quando se fecha alguma coisa, é porque alguma coisa tem. O que tem por trás desse Instituto, que numa caneta, num projeto se fechou o Instituto? O que tem por baixo dessa ordem de fechar algo que não foi explicado? Fica a pergunta para os competentes burocratas da Saúde responderem.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passo a palavra ao Sr. Deputado Augustinho Zucchi.

### ***Deputado Augustinho Zucchi (PDT)***

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Já escutei muitas vezes que o povo tem memória que vai do almoço até a janta. Muitas vezes escuto ditados da sabedoria popular, que se tornam regras na sociedade, e aqui no Parlamento têm algumas também. Quero resgatar a memória de um projeto votado na Assembléia, cujo objetivo são os servidores da área da Saúde. A questão das trinta horas sempre foi referendada pelos Conselhos Municipais, pelo Conselho Estadual, pelo Conselho Nacional, não é só consultivo, é uma determinação, já tem em outros Estados. E aqui na Assembléia votamos um projeto encabeçado pelo Deputado Tadeu Veneri, eu particularmente assinei com mais 33 Deputados e aprovamos o projeto das trinta horas. O Governador vetou o projeto, Deputado Jocelito e temos que responder aqui: por que não estão valendo as trinta horas no Paraná?

Por que muitos que votaram o projeto, aqui, diante daquele que vieram acompanhar, depois votaram para manter o veto do Governador contra os funcionários que aqui estão?

Eu ocupo os três minutos para dizer o seguinte: eu assinei, de novo, um projeto para reapresentar e foi feito um acordo. Qual é o acordo? O acordo é para que, na informalidade, 8.000 funcionários continuem fazendo as trinta horas, informalmente. Mas, quem é que sabe se isto vai ser descontado ou não? Quem é que sabe até onde vai isso? E se já faz informalmente, por que não se faz legalmente, se isto é possível fazer?

Então, subo à tribuna para dizer que nós do PDT - assim como votamos a outra vez - agora é bom! Sabem por quê? Porque o voto é aberto! Graças a um projeto do Deputado Nelson Justus, o voto é aberto! Então, vamos fazer o seguinte: sem muita conversa, vamos reapresentar este projeto das trinta horas, vamos votar para todo

mundo ver, e se o Governador vetar, aí vai valer a posição do Deputado Artagão, que veio aqui dizer que pode contar com o apoio dele. Eu tenho certeza que daí poderemos derrubar o veto e fazer valer as trinta horas, já que não temos a condição, de nós, aqui, efetivarmos o plano de cargos e salários, porque é de exclusiva competência do Poder Executivo.

Muito obrigado!

### ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado ao Grande Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

A pedido do Deputado Tadeu Veneri, ouviremos a Sra. Graciela.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, na realidade nós solicitamos este horário, hoje, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores: Deputada Luciana, Deputado Professor Luizão, Deputado Pedro Ivo, Deputado Elton, Deputado Péricles, assim como os demais Deputados que são da área da Saúde. Vamos ouvir a Graciela, que é Coordenadora do SINDISAÚDE, porque há uma situação que será colocada aqui com muito mais propriedade para todos os Deputados, o Deputado Cheida que é da área da Saúde, é médico também, assim como outros Deputados: a Deputada Rosane que é enfermeira, é de primeiro mandato mas é nossa Deputada da região metropolitana, também.

Temos um problema, hoje, bastante agudo na área da Saúde e que sem dúvida nenhuma poderá ser explicitado. Como foi dito antes, nós estávamos até um tempo atrás com o cumprimento da jornada das trinta horas sendo feito, ainda que não na sua totalidade, de uma forma coordenada por toda a área de Saúde, que todos faziam, mas havia um acordo há quatorze anos, onde servidores da Saúde faziam as trinta horas. E sem que entendêssemos o porquê e sem que pudéssemos ter tempo para que minimamente houvesse uma negociação, nós fomos surpreendidos por uma circular do Secretário da Saúde determinando que todos os servidores e servidoras da Saúde deveriam cumprir trinta horas, sob pena de não o fazendo, terem seus dias descontados.

Buscamos o Chefe da Casa Civil, por diversas vezes procuramos o Deputado Romanelli, aqui ele esteve junto com o SINDISAÚDE, tivemos reuniões feitas também com o Secretário de Saúde, buscamos fazer esses canais, que são os canais políticos para podermos ter uma solução que obviamente contemple a todos e que não seja o confronto, porque o confronto não interessa a ninguém.

Mas, hoje, quando vem aqui a Coordenadora do SINDISAÚDE fazer esse apelo, é porque me parece que estamos chegando quase numa situação onde não há mais a quem recorrer. Se não tivermos uma solução política

para essa situação específica, teremos 8.000 famílias que terão seus salários descontados no final deste mês. Alguns receberão R\$ 200,00 ou R\$ 250,00.

Quero saudar todos os companheiros e companheiras que estão aqui, principalmente a Graciela. Quero agradecer ao Presidente e ao Líder do Governo por ter, diversas vezes, buscado esse entendimento. Precisamos encontrar uma saída, ainda que seja paulatina, mas precisamos encontrar uma solução. Esta Casa precisa encontrar uma saída porque não podemos fazer de conta que nada está acontecendo.

Sr. Presidente, mais uma vez quero agradecer a atenção dos Deputados e Deputadas e como falei, quem de fato entende de saúde é a Graciela e ela vai falar para nós.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra a Sra. Graciela Sternhein, Diretora do SINDISAÚDE.

### ***Sra. Graciela Sternhein - SINDISAÚDE***

A SRA. GRACIELA STERNHEIN

Boa-tarde aos Deputados e Deputadas! Boa-tarde ao nosso pessoal que veio do Estado inteiro lotar essas galerias, hoje. Pessoal do Norte do Paraná, do Noroeste, do Oeste do Estado, do Litoral, de Curitiba e da Região Metropolitana de Curitiba.

Os trabalhadores e trabalhadoras estaduais da Saúde estão aqui hoje para debater os fundos do SUS aqui no Estado. Como já foi dito por alguns Deputados, somos nós que, por meio do nosso trabalho, atendemos diretamente à população e, por isso, sofremos diretamente com o descaso e o desmonte dos serviços públicos. Essas mulheres e esses homens que estão nas galerias, hoje, querem que esta Casa saiba os riscos que corremos na nossa rotina diária.

Estamos nos laboratórios fazendo diagnóstico e, por isso, manipulamos secreções contaminadas. Nós trabalhamos com materiais biológicos: sangue, fezes, escarro, secreções purulentas; não sei se mais alguém aqui teria a coragem que nós temos de lidar com esse tipo de material. Por isso, o risco de contrair doenças por conta do nosso trabalho é muito grande.

Foi dito que o Deputado Teruo está com dengue e quem fez esse diagnóstico - e espero que não faça nenhum outro - mas quem faz esse tipo de exame é só o Laboratório Central do Estado. Os trabalhadores do LACEN estão trabalhando incansavelmente para dar conta da demanda desses exames que têm chegado, muitos diariamente, durante esse lamentável surto de dengue. Gostaria de pedir que dêssemos uma salva de palmas a eles.

(Aplausos)

Estamos, também, nos hospitais; nos pronto-socorros, atendendo vítimas da violência do trânsito e da falta

de segurança; atendendo pacientes em surto psicótico; atendendo pacientes em crise agressiva por uso de substâncias psicoativas, portanto, acho que todos podem imaginar o estresse que nós vivemos na nossa rotina diária.

Não podemos esquecer que estamos na Vigilância Sanitária. Nós avaliamos a carne, o pão, o leite, a água que nós bebemos, o batom que usamos, a loção pós-barba que os senhores usam, é a Vigilância Sanitária que avalia e libera o uso desses produtos. Sendo assim, a Saúde Pública é um campo muito vasto e para isso os servidores precisam de tranquilidade para exercer as suas funções. Esse tipo de serviço não admite erro.

As nossas tarefas cotidianas nos expõem a um conjunto de risco e cargas que comprometem nossa saúde. Soma-se a isso a precária infra-estrutura dos serviços e a carência de recursos humanos e materiais. As doenças relacionadas ao trabalho não são reconhecidas. Só para ter uma idéia, no período de 1998 até junho de 2006, a Secretaria Estadual de Saúde só registrou um caso de doença relacionada ao trabalho. Contraditoriamente, o número de servidores afastados para tratamento de saúde tem aumentado dia-a-dia. E a maioria delas, pode sim, ter como causa as condições de trabalho.

Nós estamos indignados com a incapacidade do atual Secretário Estadual de Saúde. O que ele deveria fazer, que era planejar e prever problemas de saúde para proteger a população, não está sendo feito.

Nós também constatamos que há uma grande distância entre o que o Governador fala e o que o Secretário faz. O Governador defende com fúria o fortalecimento do Estado. Nega veementemente as terceirizações. Mas, mal sabe ele que na Secretaria da Saúde o pensamento neoliberal corre solto. Com isso, a organização de serviços e a integralidade na atenção da saúde ficam comprometidas. Prova disso são as devoluções e ressarcimentos que a Secretaria tem feito ao Ministério da Saúde.

Só para ter uma idéia, gostaria muito de ter a atenção dos Deputados e das Deputadas. Em 2005 foram devolvidos valores do programa da dengue. Hoje, olha o que está acontecendo: em 2006 houve devolução no Ministério da Saúde das ações de gestações de alto risco e ressarcimentos para a Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde.

O pagamento só com plantões do Hospital Regional do Litoral em 2006, passa da casa dos cinco milhões de reais. E, pasmem os senhores, o Diretor de Recursos Humanos da Secretaria da Saúde, o anterior, - houve essa troca há questão de dois meses - o anterior ao atual, enquanto Diretor do RH ele se auto-remunerou para coordenar o processo seletivo do Hospital Regional de Paranaguá e recebeu também para elaborar as questões do mesmo processo. Então, alguma coisa está errada na Secretaria.

Enquanto tudo isso acontece, áreas importantes como: saúde do trabalhador, saúde mental, saúde da criança portadora de necessidades especiais, saúde da mulher, saúde do idoso, não estão recebendo a devida

atenção. A incompetência da Secretaria da Saúde para gerir recurso público é a mesma que demonstra para administrar a relação com servidores da Saúde. Isso não pode continuar. Por isso, estamos aqui.

Existe uma crise, não é nem mais uma nuvem negra. É muito maior do que isso.

O fato é que desde 1992, os servidores da Saúde realizam essa jornada de trinta horas semanais. E por que essa jornada? Além do que já foi falado aqui é uma recomendação da Organização Mundial da Saúde e da Organização Internacional do Trabalho, sem falar de todas as deliberações de conferências nacionais, estaduais e municipais.

Em 2005 houve uma primeira tentativa por parte da Secretaria para nos desrespeitar, quando ela canalizou os seus esforços para alterar a nossa jornada. Na época, essa situação foi contornada com a colaboração dos Deputados. O Deputado Caíto Quintana intermediou isso, o então Deputado Hermas Brandão, o Deputado Dobrandino também nos ajudou bastante, o Deputado Tadeu, a Deputada Luciana Rafagnin.

Em cima dessa articulação política que foi feita, a “caça às bruxas” deu uma parada e o desconto realmente não se concretizou. Só que passada a última eleição, no dia 13 de novembro, veio mais um ataque, a novela da jornada de trabalho voltou ao ar e hoje vemos um surto de ameaças, cartas de advertência, chefia histérica gritando pelo corredor com funcionário, pressão.

Inclusive, temos um servidor que está aqui hoje, que saiu do hospital ontem porque na semana passada sofreu um infarto dentro do seu local de trabalho por conta da pressão da chefia. Não dá mais para continuar desse jeito! Tem servidor ficando doente!

Uma direção que não consegue dar conta da Saúde Pública, agora está querendo provocar um novo problema, só que desta vez no bolso dos servidores, em 8.000 famílias, com essa ameaça de desconto no próximo final de mês e isso, Deputadas e Deputados, vai criar um problema para todo mundo e não somente para nós, mas para o Governo, e alguém vai ter que buscar resolver essa situação.

Então, estamos aqui hoje para tentar prevenir esse novo caos na Saúde Pública e precisamos de apoio, precisamos de ouvido que saiba negociar, pessoas que nos escutem. Para tudo isso que estamos falando, existe um arcabouço jurídico e legal que nos ampara, existem as portarias de nomeação de quatro horas, existe uma resolução da antiga Fundação Caetano Munhoz da Rocha que diz: *determinar a diminuição da jornada de trabalho de oito horas para quatro horas, dos servidores abaixo relacionados*. Esse documento pode estar velho, pode estar amarelado, mas o valor administrativo dele é inquestionável. Temos também leis federais que determinam jornadas dos técnicos de Raio-X, como já foi falado aqui, do fisioterapeuta, do terapeuta ocupacional, do odontólogo e até o Deputado Waldyr Pugliesi deve conhecer a lei que também já foi dita aqui, a nº 3999/61, que garante a jor-



nada de quatro horas para os dentistas, médicos e auxiliares de laboratório.

O Estatuto do Servidor também garante esse cumprimento, garante o cumprimento das leis federais para jornadas de trabalho específico. Na Lei nº 13666, o artigo 4º diz: *Ato do Chefe do Poder Executivo poderá determinar jornadas de trabalho concentradas ou diferenciadas para cargos ou funções com jornada mínima de trinta horas semanais. A carga horária para funções desempenhadas em locais insalubres, penosos ou perigosos será avaliada pelo órgão de perícia oficial do Estado, que lavrará laudo de caráter individual para concessão de jornada diferenciada, conforme estabelece legislação federal específica.* Até o momento desconhecemos a existência desses laudos, não foram feitos.

Agora, se por um lado a Secretaria Estadual de Saúde tem se mostrado autoritária e intransigente, por outro temos encontrado espaço para o diálogo aqui, por exemplo, com o Deputado Romanelli que nos recebeu diversas vezes até altas horas da noite, com o Deputado Alexandre Curi, com o Deputado Cheida, que inclusive quando foi Prefeito de Londrina, decretou a jornada de trinta horas para os servidores municipais de Saúde.

Em outros Estados e Municípios, além da jornada de trinta horas regulamentada, foram implantados os planos de carreira próprios para a área de Saúde. Por isso, Deputadas e Deputados, viemos a esta Casa hoje trazer uma proposta de resolução para a crise de gestão de trabalho que está acontecendo na Secretaria Estadual de Saúde, apresentando os conceitos iniciais para a elaboração do PCCS da Saúde no Paraná, que os senhores já receberam - são diretrizes. Estamos aqui apontando para a negociação. Queremos que o Paraná avance, como outros Estados já avançaram, e não fique na lanterna. Estamos propondo fazer como os Estados de Santa Catarina, Goiás, Distrito Federal, os Municípios de Cascavel, Contagem e Betim, que criaram o PCCS próprio da Saúde. Essas leis regulamentaram a jornada de trabalho de vinte e trinta horas, respeitando as jornadas diferenciadas das categorias profissionais que possuem legislação federal.

Enfim, trazemos para os senhores e para as senhoras a responsabilidade de mediar esse conflito. Solicitamos desta Assembleia Legislativa a instalação de uma Comissão que nos acompanhe até a Casa Civil, para que possamos fazer uma reunião de emergência com o objetivo de superar esse conflito através da implantação de uma mesa de negociação que estude o assunto PCCS, com destaque para a jornada de trabalho. Não podemos aceitar e não vamos aceitar que a incompetência do Dr. Cláudio Murilo Xavier se traduza em desconto financeiro para os servidores.

Obrigada!

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

No horário do PMDB, com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Cleiton Kielse***

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna hoje para tratar de dois assuntos que estão preocupando até o próprio Secretário da Fazenda do Estado. Um deles é pertinente à questão da Plataforma Continental Marítima do Paraná, talvez um assunto que não tenha entrado na pauta nos últimos meses, mas que em Brasília, tanto o Estado de São Paulo quanto o Estado de Santa Catarina estão se articulando para que o Estado do Paraná venha a perder de imediato, a partir de 2008, só na renda direta aos municípios do litoral do Paraná quase dezoito milhões de reais em royalties pertinentes a exploração dos poços de petróleo existentes em nossa plataforma.

Esse projeto, que já está tramitando na Câmara Federal há seis anos, da mudança da estatística que temos junto ao DGE do alcance da nossa plataforma, que é a menor plataforma do País, ao contrário dos demais Estados que chegam a duzentas milhas, a nossa plataforma, infelizmente, tem apenas 34 milhas, dando a convergência das linhas do Estado de Santa Catarina e do Estado de São Paulo, onde estamos sendo expropriados em uma dinâmica de conflito, tanto dentro do DGE, quanto do Ministério de Minas e Energia, que com brevidade o próprio Estado de Santa Catarina já se pronunciou, há duas semanas atrás, como proprietário dos poços de petróleo que hoje geram renda ao nosso Estado. Em uma conta gráfica, diretamente aos municípios do litoral, chegando a casa de dezoito milhões, o Governo perderá por ano quase cem milhões de reais com esta decisão judicial, ante a face que nós temos do projeto já em andamento em Brasília, do reenquadramento da plataforma, dando a oportunidade - mesmo que a plataforma seja a mais curta entre os demais Estados da Nação - nós voltaremos a ter as duzentas milhas.

Estaremos amanhã em Brasília tratando desse assunto, juntamente com o Ministro Paulo Bernardo, para que, em uma união entre os Deputados Federais do Paraná, os Senadores do Paraná, nós venhamos a levar ao extremo o respeito que o Paraná precisa junto ao Governo Federal. E peço aos Deputados do PT e de todos os Partidos vinculados ao Governo Federal que têm contato com as demais autoridades em Brasília, porque só no nosso Município de Matinhos, onde já temos os problemas oriundos de tantos momentos quanto à questão ambiental, quanto aos movimentos que nós temos de conflito sobre os orçamentos ditados e não executados no litoral, o avanço do mar tanto em Guaratuba, quanto em Matinhos e agora também em Praia de Leste, vamos perder quase dezoito milhões se não tivermos uma ação contundente, forçada aos Ministros que lá detêm a pasta junto

ao DGE para que em breve tenhamos um novo quadro de estabilização orçamentária.

A PETROBRAS já se pronunciou na perfuração de mais quatro poços até o final de 2009, possibilitando dobrar o valor que nós teríamos hoje de quase cem milhões, Deputado Dobrandino, passando em 2010 a quase duzentos milhões por ano de renda, exclusivamente dos poços aqui na nossa região do litoral.

O outro assunto que é um assunto de pauta e que ontem muitos jornalistas nos perguntaram sobre a questão da CEI do Apagão Aéreo. Nós estivemos junto ao CINDACTA do Paraná, juntamente com o Deputado Rangel, com o Deputado Belinati, junto a INFRAERO, fizemos um breaffing do que existe na realidade aqui em nosso Estado. E fizemos vários contatos durante a semana, aproveitando a abertura em alguns Estados, como São Paulo e Rio de Janeiro, aonde não temos o CINDACTA, mas temos controladores aéreos de plataforma, e tivemos realmente notícias muito tristes e preocupantes para os próximos meses. Este apagão aéreo breve que tivemos no dia de ontem já era previsível, porque durante o período de Páscoa muitos que iriam viajar desistiram, desmarcaram suas viagens, cerca de 25% dos que tinham confirmado já as suas viagens desmarcaram, pela notícia que teríamos um apagão aéreo dentro da Páscoa. Mas voltou-se à normalidade na segunda-feira, mais de duzentos aviões voltaram dentro do tráfego aéreo, das aerovias do nosso País e nós já tivemos ontem um mini-apagão aéreo.

Infelizmente, ainda nós não concluímos a CEI, estamos estudando para a semana que vem, mas vamos estar amanhã com a Associação Nacional dos Controladores também em Brasília, aproveitando, conciliando com alguns coronéis que nos abriram precedentes de informações, passando realmente a colaborar com a possibilidade de o Estado do Paraná ter não apenas uma solução para o Paraná, Deputado Nelson Justus, mas tendo uma soma geral das informações do Brasil inteiro de como nós podemos, com brevidade, terminar com este caos aéreo que nos causa muita preocupação.

Ontem, a comunicação que nós tentamos junto ao CINDACTA, no momento que estava acontecendo o apagão aéreo, nós estávamos com os controladores trabalhando, tínhamos várias dificuldades de informação, porque tínhamos um excesso de aeronaves em cima dos controladores que temos no Estado do Paraná, que temos no Estado de São Paulo e que temos nas centrais de Manaus e Recife. Mas acima de tudo temos uma preocupação com o cidadão brasileiro e com o paranaense. Como nós estamos vendo a preocupação com a questão da Saúde no nosso Estado e queremos colaborar, vamos tentar fazer com que as empresas que estão vindo ao nosso Estado não se desanimem para um questionamento nacional, um questionamento que o próprio Governo do Estado também está atento buscando informações, buscando nos dar guarida para que a Assembléia possa colaborar - como temos sido cobrados por vários meios de

comunicação - qual vai ser a solução do apagão aéreo. Passo uma informação tênue que pelo menos os equipamentos que nós esperávamos que fossem comprados, como na presença do Deputado Marcelo Rangel, nós visualizamos que os equipamentos novos, mais até e melhores do que nós temos no mundo inteiro, já estão instalados aqui em nosso Estado. Os mais avançados tecnologicamente, mas que infelizmente ainda na atualidade nós estamos usando equipamentos que foram instalados há cerca de 25 anos atrás, equipamentos na face HD ainda, tela verde, mas que até o prazo do mês de agosto deste ano, Deputado Péricles - os equipamentos já estão aqui no Paraná e instalados - estarão em consonância com a tecnologia e os próprios controladores aéreos também já terão um preparo de ordem pessoal para gerirem e nos auxiliarem na questão do tráfego aéreo do Paraná e de toda a Região Sul.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Kielse, eu gostaria de parabenizar a Presidência da Assembléia Legislativa por justamente ter nos dado a oportunidade de fazer essa investigação, essa visita ao CINDACTA II e também à INFRAERO para obtermos informações e podermos passar ao público do Estado do Paraná e talvez até contribuir com os nobres Pares também, colegas, companheiros da Câmara alta, em Brasília.

Deputado Kielse, fiquei surpreso e fiquei extremamente preocupado com o que vi no CINDACTA II. Eu já imaginava que iríamos passar novamente por problemas com relação ao apagão aéreo que aconteceu ontem, 68% dos vôos no Estado do Paraná ficaram atrasados. Isso pode se repetir nos próximos dias, porque como V. Exa. acabou de dizer, os equipamentos novos adquiridos pelo Governo Federal já chegaram ao CINDACTA II mas ainda não estão funcionando, precisa um tempo de adaptação, somente no final do ano, em agosto ou setembro é que esses técnicos poderão estar utilizando esses novos equipamentos.

O senhor que esteve junto conosco lá no CINDACTA II pode perceber que temos equipamentos dos anos 70, computadores do tamanho de salas que, infelizmente, têm processamento inferior a computadores já ultrapassados como é o caso do XP e que ainda estão em funcionamento. São poucos profissionais, são poucos os militares que atuam nessa área de controle aéreo. Pelo menos aqui no Estado do Paraná, precisamos aumentar o efetivo com urgência!

O que mais me preocupa, Deputado Kielse, é que não somente os profissionais da área de controle aéreo, e sim, outros profissionais até mesmo da área de meteorologia, informação, de computação, eles também podem cruzar os braços e o apagão aéreo no Brasil pode voltar a qualquer momento. Me parece, pelo menos para mim ficou extremamente claro, que o Governo do Brasil

começou a fazer investimento na área da aeronáutica logo após o acidente ocorrido com o avião da Gol. Muito tarde! Infelizmente este ano vai ser um ano difícil, acredito que nós teremos mais problemas ainda pela frente, Deputado.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Para concluir, Sr. Presidente, eu queria só ressaltar que a presença do Deputado Marcelo Rangel e do Deputado Belinati é muito importante. Nós vamos ter mais uma reunião, ainda no dia de hoje, com a ANAC - Associação Nacional de Aviação Civil, possibilitando informações que levaremos a Brasília.

Dando um contexto que hoje, só na parte técnica, entre controladores aéreos e mais ainda os agentes da parte de tecnologia, computação e serviços paralelos aos controladores, nós precisamos, de imediato, quase cem novos técnicos para dar apoio, de imediato! Numa previsão que nós fizemos há 25 anos atrás, tínhamos 186 aeronaves comerciais; hoje nós temos mais de 1.200 aeronaves, sendo o mesmo número de controladores aéreos de 25 anos atrás nas mesmas bases, nos mesmos equipamentos e com pouco apoio no momento mais difícil da aeronáutica, na história brasileira.

O descrédito internacional está sendo levado às barras da Justiça americana. Temos problemas, hoje, com a aeronáutica, as indenizações já estão na casa de duzentos milhões de reais, algumas dessas indenizações já ganhas por um investimento que nós calculamos de mais quatro milhões por mês na base Paraná e Região Sul.

Por isso eu encerro, Sr. Presidente, pedindo desculpas, nós vamos à reunião da ANAC, agora às 16h30 e na semana que vem nós queremos, junto com os demais membros, Deputado Marcelo Rangel e Deputado Belinati, trazer informações concretas e termos uma reunião coerente para mandarmos, quiçá, ao próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, já são quase 16h, estamos caminhando para o final da Sessão, e uma grande parte do pessoal do SINDISAÚDE - já foi dito que é gente que veio do interior - muitos passaram a noite viajando, porque eles não ganham bem e naturalmente muitos vieram de ônibus. E foi dito, aqui, pela Graciela que o grande anseio neste momento é conseguir uma audiência na Casa Civil do Palácio Iguaçu, que é aqui do outro lado da rua. Mas estamos caminhando para o final da Sessão e fico imaginando o seguinte: quando esse pessoal voltar para casa, até mesmo antes de chegar em suas cidades, o celular vai estar em operação, a família querendo saber como foi a viagem para Curitiba, os colegas de trabalho querendo saber se conseguiram o PCCS, se a jornada vai ser fixada oficialmente em que eles, modestamente, pedem de trinta horas.

Então, Sr. Presidente Nelson Justus, gostaria de fazer um apelo ao nobre Deputado Romanelli. Deputado

Romanelli, por favor, vamos dar uma contribuição a esse pessoal, porque caso contrário, vão voltar de mãos vazias, sem nada concreto. Os discursos, aqui, são importantes de apoio ao PCCS e ao que eles reivindicam, mas o mais importante ainda é o nobre Deputado Romanelli acertar ali na Casa Civil e formar uma Comissão, quem sabe de vários Srs. Deputados de vários Partidos e mais os representantes do SINDISAÚDE, para que eles voltem para casa felizes com uma solução para a reivindicação que motivou a viagem deles a Curitiba, porque caso contrário, eles estão voltando sem nada de concreto, Deputado. É o pedido para que seja concedida ainda hoje essa audiência para objetivar bem a vinda desses nobres servidores da área de Saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto.

### ***Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto***

O SR. JOCELITO CANTO

Deputado Belinati, a única tristeza é que tenho que dar a notícia a V. Exa.: o senhor sabe que o Chefe da Casa Civil não está no Palácio. V. Exa. sabe disso. O Chefe da Casa Civil está viajando. Então, tem que avisar os nossos amigos do SINDISAÚDE que com o Chefe da Casa Civil não vai ter audiência, porque ele está viajando. Não tem o que fazer. Então, tem que falar com o homem que manda.

Mas, Sr. Presidente, estava prestando atenção no pronunciamento da Graciela, ela fez um comentário que me chamou a atenção em alguns pontos. Isso nos preocupa muito, Sr. Presidente: temos um companheiro nosso, o Deputado Teruo, que está com dengue. Diz que é o diabo esse negócio, que é coisa do capeta, que só não mata o caboclo por muito pouco. E o Dr. Batista, que é médico da Casa, disse que se der a hemorrágica mata o caboclo, na hora. Temos um Deputado com dengue nesta Casa. Veja que exemplo para nós Deputados, temos um Deputado com dengue dentro da Assembléia Legislativa do Paraná. Fiquei perguntando para mim mesmo: um Deputado com dengue? Não pega! Os Deputados fiquem tranquilos, só pega quando o bichinho pica. Os Deputados podem beijar, abraçar o japonês, não tem problema nenhum. Isso é como a AIDS, não transmite não, não é bem assim.

Ouvi aqui a Presidente do SINDISAÚDE dizer que o Governo do Paraná, o Secretário da Saúde devolveu o dinheiro do programa da dengue para Brasília. É verdade isso? Pois é, Sr. Presidente, se o Governo do Paraná recebeu o dinheiro para cuidar da dengue e não usou o dinheiro, como nós chamamos isso? Incompetência, é claro! Nós chamamos isso não só de incompetência, mas de falta de respeito com um companheiro nosso nesta Casa que está com dengue, porque se o dinheiro fosse aplicado, quem sabe o nosso companheiro não estaria com dengue

hoje, essa é que é a verdade! Dinheiro que vem para um programa e é devolvido, o que está acontecendo? Você recebe o dinheiro, o Governo Federal tão criticado, e os Deputados do PT, Deputado Welter, Líder do PT, o Lula manda o dinheiro e o Cláudio Xavier pega o dinheiro e não quer, manda de volta. É legal isso? Claro que não é legal. Dinheiro sendo devolvido quando temos um surto de dengue no Paraná, em cidades importantes do Paraná, pessoas passando por momentos difíceis e nós aqui desta Casa temos um companheiro nosso sofrendo e vamos continuar fazendo o quê? Só discursando? Devolver dinheiro da dengue, de um programa, é incompetência da Secretaria de Saúde do Paraná. Só posso atribuir a isso! Devolver dinheiro de um programa que é sagrado, que veio e não é usado, é incompetência! Claro que é incompetência!

Também fiquei preocupado, Sr. Presidente: o SINDISAÚDE denunciou aqui, fez uma denúncia e está no lugar certo. Está fazendo uma denúncia na Casa do Povo. Estamos aqui para representar, o nosso papel é fiscalizar, não é só fazer leis. A denúncia que traz o SINDISAÚDE de que até do Programa de Geração de Alto Risco das Mulheres, o dinheiro foi devolvido, dinheiro que era para prevenir o nascimento das criancinhas, para aquela criancinha nascer legal, não ter essa quantidade de mortalidade infantil, o dinheiro é devolvido! Devolvido por quê? Porque alguém, de forma errada, não aplicou o dinheiro! Puxa, nós estamos brigando por saúde! Estamos brigando por recursos para a Saúde e de repente encontramos dinheiro que vem e volta, que ninguém usa. Para isso só tem uma palavra: incompetência. Claro, só tem essa, não tem outra! Fiquei preocupado quando a Presidente do SINDISAÚDE disse que um hospital recebeu cinco milhões, no litoral. Dr. Batista, Srs. Deputados de Londrina, de Cascavel, nós de Ponta Grossa, está faltando dinheiro nos nossos hospitais, sim. Lá em Ponta Grossa têm UTIs paradas, na fila de espera, colocadas numa sala da 3ª Regional, porque faltam recursos para mandar para os hospitais e para botar para funcionar. Isso é que o Secretário prometeu, quis fazer isso no ano passado! Não fez. As UTIs estão lá paradas. Eu não sei se é aluguel, eu não sei se foram compradas. Aí, o Hospital do Litoral, com todo o respeito ao litoral, que é uma vez por mês, está lá. Recebeu cinco milhões! Como foi passado esse dinheiro? Qual é o critério de repassar recursos? É população? É quem arrecada mais? Se for por arrecadação, nós precisamos receber mais!

Finalmente, uma denúncia cabeluda: um Diretor da Secretaria de Recursos Humanos recebeu para fazer alguma coisa na implantação do hospital em Paranaguá. O que é isso? Alguém precisa explicar isso! Alguém da Saúde precisa explicar! Que Diretor é esse que recebeu? Isso foi dito pelo SINDISAÚDE.

Finalmente, Sr. Presidente, o Instituto de Saúde do Paraná, por quê fechou? Por que parou de funcionar? Por que se extinguiu? Veio uma lei: "... foi extinto o Instituto de Saúde do Paraná". Por quê? O que é que houve com o Instituto de Saúde do Paraná? Qual é a função do Instituto

de Saúde do Paraná? É comprar? É coordenar? Eu quero fazer essa pergunta e que alguém responda. Por que parou? Porque foi extinto o Instituto de Saúde do Paraná?

Sr. Presidente, eu estou protocolando, hoje, nesta tarde - baseado depois do pronunciamento do SINDISAÚDE - dois requerimentos. O primeiro requerimento, eu sei que vai ser adiado hoje e vai ser votado só amanhã, que pede: quanto foi devolvido de dinheiro a Brasília, que não foi usado na Saúde? Porque foi devolvido? Porque eu não posso admitir que cidades do Paraná estejam com surto de dengue, que crianças estejam sendo colocadas em situação de risco, enquanto nós vemos dinheiro devolvido à Brasília. Devolvido porque não foi usado. Ou alguma coisa tem. Volto a dizer: Instituto de Saúde por que parou? Por que foi extinto? O que tem por trás? O que fazia esse órgão?

Era isso que eu queria pedir, Sr. Presidente, e espero que esses requerimentos sejam aprovados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

PDT, Deputado Edgar Bueno.

### ***Liderança do PDT: Deputado Edgar Bueno***

O SR. EDGAR BUENO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente, eu só quero fazer um reforço na questão da Segurança Pública do Estado do Paraná.

Nós estamos vendo notícias da grande maioria dos Municípios do nosso Estado, reclamando que a Segurança está um verdadeiro caos. Se analisarmos profundamente onde está a raiz do desmando da Segurança Pública do Estado do Paraná, nós começamos pela vaidade do Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná. Quando eu digo que ele é vaidoso, vejo a grande maioria dos Deputados concordando com a cabeça. É tão brutal esse tratamento que eu fiquei sabendo que os 36 Deputados que apóiam o Governo, que são Base do Governo, não mais do que seis conseguem falar com o Secretário. O que os Deputados chamam de baixo clero, ele nem atende.

Eu só queria alertar a essa grande maioria de Deputados, que a força está com a união. A força está com aqueles que se unem para resolver um problema tão sério como esse. É seqüestro, homicídio, são cadeias caindo, superlotadas. A cadeia de Cascavel tem lugar para 140 presos. Sabe quantos têm? Seiscentos e quarenta. Ora, essa é a nossa realidade da Segurança Pública do Paraná, e precisa começar a ser debatida aqui nesta Casa, para que possamos buscar uma solução melhor para o povo do Paraná.

Com referência à Páscoa, que eu ouvi falar também: um verdadeiro abuso das pedagogadoras. No domingo à noite, quem veio do interior para Curitiba sofreu as conseqüências, dez, quinze, vinte quilômetros

na fila esperando a catraca das pedagogadoras, que abusam da boa vontade do povo paranaense, cobrando valores exorbitantes e atendendo muito mal.

Agora, Sr. Presidente, vamos tratar desse assunto que o Paraná inteiro, hoje, está mobilizado, que é referente à Saúde.

O SINDISAÚDE reúne as suas lideranças do interior do Paraná e de Curitiba e se faz presente hoje um número expressivo que veio em busca de suas reivindicações. Nós conhecemos a realidade da saúde, agora, não conhecíamos a incompetência gestora de um Secretário, de um Estado de devolver dinheiro para o Governo Federal porque não teve a capacidade de aplicar os recursos tão necessários para resolver, não só o problema dos funcionários da saúde, mas principalmente da população.

É de se refletir Srs. Deputados, como é que o Governador Requião orienta no Estado forte e o seu Secretário, o subordinado, não obedece as suas diretrizes governamentais, porque sequer tem competência para que a gestão pública do Paraná possa atender no mínimo os interesses da população.

Vocês lembram muito bem, que na época da campanha, 90% dos políticos são bonzinhos, prometem tudo, resolvem tudo. Sei que prometeram a vocês resolver o problema, não só do PCCS, mas também com referência às trinta horas. É possível que os bonzinhos venham atender vocês pela metade, ou seja: “não vamos mexer no salário agora, mas vamos dar as trinta horas, e vamos acomodá-los”. Queria dizer para não aceitarem isso, porque um trabalhador de saúde trabalhando seis horas, mal remunerado, significa que ele vai ter que buscar um bico, um trabalho paralelo para poder tratar com dignidade a sua família.

Então, não aceitem este que não é um presente, é um dever pela metade.

Vamos discutir e vamos formar uma Comissão mista que tenha Deputados representantes de todos os Partidos, para que essa discussão possa levar a sério os interesses dos nossos trabalhadores de Saúde.

No Hospital Regional de Cascavel, que hoje é o Hospital Universitário, vemos a cada minuto, não só pessoalmente como já fui, mas também através da imprensa, os corredores lotados, o povo mal atendido, falta funcionários, leitos fechados. Falta abrir um concurso público para completar o cargo necessário para tocar a Saúde com dignidade. Quando nós olhamos no balanço do Estado, percebemos que sequer o Governo aplicou aquilo que é da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nem esse valor foi aplicado na Saúde do Paraná, e hoje nós assistimos com tristeza o caos que estamos vivendo nesse setor.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)**

Deputado, parabéns pelo seu pronunciamento. O senhor começou a falar sobre a Secretaria da Segurança. Nós temos um problema muito grave com relação à Secretaria da Segurança e realmente o Secretário Delazari parece ter muita vaidade mesmo, como o senhor afir-

mou e não consigo marcar uma audiência com o Secretário. Já estou aqui há dois meses na Casa e não consegui ainda conversar com ele pessoalmente. E o senhor falou sobre a Secretaria da Saúde. Pude acompanhar pela televisão o problema que a Cidade de Cascavel está passando também na área de Saúde, foi amplamente noticiado. Em Ponta Grossa temos quatro Deputados e os quatro compartilham da mesma opinião: é impressionante o que está acontecendo com a Saúde no Estado do Paraná.

Dias atrás aqui no plenário falei ao Sr. Presidente, e volto a repetir: se o Secretário da Saúde, Sr. Cláudio Xavier, não mudar, não se pronunciar, não se mexer, ele vai enterrar o Governo do Estado do Paraná.

#### **O SR. EDGAR BUENO (PDT)**

Muito obrigado pelo aparte, reforçando esta tese tão necessária e que nós tratamos com tanto respeito.

Quero dizer, então, a todos os representantes da Saúde do Paraná que nós vamos trabalhar, aqui, não só eu mas o PDT e tenho certeza que vários outros Deputados de outras siglas, vamos trabalhar pela aprovação do Plano de Cargos, Carreira e Salários. Vamos trabalhar pelas trinta horas. E vamos trabalhar por um salário digno, porque nós sabemos que o alimento que comemos passa pela mão das Secretarias de Saúde, estadual e municipal, que os restaurantes que são fiscalizados para oferecer comida, com garantias de saúde, passa pelas Secretarias de Saúde dos Municípios e do Estado. Nós sabemos, os que atendem a população, um pai e uma mãe desesperados, que vêem seus filhos e filhas, que sequer tem remédio para atender essas crianças, que sequer têm funcionários suficientes para dar um atendimento digno, eu sei o quanto vocês já foram ofendidos e muitas vezes agredidos.

E isto não pode continuar assim. Vamos em busca da dignidade da Saúde do Paraná para poder tratar com respeito nossa população.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

No horário destinado à Liderança do PSDB, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

### ***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni***

#### **O SR. VALDIR ROSSONI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores da Saúde. Farei aqui um pronunciamento e gostaria de pedir a atenção do Líder do Governo, porque é uma denúncia grave que trago neste momento, quanto à questão da SANEPAR, voltando ao assunto PAVIBRAS.

Mas, não posso jamais falar da questão que trago aos Srs. Parlamentares, para voltar um pouco no tempo e lembrar, aqui, algumas questões que foram amplamente debatidas nesta Casa e que, no momento em que os servidores da Saúde estão aqui, o discurso fica fácil, o discurso recebe aplausos, mas na hora de decidirmos

algumas questões, ficam muitas dúvidas entre o posicionamento dos Srs. Parlamentares. Alguns, naturalmente.

Nós, aqui, quando aprovamos o Orçamento do Estado, no ano de 2006, tivemos a preocupação, vários Parlamentares desta Casa, de apresentar uma emenda ao Orçamento exigindo que o Governo cumprisse a lei. Vejam o absurdo! Ter que colocar uma emenda no Orçamento exigindo que o Governo cumpra a lei.

Ora! A lei é para ser cumprida com emenda ou sem emenda! Para cumprir a nossa Constituição! O que reza a nossa Constituição? Ela diz o seguinte: que o Governo deve gastar em Saúde, 12%. Colocamos isto para fazer amarras no Orçamento, para ver se o Governo cumpriria a Constituição.

Aprovamos, aqui. A votação é aberta. Foi aprovado. Nós vibramos. Por quê? Ora, avançamos! Vamos fazer com que o Governo cumpra o Orçamento do Estado, a Constituição, 12%. O que aconteceu? O orçamento chegou ao Palácio Iguaçu, o Governador vetou a emenda que exigia que ele cumprisse a Constituição em 12%. O que é mais importante: o Deputado Tadeu Veneri apresentou um projeto tratando da questão que os servidores estão, hoje, reivindicando. O que nós fizemos? Foi feito um acordo de lideranças. Foi votado por unanimidade e foi aprovado o projeto. O que aconteceu? Foi para o Palácio Iguaçu, aconteceu o mesmo que ocorreu com o Orçamento: foi vetado pelo Governador, voltou a esta Casa.

Como a votação ainda era secreta, quando entrávamos na urna secreta, e alguns dos Parlamentares que votaram o projeto do Deputado Tadeu Veneri, que atendia a reivindicação dos Servidores da Saúde, quando entraram para votar, votaram contra o projeto e foi mantido o veto do Governador e tirado um direito que tinha sido aprovado por esta Casa.

Esses assuntos são importantes de serem lembrados e colocados, porque é impossível discutir a questão da Saúde e de que o Governo não cumpre a Constituição. Por essa razão, lembro-me como se fosse hoje, num pronunciamento que fiz aqui quando iniciou a campanha de Governador, eu comecei a ver no horário eleitoral o atual Governador do Paraná vindo à televisão com uma bondade, com uma expressão tão carinhosa com o povo do Paraná, com os servidores do Paraná, com todas as pessoas a quem ele se dirigia, que eu fiquei pensando: esse homem mudou! No entanto, deixei uma ressalva no ar para a imprensa paranaense: não esqueçam, querido povo paranaense, que o Requião da campanha eleitoral não vai ser o Requião depois de eleito! Falei aquilo, todos acharam que eu era muito radical, que era meu posicionamento por ser Líder de Oposição e estava tentando agradar o povo paranaense também. O que aconteceu? Foi a eleição. Aquele homem carinhoso, respeitoso, de paz, que queria fazer um segundo grande Governo desapareceu e voltou a ser Requião.

O que aconteceu com o Setor de Recursos Humanos dos servidores da Saúde, onde houve um enfarte? É exemplo do seu Governante, ele acha que o Governador

pode agredir a tudo e a todos. Ele, lá na Diretoria de Recursos Humanos, também se acha no direito de agredir o servidor público.

Nós que temos família, que temos netos, qual é o exemplo que sempre damos, o que dizemos à nossa família? O exemplo vem de casa, vem do pai, vem da mãe. O exemplo que o Governador mostra ao Paraná e a esse Diretor que desrespeita o servidor é um exemplo que não queremos dar aos nossos filhos.

Meus caros servidores, infelizmente não sabíamos que os senhores e as senhoras estariam aqui, mas vejam, o Governo do Paraná não cumpre a Constituição. Ele é obrigado a gastar 12% em Saúde e não gasta. Daí, de repente, eu ouço o Deputado de Ponta Grossa - Jocelito - dizer que foi cinco milhões para Matinhos, e lá em Ponta Grossa, que é uma grande cidade, estão faltando recursos. Parece-me que os recursos da Saúde não são distribuídos conforme a necessidade da população. São distribuídos se é companheiro político ou não. E isso faz muito mal à Saúde.

Mas, o que trago aqui é muito grave, Deputado Romanelli e V. Exa. que tem sempre dado uma atenção aos Deputados de Oposição, espero que V. Exa. compreenda o que nós estamos trazendo aqui. Faz quase seis meses que falamos quase todo dia, há pouco falou o Deputado Douglas da questão PAVIBRAS. Ontem, outro Deputado falou da questão PAVIBRAS. Vamos trocar isso aqui, talvez as pessoas que estejam nos ouvindo aqui não tenham a compreensão do que estamos falando. A PAVIBRAS, Sr. Presidente, é um empresa contratada pela SANEPAR. Ela foi contratada para executar obras no valor de 41 milhões. É dinheiro pra chuchu! Aí, o que aconteceu com esses 41 milhões? Foram aditivados e já chegou em torno de 120 milhões. Três vezes mais que o contrato.

## ***Passa a usar o Horário da Liderança da Oposição***

Uso o horário da Liderança da Oposição, porque senão não consigo concluir, Sr. Presidente.

Outro dia, chego na minha sala e como sou Líder da Oposição, é claro que o meu gabinete se torna um centro de referências para quem tem algo a reclamar sobre o Estado. Chega um cidadão simples, comum, e diz: “olha, Rossoni, vocês falam tanto em PAVIBRAS, essa obra da SANEPAR contratada, de repente vem o Procurador Sérgio Botto e denuncia lá de dentro do Governo, um dos principais assessores denunciou as irregularidades na SANEPAR.” Na semana passada veio o tal de PHX que não conheço, mas também deu entrevista aos jornais do Estado do Paraná, muito graves. E esse cidadão me diz: “não é só o que eles estão falando, tem muito mais.” E aí, me somo ao que o Deputado Jocelito disse: temos que ir em busca da verdade. Somo-me ao Deputado Douglas, que convida o Presidente da SANEPAR a vir aqui esclarecer as nossas dúvidas. Quando o Governo contrata uma obra desse vulto, a empreiteira deve assegurar a obra.

**O Sr. Edgar Bueno (PDT)**

Preciso saber, essa palavra “aditivada”, gostaria de saber: foi contratado por quanto e foi pago quanto?

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Ela foi contratada por...

**O Sr. Luiz Cláudio Romanelli (PMDB)**

Desculpe, Deputado Rossoni, os números estão errados.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Estou falando do meu caso, da PAVIBRAS, ela foi contratada por 41 milhões.

**O Sr. Luiz Cláudio Romanelli (PMDB)**

Não é verdade. O senhor desinforma o Plenário.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Estou informando corretamente porque os números estão nos jornais. Entrevista do Sr. PHX. E quero respeitar o Presidente do Conselho da SANEPAR.

Quero trazer a minha denúncia que é gravíssima. Quando o Governo contratou a obra e depois foi aditivando, em 2004 para 2005, foram fazer apólice de seguro daquele ano - quer dizer, pagar o seguro da obra, porque se algo acontecesse lá, estaria segura. Pasmem os senhores, tem uma apólice aqui da PAVIBRAS - Pavimentação e Obras Ltda, que me foi trazida por um cidadão que dizia: “olha, Rossoni, estão falsificando inclusive as apólices de seguro.” E eu disse: “não é possível”!

O que eu fiz? Encaminhei isso aqui a um advogado, a uma pessoa que investigasse. A pessoa entrou em contato com a seguradora e a seguradora nos disse o seguinte: “não existe essa apólice de seguro, o número da apólice é falsificado, adulterado e a assinatura da seguradora também é falsificada”. E quero dizer aos senhores que não é dinheiro de banana, não. É muito dinheiro! O valor da apólice falsificada é R\$ 203.000,00. E aí alguém pode dizer o seguinte: ah, mas isso aí podem ter enganado a SANEPAR.

Vejam aqui um outro equívoco de quem adulterou a apólice de seguro. O que é a apólice de seguro? É o mesmo que nós fazemos o seguro do nosso carro e aí você manda um terceiro ir lá no Banco e ele não vai ao Banco, adultera e te entrega a apólice. Mas aí, vamos acreditar que o Presidente da SANEPAR não sabia disso, mas vejam aqui o seguinte, porque daí é que a falsificação e a adulteração são grotescas, achando que nós nunca chegaríamos nisso, porque se não viesse um cidadão nos trazer isso, jamais pensaríamos em apólice de seguro. Apólice de seguro, Srs. Deputados, teria que ter validade do dia 16/05/04 até o dia 09/07/05 e aí é que vem a maior barbaridade. Sabe quando foi “recolhido” o seguro, foi falsificado? A validade do seguro começaria em maio e sabe quando eles falsificaram a apólice?

Em 02 de julho. Quer dizer, o que ocorre é que vamos ter que nos aprofundar nessa questão da SANEPAR

e da PAVIBRAS. Deputado Romanelli, se fossem os Deputados de Oposição que estivessem fazendo essa denúncia, poderia ser por motivação política. Mas, quem fez as denúncias através da imprensa, na entrevista, foi nada mais nada menos que o Presidente do Conselho da SANEPAR, Paulo Henrique Xavier. Então, o seguinte: quando o problema vem de dentro da SANEPAR, de alguém que está participando da administração da SANEPAR, como o Sérgio Botto, que foi Procurador do Estado, algo está errado na corte e nós queremos esclarecer.

Deputado Romanelli, antes de lhe conceder o aparte, quero dizer a V. Exa. que faz aproximadamente vinte dias que tenho esta apólice e ao recebê-la, não acreditei. Aí, telefonamos para a seguradora e a seguradora disse: “olha, só pelo número já não bate, porque se fosse seguro de uma obra, teria um outro número”. Aí, passamos à assinatura, a mesma constatação, a assinatura também não é a verdadeira. E é por essa razão que eu digo, não só por essa razão, mas se você pegar a data de validade também não bate com o recolhimento.

Então, essa questão, na verdade, PAVIBRAS, o Deputado Leprevost também tem uma série de requerimentos, nós também temos alguns requerimentos, há um convite do Deputado Douglas para o Presidente da SANEPAR, vir aqui a esta Casa esclarecer aos Srs. Parlamentares. E eu outro dia alertei, Deputado Roamaneli, a V. Exa., o Presidente da SANEPAR veio aqui e se reuniu apenas com os Deputados do Governo...

Infelizmente, Deputado Romanelli, V. Exa. terá o horário e aí o senhor me concede um aparte ou me cede um pouquinho de tempo da Liderança da Oposição e eu lhe concedo um aparte.

Só para concluir, Sr. Presidente, eu quero pedir escusas ao Deputado Edgar. Então, eu estou trazendo aqui essa situação para justificar os requerimentos que nós estamos fazendo e acredito que também servem de justificativa aos requerimentos feitos pelo Deputado Ney Leprevost e pelo convite, respeitosamente, ao Presidente da SANEPAR que vem aqui falar com os Deputados também da Oposição.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Democratas.

**(Declina)**

PT: com a palavra o Deputado Professor Luizão.

***Liderança do PT: Deputado Professor Luizão*****O SR. PROFESSOR LUIZÃO**

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, funcionários, servidores da Saúde do Estado do Paraná:

Eu acompanhei atentamente a fala da Graciela que colocou a situação dos servidores da Saúde do Estado. Sou solidário com a luta dos trabalhadores da Saúde, tra-

balho dignificante, estão expostos ao perigo de infecção, de contaminação, fiscalizam os alimentos, enfim, muitos dos trabalhos que já foram relatados aqui, trabalham com as pessoas na hora em que elas mais precisam, muitas vezes as famílias já abandonaram os pacientes, mas vocês estão ali dando atendimento, muitas vezes são as únicas pessoas que os pacientes têm ao seu lado. Sou solidário, mas também não sou inconseqüente, porque eu acho que muitas vezes é fácil falarmos as coisas, principalmente quando não se tem responsabilidade de Governo, porque é só propor, é falar, tem solução para tudo, é tudo muito fácil. Agora, eu quero acreditar, servidores, na sensibilidade do Governador para tentar resolver esse impasse com os servidores da Saúde.

Eu sei que o Governador tem se esforçado para recuperar a Saúde no Paraná, a Saúde que foi sucateada no Paraná durante muitos anos, a defasagem de hospitais, de UTIs, muitas UTIs foram implantadas, temos acompanhado e que parece que nunca é o suficiente, mas tem havido um esforço, temos que reconhecer isso.

Então, acredito que deveremos ter uma solução negociada para a situação de vocês, porque eu considero uma luta justa pelo Plano de Cargos e Salários, pela jornada de trinta horas, pelo que vocês representam na vida das pessoas deste Estado.

O PT sempre foi solidário com a luta dos trabalhadores da Saúde e hoje somos, sim, da Base do Governo, mas continuamos solidários com a luta de vocês e acreditamos em uma solução negociada na conversa. Acreditamos que o Líder do Governo deverá assinalar com um encaminhamento, porque também não adianta propormos sair daqui e ir falar com o Chefe da Casa Civil, se ele não está aí, está viajando. O Governador, sabemos também que está viajando, mas devemos ter uma sinalização para que o diálogo seja franco, para que sejam colocadas as situações com tranquilidade, para que o Governo coloque a sua situação e que encontremos um termo que seja bom tanto para o Governo, para dar tranquilidade para a população do Paraná, como para os servidores da Saúde que têm suas demandas, que sabemos das dificuldades que têm.

#### **O Sr. Tadeu Veneri (PT)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Luizão, acho que o senhor coloca bem. É preciso que tenhamos, de alguma forma, a sinalização que é preciso, é necessário, é urgente uma saída para esta situação emergencial que traz em parte os servidores hoje aqui, que é justamente o plano do desconto com relação às trinta horas. Obviamente que não se resume a isto, como o senhor lembrou bem, também nós temos a questão do PCCS, me parece que a direção do sindicato solicitou, inclusive, ao Líder do Governo para que pudéssemos ter a Dra. Maria Marta, que hoje responde tanto pela Secretaria da Administração como também pela Procuradoria Geral do Estado, da qual é funcionária

de carreira e que, obviamente, estando em Curitiba, pode receber uma Comissão da Assembléia com os servidores para que nós, minimamente, tenhamos uma sinalização e eu diria, o que é mais importante, que tenhamos neste momento a suspensão dos descontos, porque sem a suspensão dos descontos, é preciso entender com todas as letras, nós podemos ter uma solução negociada. Se não tivermos a capacidade de termos uma solução negociada, podemos ter uma solução à força e que todos os lados perderão, principalmente a população.

Acho que ser Governo, como o senhor mesmo lembrou, é diferente de ser Oposição. São situações diferenciadas e são responsabilidades diferenciadas, mas a responsabilidade com a população é uma só. E nós não podemos, nem o Partido dos Trabalhadores e nem os demais partidos que compõem a Base de Governo, nós não podemos, sob nenhum tipo de desculpa ou de qualquer outro argumento, não entender que se nós tivermos hoje uma solução que não seja negociada, corremos o risco de termos no Paraná uma epidemia de dengue, por exemplo, sem termos funcionários para atender. E aí não adianta empurrar o problema com a barriga.

Então, quero crer que a sua intervenção é correta, assim como o Líder do Governo também já se manifestou e me parece correto. O Líder do Governo tem buscado solução, o Deputado Romanelli tem tido a sensibilidade por diversas vezes de ouvir, como foi dito aqui, e buscar uma solução. Nós procuramos, eu procurei o ex-Presidente desta Casa, Deputado Romanelli, ex-Deputado Hermas Brandão, que também acha que pode contribuir neste processo. Agora faço um apelo: - que nós possamos sair daqui minimamente com a sinalização do diálogo, porque sem o diálogo vamos estar fazendo um debate de surdos, um debate onde a força vai prevalecer e todos vão perder, mais os servidores, mas mais do que os servidores, a população.

Cumprimento-o pelo seu pronunciamento e espero e acredito que temos a sensibilidade e a razão para fazermos deste debate um debate construtivo e que possamos ter uma solução. Eu não sei qual a solução, mas eu sei que precisamos de uma solução, porque sem ela é o caos e ninguém quer o caos, nem nós, nem o Governo, nem os servidores.

#### **O Sr. Luiz Eduardo Cheida**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Luizão, muito rapidamente, eu não quis me pronunciar, mas quero dizer que a idéia do Deputado Tadeu Veneri é muito interessante e eu acho que poderíamos ampliá-la fazendo um requerimento, uma indicação nesta Sessão de hoje, assinado todos os Deputados ao Governador, solicitando o não desconto na folha de pagamento e obviamente a abertura de negociações.

Quero também agradecer o seu aparte e dizer que fiquei muito agradecido pela lembrança. Quando fui Prefeito de Londrina, realmente eu fiz as trinta horas sema-



nais na jornada dos trabalhadores da Saúde. Acho isso fundamental e acredito que a Bancada do Governo haverá, junto com os outros Deputados, de convencer o Governador que isso é fundamental para a Saúde no Estado do Paraná.

Muito obrigado pelo aparte.

**O Sr. Dobrandino Da Silva (PMDB) (Aparte)**

Deputado Professor Luizão, as suas ponderações, do Deputado Cheida, são todas corretas, como é correta a posição dos servidores vindo até esta Casa, que é a Casa do Povo, se socorrer com os Deputados para que garantam as reivindicações deles. Estão corretíssimos.

Quero salientar aqui, neste momento, que esta posição de desconto já vem desde o tempo em que eu era Líder do Governo. Por muitas vezes atendi a Comissão de Saúde no meu gabinete na Liderança do Governo, fui falar com o Governador, várias vezes, com a Secretaria da Saúde e até hoje não houve desconto. Eu não sou Governo para dizer que não vai ser descontado, mas tenho certeza absoluta que não vai haver desconto na folha de pagamento. É uma questão complexa que já enfrentamos nesta Casa, porque é muito fácil fazer discurso para platéia - me desculpem, aqui muitos que foram Prefeitos e tinham o caos no Município deles, hoje falam diferente aqui. Eu falo aquilo que é realidade não para ganhar aplauso. Tenho certeza, nós já resolvemos aqui questões das mais diversas, questões de delegados, de várias categorias e todas fomos solucionando aos poucos. Esta também será encaminhada e solucionado o problema.

Agora, como já disse, claro que é complexa a diminuição da carga horária, acho que é justo mas o Governo tem que fazer com critério e eu me somo a V. Exas. para conversar com o Governador, junto com o Líder do Governo, Deputado Romanelli. Não sou mais o Líder, mas ajudarei. Com certeza teremos um bom encaminhamento para uma grande solução. Por isso, quero repetir, não posso concordar com aqueles que na época que eram Governo se omitiam e agora fazem um discurso fantástico para aplausos. Para aplausos eu não faço, eu falo a realidade, que é muito mais justo falar a verdade do que a fantasia.

Muito obrigado.

**O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)**

Deputado Luizão, trinta segundos, só para dizer a V. Exa. que quando Prefeito de Ponta Grossa eu também fiz trinta horas para os funcionários da Saúde.

Muito obrigado.

**O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)**

Para concluir, Sr. Presidente, eu acredito que só não existe solução quando não há diálogo. Através do diálogo nós podemos ponderar situações. Acredito que a demanda que os traz aqui são demandas justas, vocês merecem realmente. Acredito também na sensibilidade

do Governo, agora, também temos que ter responsabilidade, analisar a situação, considerando todas as implicações. Eu não vejo problema, vocês estão no lugar certo que é o lugar do diálogo, lugar onde se deve debater para encontrar soluções. Acredito que vamos encontrar um termo para a solução desses problemas através de um encaminhamento que o Líder do Governo deverá fazer, e reabrir o diálogo entre os representantes dos servidores e os representantes do Governo.

Vocês estão no lugar certo e nós somos solidários com a luta de vocês.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

No horário do PP, com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

***Liderança do PP: Deputado Ney Leprevost***

**O SR. NEY LEPREVOST**

Sr. Presidente Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Servidores da Saúde do Estado do Paraná.

O grande líder político, Winston Churchill, dizia que determinados políticos pensam apenas na próxima eleição, e os estadistas pensam nas próximas gerações.

Hoje estamos tendo um debate franco e sincero nesta Casa, que refere-se exatamente às próximas gerações. Ouvi atentamente, Sr. Presidente, o pronunciamento do Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni. E quero dizer que concordo com grande parte do que foi colocado, aqui, pelo eminente Parlamentar. A Saúde Pública no Estado do Paraná encontra-se em condição caótica. Amanhã estaremos realizando na Assembleia Legislativa, às 10h30, na sala das Comissões, uma reunião exatamente para tratar deste assunto, para debater a questão da Saúde e traçar um diagnóstico do problema em Curitiba e na Região Metropolitana.

Na quinta-feira pela manhã estaremos nos dirigindo a Ponta Grossa e região dos Campos Gerais a convite do Deputado Marcelo Rangel, também com o mesmo objetivo, Sr. Presidente. Mas quero dizer, com todo respeito que tenho aos Deputados que defendem o Governo do Paraná, que é momento de fazermos um apelo ao Sr. Governador para que olhe com mais atenção, com mais carinho para a questão da Saúde no nosso Estado. Considero extremamente justas as reivindicações dos servidores, já é hora de os profissionais que trabalham com a Saúde Pública neste Estado terem o seu Plano de Cargos, Carreiras e Salários. E na Assembleia Legislativa, nobre Deputado Reinhold Stephanes Júnior, precisa ser sensível a essa questão, porque quando tratamos de Saúde estamos tratando da vida, estamos tratando de nossos semelhantes, que muitas vezes morrem nas portas dos hospitais, morrem nas filas, não por falta de dedicação dos servidores, muito pelo contrário, porque os

servidores são verdadeiros heróis que dedicam-se de corpo e alma a causa da Saúde, mas, Sr. Presidente, por falta de dinheiro, por falta de investimentos, por falta de leitos, por falta de UTIs.

Poderia, até pela experiência que adquiri ao longo da vida trabalhando na área de saúde, como parceiro da Rede de Combate ao Câncer que trabalha pelo Hospital Erasto Gaertner, como ex-Presidente da Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, poderia passar horas aqui, debatendo este assunto. Mas subo a esta tribuna, com muita objetividade, apenas para pedir que seja levado um apelo ao Sr. Governador para que olhe com muito carinho, com mais atenção, com mais dedicação pela Saúde Pública no Estado do Paraná, porque a situação realmente não está fácil.

Concedo aparte ao nobre colega Parlamentar Reinhold Stephanes Júnior, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

#### **O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)**

Muito obrigado, Deputado Ney Leprevost.

Eu, junto com o Ney Leprevost, Marcelo Rangel, Fernando Ribas Carli e Dr. Batista da Comissão de Saúde, acho que vamos tratar deste assunto com bastante cuidado.

Acho que poucos sabem que durante quatro anos fui Secretário de Estado do Paraná da Administração e usava-se as trinta horas sem nenhum problema. Começamos naquela época a trabalhar com a jornada de trinta horas, mas a questão sempre envolveu alguns aspectos importantes: a questão da necessidade de mais pessoas na área, custos e várias outras situações. Mas hoje, apesar de não estar oficializada na prática na maioria das entidades, a jornada de trinta horas já é executada.

Esse assunto tem tudo para ser bem “costurado” e dar certo. Acho que como membro também da Bancada do Governo, vou defender que efetivemos aquilo que na prática, durante muitos anos, é feito. Podem ter certeza que vamos lutar.

Conversei com algumas pessoas do sindicato que foram ao meu gabinete e orientei como deve ser feita essa “costura”, porque eu acho que politicamente o apoio da Casa vai acontecer. A questão vai se pautar muito em custo, precisar de mais pessoas, e com abertura de novos hospitais, isso tem que ser muito bem conversado, porque a área da Saúde está ampliando bastante no Paraná. O Governo está investindo nessa área e quando se fala em qualquer mudança, isso gera algum tipo de custo, mas, bem conversado e com compromisso de procurar atender cada vez mais a população, eu acho que é possível. Desejo que seja muito bem resolvido.

Parabéns, Ney Leprevost, pelo seu trabalho.

#### **O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Obrigado, Deputado Reinhold Stephanes Júnior. Eu não tenho dúvida de que a sua experiência como administrador público será fundamental para ajudar a

Assembleia Legislativa e os servidores a conduzirem esse debate tão importante.

Quanto à questão da SANEPAR que foi abordada pelo Deputado Rossoni, estaremos conversando mais sobre o assunto, mas eu gostaria de lembrar que também envolve Saúde Pública, porque existem sérias suspeitas de técnicos da Universidade Federal do Paraná, de que os níveis parasitológicos do lodo que é retirado das Estações de Tratamento da SANEPAR e usado como fertilizante em plantio de cana-de-açúcar, de café e de grãos, é um lodo que pode estar com índices parasitológicos acima daquele que representa risco de neurocisticercose, mas sobre isso nós estaremos conversando no momento oportuno, durante o debate sobre os pedidos de informações.

Quero reiterar o nosso total e irrestrito apoio aos servidores da Saúde e parabenizá-los pela sua dedicação a essa causa que é uma causa de todos nós paranaenses.

Obrigado, Sr. Presidente.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Bloco PSB/PL/PRB/PV.

Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

#### ***Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)***

##### **A SRA. ROSANE FERREIRA**

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, trabalhadores da Saúde do Estado do Paraná.

Há alguns dias atrás eu subi a esta tribuna, para discutir a questão da Saúde Pública, mas hoje eu não poderia me furtar ao papel de ocupar mais uma vez, porque hoje eu estou Deputada do Estado do Paraná, mas na verdade, eu sou - uma coisa é estar, a outra é ser - enfermeira, enfermeira da Saúde Pública. Vinte e três anos da minha vida dedicados à Saúde do Estado do Paraná, funcionária de um Município da Região Metropolitana.

Eu queria aproveitar este final, porque muito já foi dito e é difícil fazermos um pronunciamento depois de tantos pronunciamentos com tanta substância como já foram feitos até este momento. Quero colocar para os Srs. Deputados que muitos dos servidores que estão aqui nessa galeria, eu já conheço: Elaine, Sassá e outros, os conheço de outros movimentos, senhores, porque mais do que estarem aqui reivindicando salário, um Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos, mais do que estarem reivindicando redução de carga horária, oficialização de uma carga horária que já tenha sido feita ao longo dos anos, esses servidores ajudam a construir a Saúde do Estado do Paraná no dia-a-dia. São os mesmos servidores que vão para as Conferências Estaduais de Saúde, que fazem as conferências locais de Saúde, as conferências municipais de Saúde e que ajudam a elaborar o Plano Estadual de Saúde e que muitas vezes se entristecem por ver esse plano não fazer parte da peça orçamentária.

Então são lutadores, gente que briga todos os dias para garantir a saúde aos paranaenses. Eu não tenho

nenhuma dúvida. Participam de todos os outros movimentos e são responsáveis por muitas das conquistas do SUS, que embora sejam apontados inúmeros problemas, podem ter certeza, senhores, ainda é o melhor plano para a Saúde Pública do Brasil. Ainda é o melhor sistema de saúde colocado para toda a população e colocado na questão da América. Eu não tenho dúvida disso, o SUS é maravilhoso. Nós precisamos só pontuá-lo, colocá-lo no rumo certo e aparar todas essas arestas. Não podemos desconsiderar todos os avanços que já tivemos nos últimos vinte anos.

O PCCV, já colocado na Lei nº 8142 desde 1990, como uma das prerrogativas para que os municípios fossem inseridos ao SUS, é mais do que uma luta de classe, de categoria. O PCCV permite aos servidores saberem de onde eles partem e aonde eles podem chegar e, separa o joio do trigo. Eu entendo perfeitamente isso. Vai fazer com que os servidores se aprimorem, busquem avanços, qualificação profissional, e isso vai fazer a diferença na hora de prestar serviço. É essa a questão que está em jogo quando se quer um PCCV.

Hoje percebemos em muitos municípios - permitam-me servidores do Estado do Paraná que eu fale de municípios, porque é a minha realidade, é onde eu cresci profissionalmente - em muitos municípios, cargos de chefia não são dados. Cargos de chefia em Centros de Saúde, em Coordenadorias de Serviços, não são dadas pela qualificação do servidor que exerce o seu papel, mas sim, pela cor da camisa político-partidária.

**(Aplausos)**

Isso reflete no serviço que prestamos. Eu tenho uma carga horária onde estou licenciada, no Centro de Saúde, também - estou com esse vício de falar nós servidores, porque ainda é histórico trabalhar 23 anos na Saúde Pública e estar há três meses aqui - então eu ainda me coloco muito mais ao lado dos senhores.

Quando tivermos um plano onde as chefias sejam colocadas por qualificação, isso vai refletir rapidamente no serviço que prestamos.

Uma outra questão tem que ser colocada aqui, quando não se tem uma política efetiva de habitação que proporcione, adequadamente, uma vida para os paranaenses, por exemplo, quando ainda se permite que pessoas ainda residam em áreas de ocupação, em áreas de preservação. Quem tem que responder rapidamente são os servidores da Saúde. Não podemos falhar quando não se tem uma política ainda adequada de trânsito, não se tem uma cultura onde todos os dias pessoas são vítimas de acidentes de trânsito e lotam os nossos hospitais. Nós da Saúde não podemos falhar, onde não se tem um controle ambiental e toneladas de particulados são jogados na atmosfera. Tudo que não funciona sobra para nós.

Na semana passada eu falava que muitas pessoas vão ao Centro de Saúde buscar remédio para dormir, simplesmente pelo fato de não conseguirem inserir-se no mercado de trabalho e não conseguirem pagar as suas

contas, as básicas de luz e água. E o servidor tem que dar resposta.

Para finalizar, quero dizer que não podemos fazer da política de Saúde uma moeda de troca da política partidária. Temos que ter uma política de Saúde efetiva, temos que discutir, sim, todas as outras atuações. Eu só estou hoje Deputada, porque durante muitos anos comecei na Saúde Pública como atendente de enfermagem, fiz a minha faculdade toda como atendente de enfermagem. Prestei depois um concurso público como enfermeira e a minha estada como enfermeira numa jornada de trinta horas semanais permitiu que eu pudesse me aprimorar nas horas restantes e conseguisse ainda ser mãe, esposa e dona de família. Mas me aprimorar nas lutas e poder estar aqui é fundamental para que nós crescamos como profissionais.

#### **O Sr. Reni Pereira (PSB) (Aparte)**

Quero cumprimentá-la pelo pronunciamento, dizer que quando a senhora fala aqui V. Exa. personifica todos os trabalhadores da Saúde do Estado do Paraná. E a demonstração é que V. Exa. está falando calma, com o coração, tanto é que se emocionou. Mas como o Deputado Cheida falou, precisamos de efeitos práticos, e essa é uma questão técnica que certamente passará pela Comissão de Saúde.

Quero comunicar à Mesa e à Assembléia que V. Exa. não fazia parte do nosso Bloco Parlamentar quando nós indicamos os nossos membros das Comissões Permanentes. Acabei de falar com o Deputado Ribas Carli, que é o titular da Comissão de Saúde, sou o seu suplente, e estou encaminhando a minha substituição pela senhora nessa Comissão de Saúde. Já falei com o Deputado Ribas Carli nas tratativas a respeito do PCCS, dos aumentos, tudo que envolveu os trabalhadores da Saúde V. Exa. terá assento permanente na Comissão de Saúde e poderá trazer essa comunidade para dentro da Comissão Técnica.

#### **A Sra. Luciana Rafagnin (PT) (Aparte)**

Rapidamente, quero agradecer V. Exa. pelo aparte e parabenizá-la pelo seu pronunciamento, assim como cumprimentar a todos os servidores da Saúde, os trabalhadores da Saúde do nosso Estado do Paraná que aqui estão, mas parabenizá-la pelo seu pronunciamento porque fala com muita propriedade, conhecendo bem a área, e sentimos que realmente precisamos, e isso é comum até pelos pronunciamentos de todos os Deputados até agora, é comum a preocupação de todos os Parlamentares que a Saúde é a coisa mais importante na nossa vida, é a coisa mais importante que devemos tratar com muito carinho aqui no Estado do Paraná.

Gostaria de parabenizar o SINDISAÚDE, parabenizar a Graciela que aqui se pronunciou muito bem colocando as dificuldades que vem enfrentando e também me somar a essa luta, estamos acompanhando de longos anos todo esse debate. Entendo e quero reforçar aqui o pro-

nunciamento do Deputado Cheida e do Deputado Tadeu Veneri, sabemos do esforço que o Deputado Romanelli vem fazendo para abrir essas negociações e entendo que vamos encontrar uma saída, sim. É uma responsabilidade de todos nós Parlamentares no sentido de somarmos para termos mais forças e no sentido de podermos colocar ao Governador por quê estamos levando essas reivindicações. Acredito que neste momento abre-se mais um canal de negociações, acredito muito que a saída é pelo diálogo. Sei que o SINDISAÚDE está disposto a fazer isso e a nossa parte como Parlamentares, é claro que nós temos que fazer também.

Coloco-me à disposição, estou somando junto neste trabalho e entendo que mais do que nunca temos que dar prioridade à Saúde do nosso Estado.

Obrigada!

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA (PV)

Sr. Presidente, só para concluir, quero agradecer o pronunciamento do Deputado Reni Pereira, que é o Líder do nosso Bloco, me permitindo que eu faça parte da Comissão de Saúde, aonde eu quero, perante as galerias, fazer um compromisso de honrar este lugar que V. Exa. está me concedendo, Deputado.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrando o Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Luiz Cláudio Romanelli, usando do horário da Liderança do Governo.

### ***Liderança do Governo: Deputado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Lideranças Sindicais, trabalhadores da área da Saúde que participam desta manifestação nesta Casa.

Queria dizer que tenho recebido na Liderança do Governo as lideranças sindicais que representam o SINDISAÚDE. Tenho recebido a Graciela, a Elaine e as demais companheiras e companheiros que conosco têm travado um diálogo fraterno, mas muitas vezes - reconhecimento - duro, em defesa dos interesses dos trabalhadores da Saúde.

Tem sido um diálogo franco, respeitoso e sobretudo sobre um tema que é da maior importância para cada um e cada uma dos servidores da Saúde. E nós temos, sim, como Líder do Governo Requião, tenho a responsabilidade de reconhecer nesta manifestação que está sendo realizada de uma forma tão bonita nesta Casa, hoje, que esta manifestação maiúscula representa seguramente um conjunto de trabalhadoras e trabalhadores e que daqui, certamente, tem que nascer um processo de discussão para que nós possamos, nesta Casa, convocando as demais lideranças, buscar estabelecer um canal para que possamos iniciar uma negociação.

Por isso, quero manifestar meu profundo respeito a este ato. A Assembléia Legislativa é a Casa dos Para-  
naenses e como tal tem que receber todas as manifestações advindas ou da sociedade ou de segmento tão importante como são os trabalhadores da Saúde.

Por isso, quero aqui manifestar a disposição de diálogo permanente para que, com as legítimas lideranças que conosco têm dialogado, com os Deputados que compõem a base do nosso Governo, os Deputados do PMDB, do PT, do PTB, do PMN, do PSDB, do grupo que nos apóia e dos demais Parlamentares que têm apoiado o Governo, dizer que queremos, sim, estabelecer um processo virtuoso para que possamos encontrar um caminho que possibilite uma relação absolutamente franca e fraterna.

Eu não vim aqui fazer um discurso demagogo. Não vim aqui para fazer como alguns fizeram, que durante a vida toda tiveram uma prática absolutamente contraditória, desrespeitando o movimento social, sem nenhum tipo de respeito ao dinheiro público, pessoas que têm absoluto desprezo pela mobilização sindical, pelo movimento sindical e que subiram, nesta tarde, na tribuna, como se fossem arautos da democracia e da liberdade em nosso país.

Quero estabelecer com todos essa conversa franca e buscar, junto com o SINDISAÚDE, um processo que possamos desobstruir os canais e possibilitar essa negociação. Então, meu respeito a essa manifestação que vocês fazem, nesta tarde, na Assembléia Legislativa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero dizer que ouvi o Deputado Valdir Rossoni em seu pronunciamento. Ele pegou um documento que, claro, não era um documento, até trouxe aqui em sinal de respeito à carta que vocês nos enviaram do PCCS, não é este documento, mas vi ele trazer um documento, diz ele um documento que é falso. Está prescrito como crime no Código Penal o uso, a fabricação e a utilização de um documento público. Peço que V. Exa., Deputado Valdir Rossoni, ainda hoje, faça um ofício e envie esse documento ao Ministério Público para poder investigar quem fabricou e quem utilizou documento público falso. As pessoas que usaram esse documento têm que ser punidas.

Agora, o que não dá é ouvirmos falar de um contrato da SANEPAR feito com a PAVIBRAS. Sabe quem fez o contrato com a PAVIBRAS? O Governo do Jaime Lerner, na época que a SANEPAR estava privatizada na mão dos franceses. Fizeram um contrato que estava orçado em oitenta milhões de reais e essa empresa, a PAVIBRAS entrou na licitação, que era dinheiro do banco japonês, o GBIC, um financiamento que compromete as finanças públicas do Paraná para o PARANASAN.

Deputado Marcelo Rangel, a obra foi licitada em 2002 com orçamento de 2001 e foi dada a obra - foi assinado o contrato e dada a ordem de serviço - para a empreiteira PAVIBRAS que ganhou a licitação por 69 milhões de reais. Ganhou a obra sem que ela tivesse licenciamento ambiental e V. Exa., Deputado Cheida,

sabe muito bem disso. Todo processo foi feito no Governo do Jaime Lerner, da SANEPAR privatizada, eu vejo como têm pessoas aqui questionando a obra.

Por isso, quero dizer a V. Exas. que não me assusta, porque conheci o Governo Jaime Lerner pelas entranhas. Eu conheci, sim, a falta de respeito do Governo Jaime Lerner com os trabalhadores, não só da área da Saúde como da Educação, porque fui Oposição nesta Casa ao Jaime Lerner. Por isso, sei que o nosso Governo respeita o dinheiro público. O dinheiro público, agora, é bem aplicado.

Quando o Presidente da SANEPAR esteve aqui e fez esclarecimentos aos Deputados da base, alguns Parlamentares da Oposição que aceitaram o convite e foram à Liderança do Governo tiveram os esclarecimentos dados da obra e o porquê dos atrasos, as ações do Ministério Público que interromperam as obras, os reequilíbrios financeiros que levaram a obra de 69 milhões a 113 milhões, do valor orçado em 2001, quando estamos em 2007.

Até o final do ano passado, o Governo rescindiu o contrato e contratou outras empresas para terminar essa obra, porque a empresa de fato entrou num processo de concordata.

Então, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, para concluir - que não me assustam esses discursos que na aparência, na forma são discursos feitos com palavras fortes, mas sinceramente com conteúdo muito raso, não são verticais, mas são horizontais - quero dizer que tudo tem que ser de fato esclarecido pontualmente, sem nenhum tipo de arroubo, mas ao contrário.

Tem documento falso? Encaminha ao Ministério Público para ser investigado e serem tomadas providências. Aliás, é um crime que é de alçada pública e não precisa ter representação - está ali, é só encaminhar, porque o Ministério Público tem por obrigação, como fiscal da lei, promover a competente ação penal que o caso merece, se de fato foi isso que aconteceu.

Acredito nas palavras do Deputado Valdir Rossoni e não tenho razões para duvidar que a investigação que ele tenha feito não seja verdadeira, mas quero dizer que é importante que se tome as providências. No mais, fica aqui, Sr. Presidente, a minha saudação respeitosa à Direção do Sindicato, o SINDISAÚDE e a todos os servidores que vieram aqui nesta tarde fazer esta manifestação, uma manifestação que é um ato de mobilização do Sindicato e se vocês queriam nos sensibilizar, com certeza absoluta conseguiram.

Era isso e muito obrigado!

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Mensagem nº 012/07, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar a Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996 (Lei do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS). **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 013/07, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispensa o pagamento de créditos tributários, ajuizados ou não, relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 542/07/GAB, subscrito pelo Sr. Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que outorga autorização ao Procurador-Geral de Justiça para atualizar, anualmente, por resolução, os valores devidos ao Fundo Especial do Ministério Público do Paraná - FUEM/PR. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente, comunicando que a Sra. Deputada Rosane Ferreira, irá substituí-lo junto à Comissão de Saúde Pública, nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Sr. Deputado Elton Welter, para representar esta Casa de Leis na X Marcha dos Prefeitos em Defesa dos Municípios, nos dias 10 a 12 de abril, na Cidade de Brasília/DF. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Sr. Deputado Caíto Quintana para representar esta Casa de Leis em Brasília/DF, nos dias 11 e 12 do corrente mês. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Sr. Deputado Cleiton Kielse para representar esta Casa de Leis, como Presidente da Comissão Especial de Investigação em Brasília, para tratar de assuntos referentes ao apagão aéreo, nos dias 11 e 12 de abril. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Indicação nº 061/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, propondo a construção de uma nova Delegacia de Polícia Civil, no Município de Guaíra. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 762, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Extraordinária para logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Apenas gostaria de dizer ao ilustre Líder do Governo que responderei a ele no encaminhamento dos requerimentos que fizemos. Apóio que tenhamos a Sessão para a aprovação do salário-mínimo no Paraná.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

## Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante de Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### Redação Final

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 048/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que altera a Lei nº 14.743, de 15 de junho de 2005, que proíbe fumar nos recintos e edificações que especifica e adota outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 002/07, de 27/02/07, em Projetos de Lei).**

### 2ª Discussão

#### ITEM 02

2ª Discussão - do Projeto de Lei Complementar nº 058/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social - SEHIS; institui o Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social; cria o Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA COPTC.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01  
AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 058/07

Dá nova redação ao inciso VIII do artigo 2º, da seguinte forma:

“Art. 2º (...)

VIII - garantia da democratização e ampla publicidade nos veículos de comunicação local e regional, dos procedimentos e processos decisórios e de contratação, bem como, das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objetos de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade das ações do SEHIS;”

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) ELTON WELTER

Apoioamento:

Professor Luizão, Nereu Moura, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello, Pedro Ivo e Tadeu Veneri.

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02**

Dá nova redação ao inciso II do artigo 1º, da seguinte forma:

“Art. 1º (...)

II - viabilizar e promover o acesso à habitação urbana e rural para a população com renda familiar de até 05 (cinco) salários-mínimos, que não sejam proprietários, promitentes compradores ou cessionários de direito de qualquer outro imóvel residencial, no atual local de domicílio, nem onde pretendam fixá-lo, bem como, não detenham em qualquer parte do País outro financiamento nas condições do Sistema Financeiro Habitacional - SHF, implementando políticas e programas de investimentos e subsídios.”

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) ELTON WELTER

Apoioamento:

Professor Luizão, Nereu Moura, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello e Tadeu Veneri.

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03**

Inclui o inciso XIV do artigo 4º, na seguinte forma:

“Art. 4º (...)

XVI - o Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social - CEHIS, deve promover audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais no âmbito do SEHIS.”

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) ELTON WELTER

Apoioamento:

Professor Luizão, Nereu Moura, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello, Pedro Ivo e Tadeu Veneri.

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 04**

Adite-se parágrafo ao artigo 5º, da seguinte forma:

“Art. 5º (...)

§ 5º A primeira gestão do Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social será escolhida democraticamente pela Conferência das Cidades do Paraná.”

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) ELTON WELTER

Apoioamento:

Professor Luizão, Nereu Moura, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello e Tadeu Veneri.

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 05**

Adite-se parágrafo único do artigo 7º, com a seguinte redação:

“Art. 7º (...)

Parágrafo Único. Os representantes dos movimentos populares terão suas despesas de deslocamento, hos-

pedagem e alimentação custeadas pelo Governo Estadual, quando em exercício das funções do Conselho, de modo a garantir a ampla participação.”

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) ELTON WELTER

Apoioamento:

Professor Luizão, Nereu Moura, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello e Tadeu Veneri.

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 06**

Modifique-se o *caput* do artigo 6º, com a seguinte redação:

“Art. 6º As decisões do Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social - CEHIS, serão tomadas por deliberação mínima de 05 (cinco) de seus membros.”

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) ELTON WELTER

Apoioamento:

Professor Luizão, Nereu Moura, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello e Tadeu Veneri.

**O projeto retorna à CCJ, para parecer.**

**ITEM 03**

2ª Discussão - do Projeto de Lei nº 113/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre a política estadual de incentivo à cultura do bambu e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAICTM.

Sobre o referido projeto, emenda supressiva, nos seguintes termos:

**EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI Nº 113/07**

Suprima-se do inciso III do artigo 6º do Projeto de Lei nº 113/07 de autoria da nobre Deputada Estadual Cida Borghetti, a expressão “... na recomposição de matas ciliares...”. Passando o inciso mencionado com a seguinte redação:

“Art. 6º ...

III - incentivar a utilização do bambu na recuperação de áreas degradadas e na composição de sistemas agro-florestais;”

Sala das Sessões, em 10.04.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

Apoioamento:

Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Beti Pavin, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Professor Luizão e Pastor Edson Praczyk.

**JUSTIFICATIVA:**

As áreas de APP - Área de Preservação Permanente, como as matas ciliares só podem ser recompostas e recuperadas com mata nativa, ou seja, espécimes naturalmente presentes na região, autorizar ou incentivar o

plantio de bambu nessas áreas não representa uma atitude prudente, pois só trará prejuízos ao meio ambiente. Além dessa inequívoca afirmação, o estímulo do plantio do bambu nessas áreas não tem sentido econômico, uma vez que não se pode explorar plantações nessas áreas.

Tem-se, também, que salientar que existem inúmeras espécies de bambu, e na sua grande maioria não são nativas de solo brasileiro. Assim, a plantação de espécies não nativas (exóticas) poderá alterar o equilíbrio ambiental nas áreas de APP. O plantio do bambu nativo pode ser feito nas áreas de APP desde que sejam nativos da região e em proporção muito reduzida. A retirada da expressão mencionada equaciona o problema ambiental.

**O projeto será encaminhado à CCJ, para parecer.**

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

Apenas para indagar à Mesa, essa é uma emenda apenas suprimindo uma expressão do projeto, que não o altera, em absoluto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

De qualquer maneira, Deputado, tem que voltar a CCJ. É emenda supressiva.

#### ITEM 04

2ª Discussão - do Projeto de Lei nº 126/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Escola de Náutica e Marinharia de Guaratuba - ENAMAR, com sede e foro no município de Guaratuba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2ª Discussão - do Projeto de Lei nº 128/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto de Biologia Molecular do Paraná - IBMP, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2ª Discussão - do Projeto de Lei nº 132/07, de autoria do Deputado Rui Hara, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no município de Pinhais. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### 1ª Discussão

#### ITEM 07

1ª Discussão - do Projeto de Lei nº 141/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Instituto Alfredo Kaefer, com sede e foro no

município de Cascavel. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 013/07, de 19/03/07, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 141/07

P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de Utilidade Pública o Instituto Alfredo Kaefer, com sede e foro no município de Cascavel.

##### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

##### Conclusão

Assim, votamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 26.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### 1ª Discussão

#### ITEM 08

1ª Discussão - do Projeto de Lei nº 156/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a AMOA - Associação Medianeirense de Otimização de Aprendizagem, com sede e foro no município de Medianeira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 156/07

P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Edson Strapasson, declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Medianeirense de Otimização de Aprendizagem, com sede e foro no município de Medianeira.

##### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

##### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator



**ITEM 09**

1ª Discussão - do Projeto de Lei nº 161/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores de São Caetano, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 161/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Fábio Camargo, declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores de São Caetano, com sede e foro no município de Curitiba.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**Requerimentos**

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 744, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Sr. Presidente, para encaminhar.

**(Assentimento)**

Propus ao autor dos requerimentos, o Deputado Ney Leprevost, para que esses requerimentos pudessem ser retirados pelo autor e encaminha-se pela Liderança do Governo, que vou oferecer a ele as respostas solicitadas.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Perfeitamente.

**O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Sr. Presidente, a proposta do Deputado Romanelli é uma proposta digna, tenho profundo respeito pelo Deputado, mas no caso desses requerimentos, especificamente, gostaria que fossem votados em Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Encerrada a discussão, em votação.

Dezoito Srs. Deputados aprovam o requerimento.

Dezenove Srs. Deputados rejeitam o requerimento.

**Está rejeitado o requerimento.**

Requerimentos nºs 745 a 747, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.**

**O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente Nelson Justus, na verdade, são quatro requerimentos e todos referentes à SANEPAR, não são sobre o caso PAVIBRAS - que vem sendo investigado, e por sinal com muita propriedade, pelo Deputado Valdir Rossoni - são sobre uma questão ambiental que traz profunda preocupação, que é a questão do lodo de esgoto que é retirado das estações de tratamento. E esse lodo de esgoto não estaria seguindo as resoluções do CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente, e, segundo foi aventado por alguns técnicos, isso estaria, inclusive, colocando em risco a saúde de diversos paranaenses, já que os níveis parasitológicos desse lodo, que é colocado nas culturas de café, de cana-de-açúcar, de grãos, estariam acima do nível seguro.

Então, todos os pedidos de informações são referentes a temas ambientais relacionados à SANEPAR e também à EMATER. E eu faria um apelo à Liderança do Governo e à Bancada do Governo para que aprove esse pedido de informações devido a sua importância.

Muito obrigado.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, desculpe, é que nosso nobre Vice-Presidente encaminhava a questão aqui. Eu quero dizer o seguinte: os requerimentos do Deputado Ney Leprevost podem ser respondidos normalmente. O que eu estou solicitando ao Deputado Ney Leprevost, é que retire os requerimentos, porque prometo que vou encaminhar e vou oferecer as respostas solicitadas por uma questão única e exclusiva que nós estabelecemos aqui. Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: que a solicitação que nós fazemos - eu não vou fazer o debate, já que não é possível entendimento - que se vá a voto, e encaminhamos pela rejeição em função da intransigência do autor, porque as respostas podem ser oferecidas normalmente.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, quando ouvi o pronunciamento do ilustre Líder do Governo daquela tribuna, eu, com palavras horizontais, verticais, fiquei comovido porque senti que o Deputado Romanelli tinha sido acometido de um bem súbito, que é aprovar os requerimentos de informação que têm sido feitos pelos Srs. Parlamentares. Eu digo graças a Deus. Apesar de eu ter usado as palavras que ele, pelo que eu senti, não simpatizou muito com o que eu disse, mas o melhor de tudo, Deputado Romanelli, ao invés das palavras, como V. Exa. disse, a verdade é muito melhor. E nós só vamos buscar a verdade, Deputado Romanelli, com as informações. Outra questão, se apro-

vado pela Mesa, qualquer informação que vier aqui distorcida, há crime de responsabilidade, senão fica um acordo de cavalheiros aqui e a informação vem de uma forma distorcida, aonde não há nenhuma responsabilidade sobre a verdade.

Então, o nosso objetivo, e eu me equivoquei novamente, tenho grande respeito pelo Líder do Governo, pela sua atuação, pelo esforço que ele faz, mas eu vi que eu me equivoquei novamente, ele diz que quer informar mas não aprova os requerimentos. E por essa razão, os Deputados de Oposição votarão favoráveis ao requerimento do Deputado Ney Leprevost.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o requerimento.

Nós estamos votando os últimos três requerimentos do Deputado Ney Leprevost e todos eles dizem respeito a assuntos da SANEPAR. Apenas a título de contribuição, esta Presidência esclarece: qualquer informação oficial que venha de algum órgão público está sujeita a qualquer penalidade, desde que ela seja errônea ou inverídica...

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu apenas solicitaria, até por uma questão prática...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

...seja oficial ou não.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (**Pela Ordem**)

...que os três requerimentos fossem votados juntos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Já estamos fazendo isto.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (**Pela Ordem**)

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

O que V. Exa. acaba de dizer agora? O que qualquer informação que o Governo prestar de forma errada passa a ser um crime de quem?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Claro, mas é um crime de responsabilidade.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Do Governo? Do Governo?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Claro. Lógico.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sim, senhor. Só para registrar nos Anais desta Casa o seu pronunciamento neste caso.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o requerimento.

Deputados que aprovam os três requerimentos do Deputado Ney Leprevost, queiram levantar-se.

Vinte Srs. Deputados aprovam os requerimentos.

Deputados que rejeitam os requerimentos queiram levantar-se.

Dezoito Srs. Deputados rejeitam os requerimentos.

**Estão aprovados os três últimos requerimentos.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

**(Tumulto no Plenário)**

Como que “a Inês é morta?” Verificação de votação! Desculpe, o Regimento...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Foi feita a votação, já foi feita a votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, desculpe, foi feita a votação...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

E a contagem também.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não, não, V. Exa. pediu aprovação e rejeição. Eu tenho o direito de pedir verificação de votação. Só isto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nós vamos proceder a verificação de votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, regimentalmente...

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Pela Ordem**)

V. Exa. pode fazê-lo, mas me perdoe, depois de contados os votos e anunciado o resultado não há verificação. Tem que fazer a verificação antes.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Procede a questão de ordem de V. Exa. Está encerrada e está aprovado o requerimento.

Perdoe-me, Deputado Romanelli, não vamos discutir sobre o óbvio.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

O óbvio, Exa., desculpe, Sr. Presidente, claro que eu não vou discutir sobre o óbvio, mas o Regimento é claríssimo! - Foi feita a votação, os Deputados que votaram pela aprovação, foi isto? Foi isto. Permaneceram sentados. Os Deputados que rejeitaram, levantaram-se. O que nós pedimos? V. Exa. anunciou o resultado. O que nós pedimos? Verificação de votação.

Desculpe, ou então eu esqueci de como ser Deputado. Desculpe, perdão, claro que é depois do resultado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Romanelli, vou esclarecer. Quando a votação é simbólica, como foi o caso desta e nós fizemos a contagem, nós não vamos fabricar número aqui - foi vinte e dezoito. Na outra foi dezoito a...nessa o Deputado Cheida mudou o voto, foi o suficiente para alterar. Nós não vamos inventar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Um dos Deputados da Oposição saiu também do Plenário, Sr. Presidente, desculpe, mas saiu.

(Tumulto no Plenário)

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Pela Ordem)

Deputado Nelson Justus, V. Exa. tem razão, porque o que estava sendo feito era a contagem dos votos. O fato é que aqui no Plenário, às vezes, o Deputado está em pé quando deveria estar sentado ou sentado quando deveria estar em pé, andando na hora da votação e, naturalmente, isto induz a Mesa numa contagem que possa não representar o resultado aqui do Plenário.

Mas eu quero dizer que V. Exa. fez a verificação de votos e não tem o que questionar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu tenho absoluta razão no que estou pedindo. Desculpe, é só olhar as notas taquigráficas, o senhor vai ver que tenho razão no que estou pedindo. Mas de qualquer forma, Exa. peço que a Mesa informe quantos Deputados estão no Plenário. Quantos votaram?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado, tem 38.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não tem Exa., é só somar, o senhor vai ver que não tem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nós vamos votar logo em seguida outro requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Requerimento nº 754, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 756, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, estou pedindo pela ordem para o senhor, estou falando baixo, o senhor pode me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está falando baixo. E com respeito, por favor.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Falei com respeito a V. Exa., sim, não lhe desrespeitei.

Eu pedi pela ordem a V. Exa. porque o Regimento Interno desta Casa determina que na hora da votação os Deputados têm que estar nas suas Bancadas e isso não está acontecendo...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa já procedeu à votação e já procedeu ao resultado.

O SR. WALDIR PUGLIESI (PMDB) (Pela Ordem)

Não há motivo para a Presidência ficar com a temperatura elevada.

Eu vou fazer uma solicitação porque nós estamos decidindo as coisas aqui, é tradição nesta Casa e esta tradição precisa ser modificada. Nós votamos, muitas vezes à la Schummacher, vapt-vupt, the flash, a quem interessa isso? Tanto que há dúvida aqui.

Sr. Presidente, não há nenhum mal para a Presidência fazer as coisas com um pouquinho mais de calma, em votação o requerimento tal, se verifica, mas não, é uma correria! Eu, por exemplo, não sei, me falaram que o meu voto foi computado para os outros, por quê? Porque eu estava falando com o Deputado Cheida que votou contrariamente à determinação do Líder da Bancada do Governo. Então aqui se fala o seguinte: que o meu voto teria sido computado de maneira errônea. Aí, na hora que alguém levanta a questão é no segundo, sabem! Em algumas coisas não se anda, é velocidade à tartaruga e às vezes, na hora que você precisa decidir, muitas vezes de maneira clara, fica a dúvida.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa. que tem dado demonstração - como acaba de dar neste momento, respondendo ao Deputado Jocelito Canto - V. Exa. tem dado demonstrações de ser na realidade um democrata, V. Exa. quer corrigir as coisas, então para que tanta pressa na hora dessa votação? Fica a dúvida: será que foi esse realmente o resultado que se verificou aqui? Eu estou em dúvida!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Respondendo a questão de ordem do Deputado Pugliesi.

Deputado Waldir Pugliesi, é lamentável que nós ainda não tenhamos, e teremos se Deus quiser ainda no primeiro semestre, o placar eletrônico. Por enquanto não temos, mas eu não posso, em hipótese alguma duvidar da contagem da 1ª, da 2ª Secretaria e da minha! Na primeira votação ia dar empate quando o Deputado Cheida entrou, atrasado, e desempatou, dezenove a dezoito, a primeira votação. Já não poderia ter votado mas votou, estava presente durante toda Sessão. Na segunda votação o Deputado deixou bem claro que mudou, votou a favor do requerimento, por essa razão não precisava nem contar, mas a 1ª Secretária fez a contagem em voz alta, o 2º Secretário, e aí eu chequei. Agora, não posso me furtar ao óbvio: deu vinte a dezoito. Se vocês quiserem contar de novo, podem contar, mas não vai mudar, porque não vai brotar gente e nem vai fugir gente do Plenário. Mas deu vinte a dezoito e essa decisão não se muda mais.

Então não adianta, Deputado Romanelli, é simples. A não ser que o Deputado Luiz Eduardo Cheida mudasse de voto, coisa que ele não faria, conhecendo a sua história. Mas quem derrubou o requerimento foi o Deputado Cheida. Acabou-se. Mais explícito, mais calmo e com mais vagar para votar um requerimento eu não posso ser.

**O SR. ELTON WELTER (PT) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, a contagem foi perfeita, contei paralelamente e a votação foi exatamente como V. Exa. anunciou. Portanto, acredito que não há dúvida com relação ao assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Mas em breve isto estará resolvido, porque realmente pode acontecer muitas vezes, como bem disse o Deputado Nereu, mas as pessoas tomaram o máximo cuidado. Eu tomei o máximo cuidado, falei: quem estiver a favor, levanta! Poderia fazer diferente, senta, levanta! Nada! Claro para contarmos.

Portanto, não dá para se mudar o que está escrito.

**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Pela Ordem)**

Não ficou dúvida, Sr. presidente, está certo. Gostaria de pedir mais uma vez o empenho de V. Exa. para que tenhamos o painel eletrônico de votação e daí não teremos nenhuma dúvida mesmo.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Já fizemos o pedido. O mais rápido possível isso irá ocorrer.

**O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (Pela Ordem)**

Apenas em respeito ao que ocorreu e para que não paire dúvida, gostaria de solicitar uma retificação. Não mudei o voto. Apenas em uma votação, votei de uma maneira e numa outra votação, que não

tem nada a ver com aquilo, de outra forma. Porque pode pairar.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Eram quatro requerimentos: o primeiro V. Exa. votou de um jeito e nos outros três votou de outro. Foi aí que deu a diferença, não precisava nem contar mais. Agradeço e está esclarecido.

**O SR. EDGARD BUENO (PDT) (Pela Ordem)**

Queria parabenizá-lo pelo equilíbrio que V. Exa. tem conduzido as nossas, às vezes, tumultuadas reuniões e intervenções. Com a destreza que tem a Mesa de contar e contaram absolutamente certo, não há dúvida nenhuma, não precisa nem o placar eletrônico. Confiamos plenamente na Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Requerimento nº 757, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 758, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 763, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Em discussão.

**UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)**

Para discutir, Sr. Presidente

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 766, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente.

Em discussão.

**UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)**

Para discutir, Sr. Presidente

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 771 de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 772 de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Só para informar a Casa que este regime de urgência foi requerido pela Liderança do Governo, consultando

a Liderança da Oposição em função da relevância do tema que está sendo tratado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimento nº 778, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 779, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 780, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 782, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 783, de autoria dos Srs. Deputados Valdir Rossoni, Duílio Genari, Marcelo Rangel e demais Srs. Deputados, que compõem a Bancada da Oposição, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 784, de autoria dos Srs. Deputados Valdir Rossoni, Duílio Genari, Marcelo Rangel e demais Srs. Deputados que compõem a Bancada da Oposição, constante do expediente.

Em discussão.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 786 a 790, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 792, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 795, de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, com apoio dos Srs. Deputados Cleiton Kielse, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 796, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 797, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 775, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 173/07.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 160, 183 e 185/07.

2ª Discussão - dos Projetos de Lei nºs 141, 156, 161 e 173/07.

1ª Discussão - dos Projetos de Lei nºs 086 e 127/07.

Levanta-se a Sessão.

## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 026**

### **2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

Mesa Executiva .....	54
Presenças .....	54
Abertura da Sessão .....	54

#### **Ordem do Dia:**

Discussão/Votação

1ª Discussão .....55

**Encerramento da Sessão .....68**

#### **Publicações**

Atas de Comissões

Tomada de Contas.....68

Assuntos Metropolitanos .....69

### **DIÁRIO Nº 026**

### **2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2007**

(terça-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Stephanes Júnior e Marcelo Rangel.

#### **Presenças:**

Às dezessete horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romaneli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Pérciles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho,

Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Durval Amaral e Luiz Carlos Martins (02).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Geraldo Cartário e Rui Hara (03)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento da Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expediente e nem no Horário das Lideranças.

#### **Ordem do Dia:**

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

#### **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## **1ª Discussão**

### **ITEM 01**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 173/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 010/07, que objetiva fixar, no âmbito do Estado do Paraná, o piso salarial de que trata o inciso V, do artigo 7º, da Carta Magna da República. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 173/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º O piso salarial dos empregados integrantes das categorias profissionais enumeradas na Classificação Brasileira de Ocupações (Grandes Grupos Ocupacionais) reproduzidos no Anexo I da presente, com fundamento no Inciso V do artigo 7º da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000, no Estado do Paraná será de:

I - R\$ 475,20 (quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos) para os Técnicos de Nível Médio correspondente ao Grande Grupo 3 da Classificação Brasileira de Ocupações;

II - R\$ 473,00 (quatrocentos e setenta e três reais) para os Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 7 e 8 da Classificação Brasileira de Ocupações;

III - R\$ 468,60 (quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos) para os Trabalhadores de Serviços Administrativos correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 4 da Classificação Brasileira de Ocupações;

IV - R\$ 466,40 (quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos) para os Trabalhadores de Reparação e Manutenção correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 9 da Classificação Brasileira de Ocupações;

V - R\$ 464,20 (quatrocentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos) para os Trabalhadores Empregados em Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados, correspondente ao Grande Grupo Ocupacional 5 da Classificação Brasileira de Ocupações;

VI - R\$ 462,00 (quatrocentos e sessenta e dois reais) para os Trabalhadores Empregados nas Atividades Agropecuárias, Florestais e da Pesca, correspondente ao Grande Grupo 6 da Classificação Brasileira de Ocupações.

Parágrafo Único. A data-base para reajuste dos pisos salariais é de 1º de maio.

Art. 2º Esta lei não se aplica aos empregados que têm piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo e aos servidores públicos municipais.

Art. 3º Os pisos fixados nesta lei não substituem, para quaisquer fins de direito, o salário mínimo previsto no inciso IV do artigo 7º da Constituição Federal.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) PODER EXECUTIVO

ANEXO I (ARTIGO 1º)  
Classificação Brasileira de Ocupações  
Estrutura Agregada

### **GRANDE GRUPO 1:**

**Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes de Organizações de Interesse Público e de Empresas, Gerentes**

#### **1.1. Membros Superiores e Dirigentes do Poder Público**

1.1.1. Membros Superiores do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário

1.1.1.1. Legisladores

1.1.1.2. Dirigentes gerais da administração pública

1.1.1.3. Magistrados

1.1.1.4. Dirigentes do serviço público

1.1.3. Chefes de pequenas populações

1.1.3.0. Dirigentes de povos indígenas, de quilombolas e caiçaras

1.1.4. Dirigentes e administradores de organização de interesse público

1.1.4.1. Dirigentes de partidos políticos

1.1.4.2. Dirigentes e administradores de entidades patronais e dos trabalhadores e de outros interesses socioeconômicos

1.1.4.3. Dirigentes e administradores de entidades religiosas

1.1.4.4. Dirigentes e administradores de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos

#### **1.2. Dirigentes de Empresas e Organizações (Exceto de Interesse Público)**

1.2.1. Diretores gerais

1.2.1.0. Diretores gerais

1.2.2. Diretores de produção e operações

1.2.2.1. Diretores de produção e operações em empresa agropecuária, pesqueira, aquícola e florestal

1.2.2.2. Diretores de produção e operações em empresa da indústria extrativa, transformação e de serviços de utilidade pública

1.2.2.3. Diretores de operações de obras em empresa de construção

1.2.2.4. Diretores de operações em empresa do comércio

1.2.2.5. Diretores de operações de serviços em empresa de turismo, de alojamento e de alimentação

1.2.2.6. Diretores de operações de serviços em empresa de armazenamento, de transporte e de telecomunicação

1.2.2.7. Diretores de operações de serviços em instituição de intermediação financeira

1.2.3. Diretores de áreas de apoio

1.2.3.1. Diretores administrativos e financeiros

1.2.3.2. Diretores de recursos humanos e relações de trabalho.

1.2.3.3. Diretores de comercialização e marketing

1.2.3.4. Diretores de suprimentos e afins

1.2.3.6. Diretores de serviços de informática

1.2.3.7. Diretores de pesquisa e desenvolvimento

1.2.3.8. Diretores de manutenção

### **1.3. Diretores e Gerentes em Empresa de Serviços de Saúde, da Educação, ou de Serviços Culturais, Sociais ou Pessoais**

1.3.1. Diretores e gerentes em empresa de serviços de saúde, de educação, ou de serviços culturais, sociais ou pessoais

1.3.1.1. Diretores e gerentes de operações em empresa de serviços pessoais, sociais e culturais

1.3.1.2. Diretores e gerentes de operações em empresa de serviços de saúde

1.3.1.3. Diretores e gerentes de instituição de serviços educacionais

### **1.4. Gerentes**

1.4.1. Gerentes de produção e operações

1.4.1.1. Gerentes de produção e operações em empresa agropecuária, pesqueira, aquícola e florestal

1.4.1.2. Gerentes de produção e operações em empresa da indústria extrativa, de transformação e de serviços de utilidade pública

1.4.1.3. Gerentes de obras em empresa de construção

1.4.1.4. Gerentes de operações comerciais e de assistência técnica

1.4.1.5. Gerentes de operações de serviços em empresa de turismo, de alojamento e alimentação

1.4.1.6. Gerentes de operações de serviços em empresa de transporte, de comunicação e de logística (armazenagem e distribuição)

1.4.1.7. Gerentes de operações de serviços em instituição de intermediação financeira

1.4.2. Gerentes de áreas de apoio

1.4.2.1. Gerentes administrativos, financeiros e de riscos

1.4.2.2. Gerentes de recursos humanos e de relações do trabalho

1.4.2.3. Gerentes de comercialização, marketing e comunicação

1.4.2.4. Gerentes de suprimentos e afins

1.4.2.5. Gerentes de tecnologia da informação

1.4.2.6. Gerentes de pesquisa e desenvolvimento

1.4.2.7. Gerentes de manutenção

## **GRANDE GRUPO 2:**

### **Profissionais das Ciências e das Artes**

#### **2.0. Pesquisadores e profissionais polivalentes**

2.0.1. Profissionais da biotecnologia e metrologia

2.0.1.1. Profissionais da biotecnologia

2.0.1.2. Profissionais da metrologia

2.0.2. Profissionais da eletromecânica

2.0.2.1. Engenheiros mecânicos

2.0.3. Pesquisadores

2.0.3.0. Pesquisadores das ciências biológicas

2.0.3.1. Pesquisadores das ciências naturais e exatas

2.0.3.2. Pesquisadores de engenharia e tecnologia

2.0.3.3. Pesquisadores das ciências da saúde

2.0.3.4. Pesquisadores das ciências da agricultura

2.0.3.5. Pesquisadores das ciências sociais e humanas

2.0.4. Profissionais de investigação criminal

2.0.4.1. Peritos criminais

#### **2.1. Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia**

2.1.1. Matemáticos, estatísticos e afins

2.1.1.1. Profissionais da matemática

2.1.1.2. Profissionais de estatística

2.1.2. Profissionais da informática

2.1.2.2. Engenheiros em computação

2.1.2.3. Administradores de redes, sistemas e banco de dados

2.1.2.4. Analistas de sistemas computacionais

2.1.3. Físicos, químicos e afins

2.1.3.1. Físicos

2.1.3.2. Químicos

2.1.3.3. Profissionais das ciências atmosféricas e espaciais e de astronomia

2.1.3.4. Geólogos e geofísicos

2.1.4. Engenheiros, arquitetos e afins

2.1.4.1. Arquitetos

2.1.4.2. Engenheiros civis e afins

2.1.4.3. Engenheiros eletricitistas, eletrônicos e afins

2.1.4.4. Engenheiros mecânicos

2.1.4.5. Engenheiros químicos

2.1.4.6. Engenheiros metalurgistas e de materiais

2.1.4.7. Engenheiros de minas

2.1.4.8. Engenheiros agrimensores e engenheiros cartógrafos

2.1.4.9. Engenheiros de produção, qualidade e segurança

2.1.5. Profissionais em navegação aérea, marítima e fluvial

2.1.5.1. Oficiais de convés e afins

2.1.5.2. Oficiais de máquinas da marinha mercante



## 2.1.5.3. Profissionais da pilotagem aeronáutica

**2.2. Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins**

## 2.2.1. Biólogos e afins

## 2.2.1.1. Biólogos e afins

## 2.2.2. Agrônomos e afins

## 2.2.2.1. Engenheiros agrossilvípecuários

## 2.2.3. Profissionais da medicina, saúde e afins

## 2.2.3.1. Médicos

## 2.2.3.2. Cirurgiões-dentistas

## 2.2.3.3. Veterinários e zootecnistas

## 2.2.3.4. Farmacêuticos

## 2.2.3.5. Enfermeiros

## 2.2.3.6. Profissionais da fisioterapia, fonoaudiologia e afins

## 2.2.3.7. Nutricionistas

## 2.2.4. Profissionais da educação física

## 2.2.4.1. Profissionais da educação física

**2.3. Profissionais do Ensino**

## 2.3.1. Professores de nível superior na educação infantil e no ensino fundamental

## 2.3.1.1. Professores de nível superior na educação infantil

## 2.3.1.2. Professores de nível superior do ensino fundamental (primeira a quarta séries)

## 2.3.1.3. Professores de nível superior no ensino fundamental de quinta a oitava série

## 2.3.2. Professores do ensino médio

## 2.3.2.1. Professores do ensino médio

## 2.3.3. Professores e instrutores do ensino profissional

## 2.3.3.1. Professores do ensino profissional

## 2.3.3.2. Instrutores de ensino profissional

## 2.3.4. Professores do ensino superior

## 2.3.4.1. Professores de matemática, estatística e informática do ensino superior

## 2.3.4.2. Professores de ciências físicas, químicas e afins do ensino superior

## 2.3.4.3. Professores de arquitetura e urbanismo, engenharia, geofísica e geologia do ensino superior

## 2.3.4.4. Professores de ciências biológicas e da saúde do ensino superior

## 2.3.4.5. Professores na área de formação pedagógica do ensino superior

## 2.3.4.6. Professores nas áreas de língua e literatura do ensino superior

## 2.3.4.7. Professores de ciências humanas do ensino superior

## 2.3.4.8. Professores de ciências econômicas, administrativas e contábeis do ensino superior

## 2.3.4.9. Professores de artes do ensino superior

## 2.3.9. Outros professores de ensino não classificados anteriormente

## 2.3.9.2. Professores de educação especial

## 2.3.9.4. Programadores, avaliadores e orientadores de ensino

**2.4. Profissionais das ciências jurídicas**

## 2.4.1. Advogados, Procuradores, tabeliães e afins

## 2.4.1.0. Advogados

## 2.4.1.2. Procuradores e advogados públicos

## 2.4.1.3. Tabeliães e registradores

## 2.4.2. Advogados do Poder Judiciário e da Segurança Pública

## 2.4.2.2. Membros do Ministério Público

## 2.4.2.3. Delegados de Polícia

## 2.4.2.4. Defensores Públicos e Procuradores da Assistência Judiciária

**2.5. Profissionais das ciências sociais e humanas**

## 2.5.1. Cientistas sociais, psicólogos e afins

## 2.5.1.1. Profissionais em pesquisa e análise antropológica e sociológica

## 2.5.1.2. Economistas

## 2.5.1.3. Profissionais em pesquisa e análise geográfica

## 2.5.1.4. Filósofos

## 2.5.1.5. Psicólogos e psicanalistas

## 2.5.1.6. Assistentes sociais e economistas domésticos

## 2.5.2. Profissionais de organização e administração de empresas e afins

## 2.5.2.1. Administradores

## 2.5.2.2. Contadores e afins

## 2.5.2.3. Secretárias executivas e bilíngües

## 2.5.2.4. Profissionais de recursos humanos

## 2.5.2.5. Profissionais de administração econômico-financeira

## 2.5.3. Profissionais de relações públicas, publicidade, marketing e comercialização

## 2.5.3.1. Profissionais de relações públicas, publicidade, mercado e negócios

## 2.5.3.2. Profissionais de comercialização e consultoria de serviços bancários

## 2.5.3.3. Corretores de valores, ativos financeiros, mercadorias e derivativos

## 2.5.4. Auditores fiscais públicos

## 2.5.4.1. Auditores fiscais e técnicos da receita federal

## 2.5.4.2. Auditores fiscais da previdência social

## 2.5.4.3. Auditores fiscais do trabalho

## 2.5.4.4. Fiscais de tributos estaduais e municipais

**2.6. Comunicadores, Artistas e Religiosos**

## 2.6.1. Profissionais da comunicação e da informação

## 2.6.1.1. Profissionais do jornalismo

## 2.6.1.2. Profissionais da informação

## 2.6.1.3. Arquivistas e museólogos

## 2.6.1.4. Filólogos, intérpretes e tradutores

- 2.6.1.5. Profissionais da escrita
- 2.6.1.6. Editores
- 2.6.1.7. Locutores, comentaristas e repórteres de rádio e televisão
- 2.6.1.8. Fotógrafos profissionais
- 2.6.2. Profissionais de espetáculos e das artes
- 2.6.2.1. Produtores de espetáculos
- 2.6.2.2. Diretores de espetáculos e afins
- 2.6.2.3. Cenógrafos
- 2.6.2.4. Artistas visuais e desenhistas industriais
- 2.6.2.5. Atores
- 2.6.2.6. Músicos compositores, arranjadores, regentes e musicólogos
- 2.6.2.7. Músicos intérpretes
- 2.6.2.8. Artistas da dança (exceto dança tradicional e popular)
- 2.6.2.9. Designer de Interiores de nível superior
- 2.6.3. Membros de cultos religiosos e afins
- 2.6.3.1. Ministros de culto, missionários, teólogos e profissionais assemelhados

### **GRANDE GRUPO 3:**

#### **Técnicos de Nível Médio**

#### **3.0. Técnicos Polivalentes**

- 3.0.0. Técnicos mecatrônicos e eletromecânicos
- 3.0.0.1. Técnicos em mecatrônica
- 3.0.0.3. Técnicos em eletromecânica
- 3.0.1. Técnicos em laboratório
- 3.0.1.1. Técnicos de laboratório industrial
- 3.0.1.2. Técnicos de apoio à bioengenharia

#### **3.1. Técnicos de Nível Médio das Ciências Físicas, Químicas, Engenharia e Afins**

- 3.1.1. Técnico em ciências físicas e químicas
- 3.1.1.1. Técnicos químicos
- 3.1.1.2. Técnicos de produção de indústrias químicas, petroquímicas, refino de petróleo, gás e afins
- 3.1.1.3. Técnicos em materiais, produtos cerâmicos e vidros
- 3.1.1.4. Técnicos em fabricação de produtos plásticos e de borracha
- 3.1.1.5. Técnicos em controle ambiental, utilidades e tratamento de efluentes
- 3.1.1.6. Técnicos têxteis
- 3.1.1.7. Coloristas
- 3.1.2. Técnicos em construção civil, de edificações e obras de infra-estrutura
- 3.1.2.1. Técnicos em construção civil (edificações)
- 3.1.2.2. Técnicos em construção civil (obras de infra-estrutura)
- 3.1.2.3. Técnicos em geomática
- 3.1.3. Técnicos em eletroeletrônica e fotônica
- 3.1.3.1. Técnicos em eletricidade e eletrotécnica
- 3.1.3.2. Técnicos em eletrônica
- 3.1.3.3. Técnicos em telecomunicações
- 3.1.3.4. Técnicos em calibração e instrumentação

- 3.1.3.5. Técnicos em fotônica
- 3.1.4. Técnicos em metalmecânica
- 3.1.4.1. Técnicos mecânicos na fabricação e montagem de máquinas, sistemas e instrumentos
- 3.1.4.2. Técnicos mecânicos (ferramentas)
- 3.1.4.3. Técnicos em mecânica veicular
- 3.1.4.4. Técnicos mecânicos na manutenção de máquinas, sistemas e instrumentos
- 3.1.4.6. Técnicos em metalurgia (estruturas metálicas)
- 3.1.4.7. Técnicos em siderurgia
- 3.1.6. Técnicos em mineralogia e geologia
- 3.1.6.1. Técnicos em geologia
- 3.1.6.3. Técnicos em mineração
- 3.1.7. Técnicos em informática
- 3.1.7.1. Técnicos de desenvolvimento de sistemas e aplicações
- 3.1.7.2. Técnicos em operação e monitoração de computadores
- 3.1.8. Desenhistas técnicos e modelistas
- 3.1.8.0. Desenhistas técnicos, em geral
- 3.1.8.1. Desenhistas técnicos da construção civil e arquitetura
- 3.1.8.2. Desenhistas técnicos da mecânica
- 3.1.8.3. Desenhistas técnicos em eletricidade, eletrônica, eletromecânica, calefação, ventilação e refrigeração
- 3.1.8.4. Desenhistas técnicos de produtos e serviços diversos
- 3.1.8.5. Desenhistas projetistas de construção civil e arquitetura
- 3.1.8.6. Desenhistas projetistas da mecânica
- 3.1.8.7. Desenhistas projetistas da eletrônica
- 3.1.8.8. Desenhistas projetistas e modelistas de produtos e serviços diversos
- 3.1.9. Outros técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins
- 3.1.9.1. Técnicos do vestuário
- 3.1.9.2. Técnicos do mobiliário e afins

#### **3.2. Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins**

- 3.2.0. Técnicos em biologia
- 3.2.0.1. Técnicos em biologia
- 3.2.1. Técnicos da produção agropecuária
- 3.2.1.1. Técnicos agrícolas
- 3.2.1.2. Técnicos florestais
- 3.2.1.3. Técnicos em aquíicultura
- 3.2.2. Técnicos da ciência da saúde humana
- 3.2.2.1. Acupunturistas, podólogos, quiropraxistas e afins
- 3.2.2.2. Técnicos e auxiliares de enfermagem
- 3.2.2.3. Ópticos optometristas
- 3.2.2.4. Técnicos de odontologia
- 3.2.2.5. Técnicos em próteses ortopédicas
- 3.2.2.6. Técnicos de imobilizações ortopédicas
- 3.2.3. Técnicos da ciência da saúde animal

- 3.2.3.1. Técnicos em pecuária
- 3.2.4. Técnicos em operação de equipamentos e instrumentos de diagnóstico
  - 3.2.4.1. Técnicos em equipamentos médicos e odontológicos
  - 3.2.4.2. Técnicos e auxiliares técnicos em patologia clínica
- 3.2.5. Técnicos de bioquímica e da biotecnologia
  - 3.2.5.0. Enólogos, perfumistas e aromados
  - 3.2.5.1. Técnicos em manipulação farmacêutica
  - 3.2.5.2. Técnicos em produção, conservação e de qualidade de alimentos
  - 3.2.5.3. Técnicos de apoio à biotecnologia
- 3.2.8. Técnicos em necrópsia e taxidermistas
  - 3.2.8.1. Técnicos em necrópsia e taxidermistas

### **3.3.3.3. Professores leigos e de nível médio**

- 3.3.1. Professores de nível médio na educação infantil, no ensino fundamental e no profissionalizante
  - 3.3.1.1. Professores de nível médio na educação infantil
  - 3.3.1.2. Professores de nível médio no ensino fundamental
  - 3.3.1.3. Professores de nível médio no ensino profissionalizante
- 3.3.2. Professores leigos no ensino fundamental e no profissionalizante
  - 3.3.2.1. Professores leigos no ensino fundamental
  - 3.3.2.2. Professores práticos no ensino profissionalizante
- 3.3.3. Instrutores e professores de escolas livres
  - 3.3.1. Instrutores e professores de cursos livres
  - 3.3.4. Inspetores de alunos e afins
    - 3.3.4.1. Inspetores de alunos

### **3.4. Técnicos de nível médio em serviços de transportes**

- 3.4.1. Técnicos em navegação aérea, marítima e fluvial
  - 3.4.1.1. Pilotos de aviação comercial, mecânicos de voo e afins
  - 3.4.1.2. Técnicos marítimos, fluviários e pescadores de convés
  - 3.4.1.3. Técnicos marítimos e fluviários de máquinas
- 3.4.2. Técnicos em transportes (logística)
  - 3.4.2.1. Técnicos em logística de transportes multimodal
  - 3.4.2.2. Despachantes aduaneiros
  - 3.4.2.3. Técnicos em transportes rodoviários
  - 3.4.2.4. Técnicos em transportes metroferroviários
  - 3.4.2.5. Técnicos em transportes aéreos
  - 3.4.2.6. Técnicos em transportes por vias navegáveis e operações portuárias

### **3.5. Técnicos de nível médio nas ciências administrativas**

- 3.5.1. Técnicos das ciências administrativas
  - 3.5.1.1. Técnicos em contabilidade
  - 3.5.1.3. Técnicos em administração
  - 3.5.1.4. Serventuários da justiça e afins
  - 3.5.1.5. Técnicos em secretariado, taquígrafos e estenotipistas
  - 3.5.1.6. Técnicos em segurança no trabalho
  - 3.5.1.7. Técnicos de seguros e afins
  - 3.5.1.8. Agentes de investigação e identificação
- 3.5.2. Técnicos de inspeção, fiscalização e coordenação administrativa
  - 3.5.2.2. Agentes da saúde e do meio ambiente
  - 3.5.2.3. Agentes fiscais metrológicos e de qualidade
  - 3.5.2.4. Profissionais de direitos autorais e de avaliação de produtos dos meios de comunicação
- 3.5.3. Técnicos de nível médio em operações financeiras
  - 3.5.3.2. Técnicos em operações e serviços bancários
- 3.5.4. Técnicos de nível médio em operações comerciais
  - 3.5.4.1. Técnicos de vendas especializadas
  - 3.5.4.2. Compradores
  - 3.5.4.3. Analistas de comércio exterior
  - 3.5.4.4. Leiloeiros e avaliadores
  - 3.5.4.5. Corretores de seguros
  - 3.5.4.6. Corretores de imóveis
  - 3.5.4.7. Representantes comerciais autônomos
  - 3.5.4.8. Técnicos em turismo

### **3.7. Técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos**

- 3.7.1. Técnicos de serviços culturais
  - 3.7.1.1. Técnicos em biblioteconomia
  - 3.7.1.2. Técnicos em museologia e afins
  - 3.7.1.3. Técnicos em artes gráficas
  - 3.7.1.4. Recreadores
- 3.7.2. Técnicos em operação de câmara fotográfica, cinema e de televisão
  - 3.7.2.1. Captadores de imagens em movimento
  - 3.7.2.2. Operadores de rede de teleprocessamento e afins
- 3.7.3. Técnicos em operação de emissoras de rádio, sistemas de televisão e de produtoras de vídeo
  - 3.7.3.1. Técnicos de operação de emissoras de rádio
  - 3.7.3.2. Técnicos em operação de sistemas de televisão e de produtoras de vídeo
- 3.7.4. Técnicos em operação de aparelhos de sonorização, cenografia e projeção
  - 3.7.4.1. Técnicos em áudio
  - 3.7.4.2. Técnicos em cenografia
  - 3.7.4.3. Técnicos em operação de aparelhos de projeção
  - 3.7.4.4. Técnicos em montagem, edição e finalização de filme e vídeo

- 3.7.5. Decoradores e vitrinistas
  - 3.7.5.1. Designers de interiores, de vitrines e visual merchandiser (nível médio)
- 3.7.6. Artistas de artes populares e modelos
  - 3.7.6.1. Dançarinos tradicionais e populares
  - 3.7.6.2. Artistas de circo (circenses)
  - 3.7.6.3. Apresentadores de espetáculos, eventos e programas
  - 3.7.6.4. Modelos
  - 3.7.7. Atletas, desportistas e afins
    - 3.7.7.1. Atletas Profissionais
    - 3.7.7.2. Árbitros Desportivos

### **3.9. Outros técnicos de nível médio**

- 3.9.1. Técnicos de nível médio em operações industriais
  - 3.9.1.1. Técnicos de planejamento e controle de produção
  - 3.9.1.2. Técnicos de controle da produção
- 3.9.5. Técnicos de apoio em pesquisa e desenvolvimento
  - 3.9.5.1. Técnicos de apoio em pesquisa e desenvolvimento

## **GRANDE GRUPO 4:**

### **Trabalhadores de Serviços Administrativos**

#### **4.1. Escriturários**

- 4.1.0. Supervisores de serviços administrativos (exceto de atendimento ao público)
  - 4.1.0.1. Supervisores administrativos
  - 4.1.0.2. Supervisores de serviços financeiros, de câmbio e de controle
    - 4.1.1. Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos
      - 4.1.1.0. Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos
    - 4.1.2. Secretários de expediente e operadores de máquinas de escritórios
      - 4.1.2.1. Operadores de equipamentos de entrada e transmissão de dados
      - 4.1.2.2. Contínuos
    - 4.1.3. Escriturários contábeis e de finanças
      - 4.1.3.1. Auxiliares de Contabilidade
      - 4.1.3.2. Escriturários de Serviços Bancários
    - 4.1.4. Escriturários de controle de materiais e de apoio à produção
      - 4.1.4.1. Almoxarifes e armazenistas
      - 4.1.4.2. Apontadores e conferentes
  - 4.1.5. Auxiliares de serviços de biblioteca, documentação e correios
    - 4.1.5.1. Auxiliares de serviços de documentação, informação e pesquisa
    - 4.1.5.2. Carteiros e operadores de triagem de serviços postais

#### **4.2. Trabalhadores de atendimento ao público**

- 4.2.0. Supervisores de atendimento ao público
  - 4.2.0.1. Supervisores de atendimento ao público e de pesquisa
    - 4.2.1. Caixas, bilheteiros e afins
      - 4.2.1.1. Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)
      - 4.2.1.2. Coletadores de Apostas e de Jogos
      - 4.2.1.3. Cobradores e Afins
    - 4.2.2. Trabalhadores de informações ao público
      - 4.2.2.1. Recepcionistas
      - 4.2.2.2. Operadores de telefonia
      - 4.2.2.3. Operadores de telemarketing
    - 4.2.3. Despachantes
      - 4.2.3.1. Despachantes documentalistas
    - 4.2.4. Entrevistadores, Recenseadores e afins
      - 4.2.4.1. Entrevistadores e recenseadores

## **GRANDE GRUPO 5:**

### **Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados**

#### **5.1. Trabalhadores dos serviços**

- 5.1.0. Supervisores dos serviços
  - 5.1.0.1. Supervisores dos serviços de transporte, turismo, hotelaria e administração de edifícios
    - 5.1.0.2. Supervisores de lavanderia
      - 5.1.0.3. Supervisores dos serviços de proteção, segurança e outros
        - 5.1.1. Trabalhadores dos serviços de transporte e turismo
          - 5.1.1.1. Trabalhadores de segurança e atendimento aos usuários nos transportes
            - 5.1.1.2. Fiscais e cobradores dos transportes coletivos
            - 5.1.1.4. Guias de turismo
          - 5.1.2. Trabalhadores dos serviços domésticos em geral
            - 5.1.2.1. Trabalhadores dos serviços domésticos em geral
          - 5.1.3. Trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação
            - 5.1.3.1. Mordomos e governantas
            - 5.1.3.2. Cozinheiros
            - 5.1.3.3. Camareiros, roupeiros e afins
            - 5.1.3.4. Garçons, barmen, copeiros e sommeliers
          - 5.1.4. Trabalhadores nos serviços de administração, conservação e manutenção de edifícios e logradouros
            - 5.1.4.1. Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios
              - 5.1.4.2. Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros
          - 5.1.5. Trabalhadores dos serviços de saúde
            - 5.1.5.1. Agentes comunitários de saúde e afins
            - 5.1.5.2. Auxiliares de laboratório da saúde
          - 5.1.6. Trabalhadores nos serviços de embelezamento e cuidados pessoais

- 5.1.6.1. Trabalhadores nos serviços de embelezamento e higiene
- 5.1.6.2. Cuidadores de crianças, jovens, adultos e idosos
- 5.1.6.3. Tintureiros, lavadeiros e afins, à máquina
- 5.1.6.4. Lavadores e passadores de roupa, à mão
- 5.1.6.5. Trabalhadores dos serviços funerários
- 5.1.6.6. Trabalhadores auxiliares dos serviços funerários
- 5.1.6.7. Astrólogos e numerólogos
- 5.1.6.8. Esotéricos e paranormais
- 5.1.7. Trabalhadores nos serviços de proteção e segurança
- 5.1.7.1. Bombeiros e salva-vidas
- 5.1.7.2. Policiais, guardas civis municipais e agentes de trânsito
- 5.1.7.3. Vigilantes e guardas de segurança
- 5.1.7.4. Porteiros e vigias
- 5.1.9. Outros trabalhadores de serviços diversos
- 5.1.9.1. Motociclistas e ciclistas de entregas rápidas
- 5.1.9.2. Catadores de material reciclável
- 5.1.9.3. Trabalhadores de serviços veterinários, de higiene e estética de animais domésticos
- 5.1.9.8. Profissionais do sexo
- 5.1.9.9. Outros trabalhadores dos serviços

## **5.2. Vendedores e prestadores de serviços do comércio**

- 5.2.0. Supervisores de vendas e de prestação de serviços
- 5.2.0.1. Supervisores de vendas e de prestação de serviços
- 5.2.1. Vendedores e demonstradores
- 5.2.1.1. Operadores do comércio em lojas e mercados
- 5.2.3. Instaladores de produtos e acessórios
- 5.2.3.1. Instaladores de produtos e acessórios
- 5.2.4. Vendedores a domicílio, ambulantes e em bancas
- 5.2.4.1. Vendedores em domicílio
- 5.2.4.2. Vendedores em bancas, quiosques e barracas
- 5.2.4.3. Vendedores ambulantes

## **GRANDE GRUPO 6:**

### **Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da Pesca**

#### **6.1. Produtores na exploração agropecuária**

- 6.1.1. Produtores agropecuários em geral
- 6.1.1.0. Produtores agropecuários em geral
- 6.1.2. Produtores agrícolas
- 6.1.2.0. Produtores agrícolas polivalentes
- 6.1.2.1. Produtores agrícolas na cultura de gramíneas

- 6.1.2.2. Produtores agrícolas na cultura de plantas fibrosas
- 6.1.2.3. Produtores agrícolas na olericultura
- 6.1.2.4. Produtores agrícolas no cultivo de flores e plantas ornamentais
- 6.1.2.5. Produtores agrícolas na fruticultura
- 6.1.2.6. Produtores agrícolas na cultura de plantas estimulantes
- 6.1.2.7. Produtores agrícolas na cultura de plantas oleaginosas
- 6.1.2.8. Produtores de especiarias e de plantas aromáticas e medicinais
- 6.1.3. Produtores em pecuária
- 6.1.3.0. Produtores em pecuária polivalente
- 6.1.3.1. Produtores em pecuária de animais de grande porte
- 6.1.3.2. Produtores em pecuária de animais de médio porte
- 6.1.3.3. Produtores da avicultura e cunicultura
- 6.1.3.4. Produtores de animais e insetos úteis

#### **6.2. Trabalhadores na exploração agropecuária**

- 6.2.0. Supervisores na exploração agropecuária
- 6.2.0.1. Supervisores na exploração agropecuária
- 6.2.1. Trabalhadores na exploração agropecuária em geral
- 6.2.1.0. Trabalhadores agropecuários em geral
- 6.2.2. Trabalhadores agrícolas
- 6.2.2.0. Trabalhadores de apoio à agricultura
- 6.2.2.1. Trabalhadores agrícolas na cultura de gramíneas
- 6.2.2.2. Trabalhadores agrícolas na cultura de plantas fibrosas
- 6.2.2.3. Trabalhadores agrícolas na olericultura
- 6.2.2.4. Trabalhadores agrícolas no cultivo de flores e plantas ornamentais
- 6.2.2.5. Trabalhadores agrícolas na fruticultura
- 6.2.2.6. Trabalhadores agrícolas nas culturas de plantas estimulantes
- 6.2.2.7. Trabalhadores agrícolas na cultura de plantas oleaginosas
- 6.2.2.8. Trabalhadores agrícolas da cultura de especiarias e de plantas aromáticas e medicinais
- 6.2.3. Trabalhadores na pecuária
- 6.2.3.0. Tratadores polivalentes de animais
- 6.2.3.1. Trabalhadores na pecuária de animais de grande porte
- 6.2.3.2. Trabalhadores na pecuária de animais de médio porte
- 6.2.3.3. Trabalhadores na avicultura e cunicultura
- 6.2.3.4. Trabalhadores na criação de insetos e animais úteis

#### **6.3. Pescadores e extrativistas florestais**

- 6.3.0. Supervisores na exploração florestal e pesca
- 6.3.0.1. Supervisores na área florestal e aquíicultura

- 6.3.1. Pescadores
  - 6.3.1.0. Pescadores polivalentes
    - 6.3.1.1. Pescadores profissionais artesanais de água doce
    - 6.3.1.2. Pescadores de água costeira e alto-mar
    - 6.3.1.3. Criadores de animais aquáticos
    - 6.3.1.4. Trabalhadores de apoio à pesca
  - 6.3.2. Extrativistas florestais
    - 6.3.2.0. Trabalhadores florestais polivalentes
      - 6.3.2.1. Extrativistas e reflorestadores de espécies produtoras de madeira
      - 6.3.2.2. Extrativistas florestais de espécies produtoras de gomas e resinas
      - 6.3.2.3. Extrativistas florestais de espécies produtoras de fibras, ceras e óleos
      - 6.3.2.4. Extrativistas florestais de espécies produtoras de alimentos silvestres
      - 6.3.2.5. Extrativistas florestais de espécies produtoras de substâncias aromáticas, medicinais e tóxicas
      - 6.3.2.6. Carvoejadores

#### **6.4. Trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal**

- 6.4.1. Trabalhadores da mecanização agropecuária
  - 6.4.1.0. Trabalhadores da mecanização agrícola
- 6.4.2. Trabalhadores da mecanização florestal
  - 6.4.2.0. Trabalhadores da mecanização florestal
- 6.4.3. Trabalhadores da irrigação e drenagem
  - 6.4.3.0. Trabalhadores da irrigação e drenagem

### **GRANDE GRUPO 7:**

#### **Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais**

##### **7.1. Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil**

- 7.1.0. Supervisores da extração mineral e da construção civil
  - 7.1.0.1. Supervisores da extração mineral
  - 7.1.0.2. Supervisores da construção civil
- 7.1.1. Trabalhadores da extração mineral
  - 7.1.1.1. Trabalhadores da extração de minerais sólidos
  - 7.1.1.2. Trabalhadores de extração de minerais sólidos (operadores de máquinas)
  - 7.1.1.3. Trabalhadores da extração de minerais líquidos e gasosos
  - 7.1.1.4. Garimpeiros e operadores de salinas
- 7.1.2. Trabalhadores de beneficiamento de minérios e pedras ornamentais
  - 7.1.2.1. Trabalhadores de beneficiamento de minérios
  - 7.1.2.2. Trabalhadores de beneficiamento de pedras ornamentais
- 7.1.5. Trabalhadores da construção civil e obras públicas

- 7.1.5.1. Trabalhadores na operação de máquinas de terraplenagem e fundações
- 7.1.5.2. Trabalhadores de estruturas de alvenaria
- 7.1.5.3. Montadores de estruturas de concreto armado
- 7.1.5.4. Trabalhadores na operação de máquinas de concreto usinado
- 7.1.5.5. Trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos em obras civis
- 7.1.5.6. Trabalhadores de instalações elétricas
- 7.1.5.7. Aplicadores de materiais isolantes
- 7.1.6. Trabalhadores de acabamento de obras
  - 7.1.6.1. Revestidores de concreto
  - 7.1.6.2. Telhadores (revestimentos rígidos)
  - 7.1.6.3. Vidraceiros (revestimentos rígidos)
  - 7.1.6.4. Gesseiros
  - 7.1.6.5. Aplicadores de revestimentos cerâmicos, pastilhas, pedras e madeiras
  - 7.1.6.6. Pintores de obras e revestidores de interiores (revestimentos flexíveis)
  - 7.1.7. Ajudantes de obras
  - 7.1.7.0. Ajudantes de obras civis

##### **7.2. Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos**

- 7.2.0. Supervisores da transformação de metais e de compósitos
  - 7.2.0.1. Supervisores de usinagem, conformação e tratamento de metais
  - 7.2.0.2. Supervisores da fabricação e montagem metalmeccânica
- 7.2.1. Trabalhadores de usinagem de metais e de compósitos
  - 7.2.1.1. Ferramenteiros e afins
  - 7.2.1.2. Preparadores e operadores de máquinas-ferramentas convencionais
  - 7.2.1.3. Afiadores e polidores de metais
  - 7.2.1.4. Operadores de máquinas de usinagem Cnc
- 7.2.2. Trabalhadores de conformação de metais e de compósitos
  - 7.2.2.1. Trabalhadores de forjamento de metais
  - 7.2.2.2. Trabalhadores de fundição de metais puros e de ligas metálicas
  - 7.2.2.3. Trabalhadores de moldagem de metais e de ligas metálicas
  - 7.2.2.4. Trabalhadores de trefilação e estiramento de metais puros e ligas metálicas
- 7.2.3. Trabalhadores de tratamento térmico e de superfícies de metais e de compósitos
  - 7.2.3.1. Trabalhadores de tratamento térmico de metais
  - 7.2.3.2. Trabalhadores de tratamento de superfícies de metais e de compósitos (termoquímicos)
  - 7.2.3.3. Trabalhadores da pintura de equipamentos, veículos, estruturas metálicas e de compósitos
- 7.2.4. Trabalhadores de montagem de tubulações,

estruturas metálicas e de compósitos

7.2.4.1. Encanadores e instaladores de tubulações

7.2.4.2. Trabalhadores de traçagem e montagem de estruturas metálicas e de compósitos

7.2.4.3. Trabalhadores de soldagem e corte de ligas metálicas

7.2.4.4. Trabalhadores de caldeiraria e serralheria

7.2.4.5. Operadores de máquinas de conformação de metais

7.2.4.6. Trançadores e laceiros de cabos de aço

7.2.5. Montadores de máquinas e aparelhos mecânicos

7.2.5.0. Ajustadores mecânicos polivalentes

7.2.5.1. Montadores de máquinas, aparelhos e acessórios em linhas de montagem

7.2.5.2. Montadores de máquinas industriais

7.2.5.3. Montadores de máquinas pesadas e equipamentos agrícolas

7.2.5.4. Mecânicos montadores de motores e turboalimentadores

7.2.5.5. Montadores de Veículos automotores (linha de montagem)

7.2.5.6. Montadores de sistemas e estruturas de aeronaves

7.2.5.7. Instaladores de equipamentos de refrigeração e ventilação

### **7.3. Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica**

7.3.0. Supervisores de montagens e instalações eletroeletrônicas

7.3.0.1. Supervisores de montagens e instalações eletroeletrônicas

7.3.1. Montadores e instaladores de equipamentos eletroeletrônicos em geral

7.3.1.1. Montadores de equipamentos eletroeletrônicos

7.3.1.2. Montadores de aparelhos de telecomunicações

7.3.1.3. Instaladores-reparadores de linhas e equipamentos de telecomunicações

7.3.2. Instaladores e reparadores de linhas e cabos elétricos e de comunicações

7.3.2.1. Instaladores e reparadores de linhas e cabos elétricos, telefônicos e de comunicação de dados

### **7.4. Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais**

7.4.0. Supervisores da mecânica de precisão e instrumentos musicais

7.4.0.1. Supervisores da mecânica de precisão e instrumentos musicais

7.4.1. Montadores e ajustadores de instrumentos de precisão

7.4.1.1. Mecânicos de instrumentos de precisão

7.4.2. Montadores e ajustadores de instrumentos musicais

7.4.2.1. Confeccionadores de instrumentos musicais

### **7.5. Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins**

7.5.0. Supervisores de joalheria, vidraria, cerâmica e afins

7.5.0.1. Supervisores de joalheria e afins

7.5.0.2. Supervisores de vidraria, cerâmica e afins

7.5.1. Joalheiros e ourives

7.5.1.0. Joalheiros e lapidadores de gemas

7.5.1.1. Artesãos de metais preciosos e semi-preciosos

7.5.2. Vidreiros, ceramistas e afins

7.5.2.1. Sopradores, moldadores e modeladores de vidros e afins

7.5.2.2. Trabalhadores da transformação de vidros planos

7.5.2.3. Ceramistas (preparação e fabricação)

7.5.2.4. Vidreiros e ceramistas (arte e decoração)

### **7.6. Trabalhadores nas indústrias têxtil, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas**

7.6.0. Supervisores nas indústrias têxtil, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas

7.6.0.1. Supervisores da indústria têxtil

7.6.0.2. Supervisores na indústria do curtimento

7.6.0.3. Supervisores na confecção do vestuário

7.6.0.4. Supervisores na confecção de calçados

7.6.0.5. Supervisores da confecção de artefatos de tecidos, couros e afins

7.6.0.6. Supervisores das artes gráficas

7.6.1. Trabalhadores das indústrias têxteis

7.6.1.0. Trabalhadores polivalentes das indústrias têxteis

7.6.1.1. Trabalhadores da classificação de fibras têxteis e lavagem de lã

7.6.1.2. Operadores da fiação

7.6.1.3. Operadores de tear e máquinas similares

7.6.1.4. Trabalhadores de acabamento, tingimento e estamparia das indústrias têxteis

7.6.1.5. Inspetores e revisores de produção têxtil

7.6.2. Trabalhadores do tratamento de couros e peles

7.6.2.0. Trabalhadores polivalentes do curtimento de couros e peles

7.6.2.1. Trabalhadores da preparação do curtimento de couros e peles

7.6.2.2. Trabalhadores do curtimento de couros e peles

7.6.2.3. Trabalhadores do acabamento de couros e peles

7.6.3. Trabalhadores da confecção de roupas

7.6.3.0. Profissionais polivalentes da confecção de roupas

7.6.3.1. Trabalhadores da preparação da confecção de roupas

7.6.3.2. Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário

7.6.3.3. Operadores de máquinas para bordado e acabamento de roupas

7.6.4. Trabalhadores da confecção de calçados

7.6.4.0. Trabalhadores polivalentes da confecção de calçados

7.6.4.1. Trabalhadores da preparação da confecção de calçados

7.6.4.2. Operadores de máquinas de costurar e montar calçados

7.6.4.3. Trabalhadores de acabamento de calçados

7.6.5. Trabalhadores da confecção de artefatos de tecidos e couros

7.6.5.0. Trabalhadores polivalentes da confecção de artefatos de tecidos e couros

7.6.5.1. Trabalhadores da preparação de artefatos de tecidos, couros e tapeçaria

7.6.5.2. Trabalhadores da confecção de artefatos de tecidos e couros

7.6.5.3. Operadores de máquinas na confecção de artefatos de couro

7.6.5.4. Trabalhadores do acabamento de artefatos de tecidos e couros

7.6.6. Trabalhadores da produção gráfica

7.6.6.1. Trabalhadores da pré-impressão gráfica

7.6.6.2. Trabalhadores da impressão gráfica

7.6.6.3. Trabalhadores do acabamento gráfico

7.6.6.4. Trabalhadores de laboratório fotográfico e radiológico

7.6.8. Trabalhadores artesanais das atividades têxteis, do vestuário e das artes gráficas

7.6.8.1. Trabalhadores de tecelagem manual, tricô, crochê, rendas e afins

7.6.8.2. Trabalhadores artesanais da confecção de peças e tecidos

7.6.8.3. Trabalhadores artesanais da confecção de calçados e artefatos de couros e peles

7.6.8.6. Trabalhadores tipográficos linotipistas e afins.

7.6.8.7. Encadernadores e recuperadores de livros (pequenos lotes ou a unidade)

## **7.7. Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário**

7.7.0. Supervisores em indústria de madeira, mobiliário e da carpintaria veicular

7.7.0.1. Supervisores em indústria de madeira, mobiliário e da carpintaria veicular

7.7.1. Marceneiros e afins

7.7.1.1. Marceneiros e Afins

7.7.2. Trabalhadores da preparação da madeira

7.7.2.1. Trabalhadores de tratamento e preparação da madeira

7.7.3. Trabalhadores da transformação da madeira e da fabricação do mobiliário

7.7.3.1. Operadores de máquinas de desdobramento da madeira

7.7.3.2. Operadores de máquinas de aglomeração e prensagem de chapas

7.7.3.3. Operadores de usinagem convencional de madeira

7.7.3.4. Operadores de máquina de usinar madeira (produção em série)

7.7.3.5. Operadores de máquinas de usinagem de madeira. CNC

7.7.4. Trabalhadores de montagem de móveis e artefatos de madeira

7.7.4.1. Montadores de móveis e artefatos de madeira

7.7.5. Trabalhadores em acabamento de madeira e de mobiliário

7.7.5.1. Trabalhadores de arte e do acabamento em madeira e do mobiliário

7.7.6. Trabalhadores artesanais da madeira e do mobiliário

7.7.6.4. Confeccionadores de artefatos de madeira, móveis de vime e afins

7.7.7. Trabalhadores da carpintaria veicular

7.7.7.1. Carpinteiros navais

7.7.7.2. Carpinteiros de carrocerias e carretas

## **7.8. Trabalhadores de funções transversais**

7.8.0. Supervisores de trabalhadores de embalagem e etiquetagem

7.8.0.1. Supervisores de trabalhadores de embalagem e etiquetagem

7.8.1. Operadores de robôs e equipamentos especiais

7.8.1.1. Condutores de Processos robotizados

7.8.1.3. Operadores de veículos subaquáticos controlados remotamente

7.8.1.7. Trabalhadores subaquáticos

7.8.2. Condutores de veículos e operadores de equipamentos de elevação e de movimentação de cargas

7.8.2.1. Operadores de máquinas e equipamentos de elevação

7.8.2.2. Operadores de equipamentos de movimentação de cargas

7.8.2.3. Motoristas de veículos de pequeno e médio porte

7.8.2.4. Motoristas de ônibus urbanos, metropolitanos e rodoviários

7.8.2.5. Motoristas de veículos de cargas em geral

7.8.2.6. Operadores de veículos sobre trilhos e cabos aéreos

7.8.2.7. Trabalhadores aquaviários

7.8.2.8. Condutores de animais e de veículos de tração animal e pedais

7.8.3. Trabalhadores de manobras sobre trilhos e movimentação e cargas

7.8.3.1. Trabalhadores de manobras de transportes sobre trilhos



- 7.8.3.2. Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias
- 7.8.4. Embaladores e alimentadores de produção
- 7.8.4.1. Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem
- 7.8.4.2. Alimentadores de linhas de produção

## **GRANDE GRUPO 8:**

### **Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais**

#### **8.1. Trabalhadores em indústrias de processos contínuos e outras indústrias**

- 8.1.0. Supervisores de produção, em indústrias químicas, petroquímicas e afins
  - 8.1.0.1. Supervisores de produção em indústrias químicas, petroquímicas e afins
  - 8.1.0.2. Supervisores de produção em indústrias de transformação de plásticos e borrachas
  - 8.1.0.3. Supervisores de Produção em Indústrias de Produtos Farmacêuticos, Cosméticos e Afins
- 8.1.1. Operadores de instalações em indústrias químicas, petroquímicas e afins
  - 8.1.1.0. Operadores polivalentes de equipamentos em indústrias químicas, petroquímicas e afins
  - 8.1.1.1. Operadores de equipamentos de moagem e mistura de materiais (tratamentos químicos e afins)
  - 8.1.1.2. Operadores de calcinação e de tratamentos químicos de materiais radioativos
  - 8.1.1.3. Operadores de equipamentos de filtragem e separação
  - 8.1.1.4. Operadores de equipamentos de destilação, evaporação e reação
  - 8.1.1.5. Operadores de equipamentos de produção e refino de petróleo e gás
  - 8.1.1.6. Operadores de equipamentos de coqueificação
  - 8.1.1.7. Operadores de instalações e máquinas de produtos plásticos, de borracha e moldadores de parafinas
  - 8.1.1.8. Operadores de máquinas e instalações de produtos farmacêuticos, cosméticos e afins
- 8.1.2. Trabalhadores da fabricação de munição e explosivos químicos
  - 8.1.2.1. Trabalhadores da fabricação de munição e explosivos químicos
- 8.1.3. Operadores de outras instalações químicas, petroquímicas e afins
- 8.1.8. Operadores de operação unitária de laboratório (transversal para toda indústria de processos)
  - 8.1.8.1. Laboratoristas industriais auxiliares

#### **8.2. Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção**

- 8.2.0. Supervisores de produção em indústrias siderúrgicas
  - 8.2.0.1. Supervisores de produção em indústrias siderúrgicas

- 8.2.0.2. Supervisores na fabricação de materiais para construção (vidros e cerâmicas)

- 8.2.1. Operadores de instalações e equipamentos de produção de metais e ligas - primeira fusão

- 8.2.1.1. Operadores de instalações de sinterização

- 8.2.1.2. Operadores de fornos de primeira fusão e aciaria

- 8.2.1.3. Operadores de equipamentos de laminação

- 8.2.1.4. Operadores de equipamentos de acabamento de chapas e metais

- 8.2.2. Operadores de instalações e equipamentos de produção de metais e ligas - segunda fusão

- 8.2.2.1. Forneiros metalúrgicos (segunda fusão e reaquecimento)

- 8.2.3. trabalhadores de instalações e equipamentos de material de construção, cerâmica e vidro

- 8.2.3.1. Operadores na preparação de massas para abrasivo, vidro, cerâmica, porcelana e materiais de construção

- 8.2.3.2. Operadores de equipamentos de fabricação e beneficiamento de cristais, vidros, cerâmicas, porcelanas, fibras de vidro, abrasivos e afins

- 8.2.3.3. Operadores de instalações e equipamentos de fabricação de materiais de construção

- 8.2.8. Trabalhadores artesanais da siderurgia e de materiais de construção

- 8.2.8.1. Trabalhadores da fabricação de cerâmica estrutural para construção

#### **8.3. Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose e papel**

- 8.3.0. Supervisores da fabricação de celulose e papel

- 8.3.0.1. Supervisores da fabricação de celulose e papel

- 8.3.1. Trabalhadores da preparação de pasta de papel

- 8.3.1.1. Preparadores de pasta para fabricação de papel

- 8.3.2. Trabalhadores da fabricação de papel

- 8.3.2.1. Operadores de máquinas de fabricar papel e papelão

- 8.3.3. Confeccionadores de produtos de papel e papelão

- 8.3.3.1. Operadores de máquinas na fabricação de produtos de papel e papelão

- 8.3.3.2. Trabalhadores artesanais de produtos de papel e papelão

#### **8.4. Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo**

- 8.4.0. Supervisores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo

- 8.4.0.1. Supervisores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo

- 8.4.1. Operadores de equipamentos na preparação de alimentos e bebidas

- 8.4.1.1. Trabalhadores da indústria de beneficiamento de grãos, cereais e afins
- 8.4.1.2. Trabalhadores no beneficiamento do sal
- 8.4.1.3. Trabalhadores na fabricação e refino de açúcar
- 8.4.1.4. Trabalhadores na fabricação e conservação de alimentos
- 8.4.1.5. Trabalhadores na pasteurização do leite e na fabricação de laticínios e afins
- 8.4.1.6. Trabalhadores na industrialização de café, cacau, mate e de produtos afins
- 8.4.1.7. Trabalhadores na fabricação de cachaça, cerveja, vinhos e outras bebidas
- 8.4.1.8. Operadores de equipamentos na fabricação de pães, massas alimentícias, doces, chocolates e achocolatados
- 8.4.2. Operadores na preparação de fumo e na fabricação de charutos e cigarros
- 8.4.2.1. Beneficiadores de fumo
- 8.4.2.2. Charuteiros
- 8.4.2.3. Cigarreiros
- 8.4.8. Trabalhadores artesanais na agroindústria, na indústria de alimentos e do fumo
- 8.4.8.1. Trabalhadores artesanais na conservação de alimentos
- 8.4.8.2. Trabalhadores artesanais na pasteurização do leite e na fabricação de laticínios e afins
- 8.4.8.3. Padeiros, confeitadores e afins
- 8.4.8.4. Trabalhadores em análises sensoriais
- 8.4.8.5. Magarefes e afins
- 8.4.8.6. Trabalhadores artesanais na indústria do fumo

#### **8.6. Operadores de produção, captação, tratamento e distribuição (energia, água e utilidades)**

- 8.6.0. Supervisores da produção de utilidades
- 8.6.0.1. Supervisores da produção de utilidades
- 8.6.1. Operadores na geração e distribuição de energia (centrais hidrelétricas, termelétricas e nucleares)
- 8.6.1.1. Operadores de instalações de geração e distribuição de energia elétrica, hidráulica, térmica ou nuclear
- 8.6.1.2. Operadores de instalações de distribuição de energia elétrica
- 8.6.2. Operadores de utilidades
- 8.6.2.1. Operadores de máquinas a vapor e utilidades
- 8.6.2.2. Operadores de instalações de captação, tratamento e distribuição de água
- 8.6.2.3. Operadores de instalações de captação e esgotos
- 8.6.2.4. Operadores de instalações de extração, processamento, envasamento e distribuição de gases
- 8.6.2.5. Operadores de instalações de refrigeração e ar-condicionado

- 8.1.3.1. Operadores de processos das indústrias de transformação de produtos químicos, petroquímicos e afins

### **GRANDE GRUPO 9:**

#### **Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção**

##### **9.1. Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção mecânica**

- 9.1.0. Supervisores em serviços de reparação e manutenção mecânica
- 9.1.0.1. Supervisores em serviços de reparação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, comerciais e residenciais
- 9.1.0.2. Supervisores em serviços de reparação e manutenção veicular
- 9.1.0.9. Supervisores de outros trabalhadores de serviços de reparação, conservação e manutenção
- 9.1.1. Mecânicos de manutenção de máquinas e equipamentos industriais, comerciais e residenciais
- 9.1.1.1. Mecânicos de manutenção de bombas, motores, compressores e equipamentos de transmissão
- 9.1.1.2. Mecânicos de manutenção e instalação de aparelhos de climatização e refrigeração
- 9.1.1.3. Mecânicos de manutenção de máquinas industriais
- 9.1.3. Mecânicos de manutenção de máquinas pesadas e equipamentos agrícolas
- 9.1.3.1. Mecânicos de manutenção de máquinas pesadas e equipamentos agrícolas
- 9.1.4. Mecânicos de manutenção veicular
- 9.1.4.1. Mecânicos de manutenção aeronáutica
- 9.1.4.2. Mecânicos de manutenção de motores e equipamentos navais
- 9.1.4.3. Mecânicos de manutenção metroferroviária
- 9.1.4.4. Mecânicos de manutenção de veículos automotores
- 9.1.5. Reparadores de instrumentos e equipamentos de precisão
- 9.1.5.1. Técnicos em manutenção e reparação de instrumentos de medição e precisão
- 9.1.5.2. Restauradores de instrumentos musicais
- 9.1.5.3. Técnicos em manutenção e reparação de equipamentos biomédicos
- 9.1.5.4. Reparadores de equipamentos fotográficos
- 9.1.9. Outros trabalhadores da reparação e manutenção de equipamentos
- 9.1.9.1. Lubrificadores
- 9.1.9.2. Trabalhadores de manutenção de roçadeiras, motosserras e similares
- 9.1.9.3. Mecânicos de manutenção de bicicletas e equipamentos esportivos e de ginástica

**9.5. Polimantenedores**

9.5.0. Supervisores de manutenção eletroeletrônica e eletromecânica

9.5.0.1. Supervisores de manutenção eletroeletrônica industrial, comercial e predial

9.5.0.2. Supervisores de manutenção eletroeletrônica veicular

9.5.0.3. Supervisores de manutenção eletromecânica

9.5.1. Eletricistas eletrônicos de manutenção industrial, comercial e residencial

9.5.1.1. Eletricistas de manutenção eletroeletrônica

9.5.1.3. Instaladores e mantenedores de sistemas eletroeletrônicos de segurança

9.5.3. Eletricistas eletrônicos de manutenção veicular

9.5.3.1. Eletricistas eletrônicos de manutenção veicular (aérea, terrestre e naval)

9.5.4. Mantenedores eletromecânicos

9.5.4.1. Instaladores e mantenedores eletromecânicos de elevadores, escadas e portas automáticas

9.5.4.2. Reparadores de aparelhos eletrodomésticos

9.5.4.3. Reparadores de equipamentos de escritório

**9.9. Outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação**

9.9.1. Outros trabalhadores da conservação e manutenção (exceto trabalhadores elementares)

9.9.1.1. Conservadores de vias permanentes (trilhos)

9.9.1.2. Mantenedores de equipamentos de parques de diversões e similares

9.9.1.3. Reparadores de carrocerias de veículos

9.9.1.4. Mantenedores de edificações

9.9.2. Trabalhadores elementares da manutenção

9.9.2.1. Trabalhadores elementares de serviços de manutenção veicular

9.9.2.2. Trabalhadores operacionais de conservação de vias permanentes (exceto trilhos)

**GRANDE GRUPO 0:****Membros das Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares****0.1. Membros das Forças Armadas**

0.1.0. Membros das Forças Armadas

0.1.0.1. Oficiais gerais das Forças Armadas

0.1.0.2. Oficiais das Forças Armadas

0.1.0.3. Praças das Forças Armadas

**0.2. Policiais Militares**

0.2.0. Oficiais de Polícia Militar

0.2.0.1. Oficiais superiores da Polícia Militar

0.2.0.2. Capitães da Polícia Militar

0.2.0.3. Tenentes da Polícia Militar

0.2.1. Praças de Polícia Militar

0.2.1.1. Subtenentes e sargentos da Polícia Militar

0.2.1.2. Cabos e soldados da Polícia Militar

**0.3. Bombeiros militares**

0.3.0. Oficiais de bombeiro militar

0.3.0.1. Oficiais superiores do corpo de bombeiros militar

0.3.0.2. Oficiais intermediários do corpo de bombeiros militar

0.3.0.3. Tenentes do corpo de bombeiros militar

0.3.1. Praças de bombeiro militar

0.3.1.1. Subtenentes e sargentos do corpo de bombeiros militar

0.3.1.2. Cabos e soldados do corpo de bombeiros militar

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 173/07****P A R E C E R :****Preâmbulo**

O Projeto de Lei nº 173/07 de autoria do Poder Executivo, tem por escopo fixar, no âmbito do Estado do Paraná, o piso salarial dos empregados integrantes das categorias profissionais enumeradas na Classificação Brasileira de Ocupações.

**Fundamentação - Legitimidade**

A Constituição Federal estabelece em seu artigo 7º, V, serem direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social, um piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

*CF Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social:*

*V - piso salarial proporcional à extensão e complexidade do trabalho.*

No mesmo sentido, a Lei Complementar nº 103/00 estabelece em seu artigo 1º que os Estados e o Distrito Federal ficam autorizados a instituir, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, o piso salarial de que trata o inciso V do artigo 7º da Constituição Federal para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

*LC 103/2000*

*Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal ficam autorizados a instituir, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, o piso salarial de que trata o inciso V do artigo 7º da Constituição Federal, para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho. (grifo nosso)*

Ressalta-se que o projeto de lei em análise respeita todas as restrições impostas pela Lei Complementar nº 103/00, ou seja, seus efeitos não se aplicam aos empregados que têm piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo, e aos servidores públicos municipais.

**Conclusão**

No que concerne a técnica legislativa, o presente projeto de lei não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 095/98 que dispõe sobre a técnica legislativa.

Em razão do exposto, estando preenchidos todos os requisitos dispostos na Constituição Federal e Lei Complementar nº 103/00, resta clara a constitucionalidade do projeto em tela. Nosso parecer é pela aprovação do presente.

Sala das Comissões, em 02.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 173/07

P A R E C E R :

**Relatório**

De autoria do Poder Executivo, a presente proposição tem por finalidade fixar novos valores do piso mínimo regional, como facultou a Lei Complementar à Constituição Federal nº 103, de 14 de julho de 2000, e instituído no Estado do Paraná através da Lei nº 15118/06.

A matéria já recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, quanto à sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e encontra-se nesta Comissão de Finanças e, especificamente a este Parlamentar, para relatá-la, sob os aspectos da adequação financeira e orçamentária e quanto ao mérito.

**Voto do Relator**

Cabe a este órgão técnico primeiramente o exame do projeto quanto à sua compatibilização ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, conforme estabelece o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno da Casa.

Cabe salientar, neste ponto, que o presente projeto não está propondo aumento de salários para os servidores do Estado. Trata de reajuste dos valores ao salário-mínimo regional, de forma a manter o respectivo poder de compra destes pisos salariais para as categorias inorganizadas em entidades de classe, conforme dispôs a lei que institui o piso salarial regional.

Não se tratando de aumento, não há porque se falar em repercussão no orçamento anual do Estado, nem em cumprimento da LDO ou do PPA e sequer há aspectos de ordem previdenciária, como ocorre com o salário-mínimo nacional. Portanto, a proposição não está sujeita à observância do disposto na LRF.

Em face destas considerações, voto pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 173/07.

Quanto ao mérito, a proposta de legislação submetida pelo Poder Executivo é expressão dos avanços conquistados pela sociedade, em especial as entidades representativas dos trabalhadores, nos debates sobre o

valor e o papel do salário-mínimo regional na economia e sociedade paranaense. O novo valor proposto para o mínimo regional, assim como as diretrizes para a política de valorização estão estabelecidas na sua justificativa.

Sala das Comissões, em 10.04.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
ELTON WELTER - Relator

**Encerramento da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

**Publicações:****Atas de Comissões****Tomada de Contas**

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de março de dois mil e sete, às onze horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua 1ª reunião ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da comissão, abaixo-assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 036/07. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos propondo a eleição do Vice-Presidente da Comissão. Para o cargo foi eleito o Sr. Deputado Dobrandino da Silva. A seguir, o Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Deputado Edson Strapasson, Relator da Proposição nº 036/07, que encaminha a prestação de contas do movimento relativo aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2007, conforme Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004, em seu artigo 14. Após análise dos documentos anexados à proposição, constatou que o todo encontra-se de acordo com a legislação em vigor, dando parecer FAVORÁVEL - APROVADO, no que foi acompanhado por todos os presentes, uma vez que as contas estão dentro das normas, e atendem a regulamentação vigente. O Sr. Presidente encerrou os trabalhos, agradecendo a presença de todos, desejando que os trabalhos desta legislatura ocorram a contento, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão,

Srs. Deputados presentes, e por mim, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
Maria Regina Subtil - Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de abril de dois mil e sete, às onze horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua 2ª reunião ordinária, com a presença dos Srs. Deputados, membros da comissão, abaixo-assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 045/07. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao Sr. Deputado Plauto Miró, Relator da Proposição nº 045/07, relativa à prestação de contas da verba de ressarcimento dos Srs. Deputados, conforme Resolução nº 003/04, referente ao mês de março de 2007. A matéria foi estudada com o devido empenho e pelo que demonstra o relatório e o movimento para atender despesas constantes da Proposição nº 045/07 e, como as contas apresentadas encontram-se corretas, o Relator decidiu pelo parecer FAVORÁVEL - APROVADO, pois as mesmas atendem a regulamentação em vigor. O parecer foi aprovado por todos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão,

Srs. Deputados presentes, e, por mim, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
Maria Regina Subtil - Secretária

## *Assuntos Metropolitanos*

COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS  
COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e um dias do mês de março de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Antonio Anibelli, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Osmar Bertoldi e Edson Strapasson para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o Deputado Osmar Bertoldi agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) OSMAR BERTOLDI - Presidente  
Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

